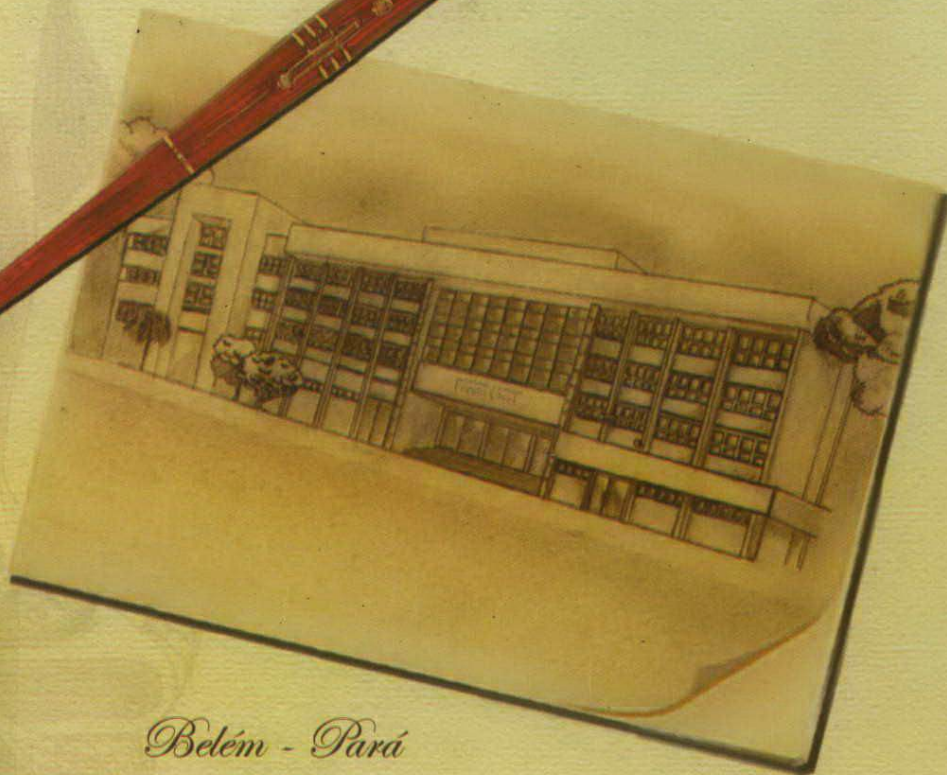
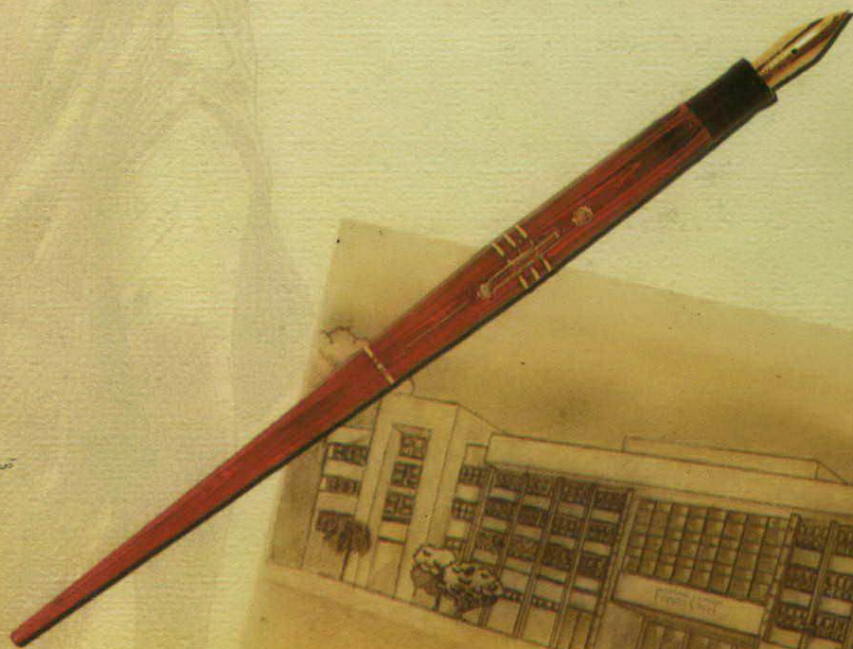


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará



Relatório de Gestão
2007 - 2009



Belém - Pará

2009

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará



Relatório de Gestão
2007 - 2009

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL SEDE

Belém - Pará
2009

Tribunal de Justiça do Pará

Tribunal de Justiça do Pará

Tribunal Pleno

Desa. Albanira Lobato Bemerguy

PRESIDENTE



Des. Rômulo José Ferreira Nunes

VICE-PRESIDENTE



Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



Des. Constantino Augusto Guerreiro

CORREGEDORIA DO INTERIOR



Desembargadores

Albanira Lobato Bemerguy
Maria Helena D'almeida Ferreira
Carmencin Marques Cavalcante
Sônia Maria de Macedo Parente
Milton Augusto de Brito Nobre
Raimunda do Carmo Gomes Noronha
Rosa Maria Portugal Gueiros
Therezinha Martins Fonseca
Rômulo José Ferreira Nunes
Eronides Souza Primo
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
João José da Silva Maroja
Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Raimundo Holanda Reis
Maria Rita Lima Xavier
Eliana Rita Daher Abufaiad
Brigida Gonçalves dos Santos
Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva
Constantino Augusto Guerreiro
Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Ricardo Ferreira Nunes
Maria Angélica Ribeiro Lopes
Leonardo de Noronha Tavares
Marneide Trindade Pereira Merabet
Cláudio Augusto Montalvão das Neves
Maria do Carmo Araújo E Silva
Célia Regina de Lima Pinheiro
Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Dahil Paraense de Souza
Leonam Gondim da Cruz Júnior

Conselho de Magistratura

Desa. Albanira Lobato Bemerguy
Des. Rômulo José Ferreira Nunes
Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Des. Constantino Augusto Guerreiro
Desa. Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Des. Raimundo Holanda Reis
Desa. Eliana Rita Daher Abufaiad
Des. Cláudio Augusto Montalvão das Neves

Unidades Administrativas

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro
COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Des. Milton Augusto de Brito Nobre
DIRETORIA GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco
DIRETORIA DO FÓRUM CÍVEL

Juiz Paulo Gomes Jussara Júnior
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa
SECRETARIA DE GESTÃO

Francisco de Oliveira Campos Filho
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sueli Lima Ramos de Azevedo
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Mário Tavares
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

APRESENTAÇÃO
06

**GESTÃO
FINANCEIRA**
10

**TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**
32

**PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL**
51

**SOLENIIDADE
E EVENTOS**
108

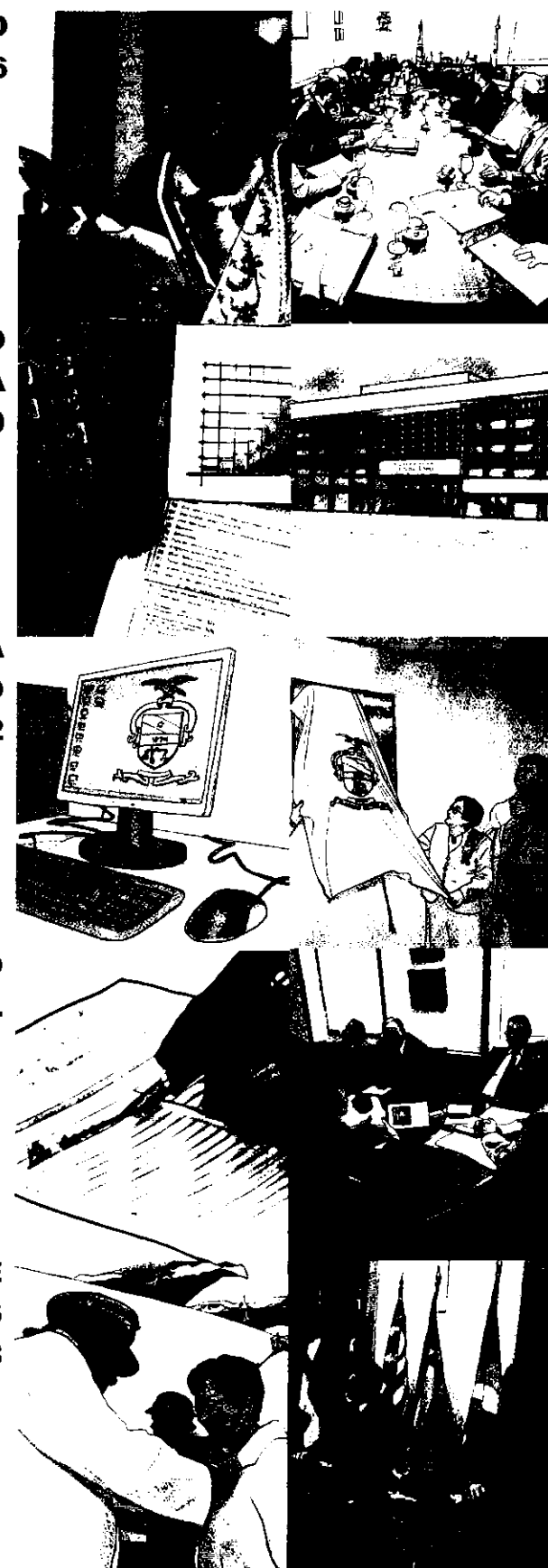
**PROGRAMA
DE TRABALHO**
08

**SUPORTE
ESTRUTURAL**
16

**GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO**
36

**PARCERIAS
INSTITUCIONAIS**
103

**GALERIA DO
BIÊNIO**
122



Chego ao término de minha gestão na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado recorrendo à memória, em que repousam mais de quatro décadas de atuação na magistratura. É uma longa trajetória em que tenho testemunhado o funcionamento do próprio sistema de Justiça e do processo evolutivo inerente às transformações culturais da sociedade e às consequentes aspirações e demandas que vão ter no Poder Judiciário um dos seus principais desaguadouros.

Venho de um tempo em que o exercício da judicatura não se resumia em instruir processos e prolatar sentenças. Tanto ou mais desafiadoras eram as dificuldades físicas e operacionais que se apresentavam aos juízes em missão nas Comarcas do interior, em que mal havia onde despachar nem sempre onde morar. Eram autênticos testes de resistência e de abnegação, que se completavam nas viagens difíceis por caminhos e veículos precários que serviam de transporte.

Resumi tais situações ao expressar, em minha primeira fala como Presidente, o reconhecimento aos problemas das Comarcas, prometendo que haveria de proporcionar aos eminentes colegas melhores condições de trabalho. Tal compromisso, que assumi comigo mesma, foi o veio condutor de minha atuação à frente do Tribunal de Justiça do Estado. Agora, quando concluo o meu mandato, tenho plena consciência de havê-lo cumprido com a determinação de sempre.

Enquanto se abriam os horizontes das maiores facilidades de comunicação e transporte, passaram a se agigantar os aglomerados populacionais, em que pontificam as diferenças sociais, os choques de interesses e as situações conflituosas, repercutindo nas demandas judiciais. As dificuldades e desafios passaram a ser de uma nova ordem, reclamando maior presteza e qualificação dos instrumentos e atores dos procedimentos necessários à prestação jurisdicional.

A história do Poder Judiciário paraense tem mostrado essa constante de quantos tiveram a responsabilidade de gerir o seu funcionamento e a competente adequação estrutural e operacional inerentes à cada época. Esse reconhecimento registrei em meu ato de posse, ao declarar, então, que meu único desafio não seria outro senão "o de construir novos andares no majestoso edifício da nossa história", acrescentando aos essenciais de cada época os essenciais de agora.

Um programa de ações prioritárias imprimiu às minhas primeiras palavras na condição de presidente com o caráter de documento, definindo as



áreas e procedimentos destinados a transformar o compromisso em realização. A cada dia me empenhei intensamente na concretização de cada item e cumprimento de cada meta, potencializando os sempre insuficientes recursos orçamentários para que a multiplicação de cada centavo permitisse atingir os objetivos projetados.

As páginas deste documento, a que se empresta a conotação de uma prestação de contas das atividades desenvolvidas no Tribunal de Justiça do Estado do Pará durante este período, inserem, em detalhes e, naquilo em que complementa a informação, os procedimentos, decisões e realizações que pontuaram a minha gestão, refletindo as respectivas repercussões nas melhorias técnicas e funcionais das áreas e competências de atuação do Poder Judiciário em todo o Estado.

Nesta oportunidade em que apresento o Relatório da Gestão do Biênio 2007/2009 do TJ, experimento a agradável sensação do dever plenamente cumprido. Há um balanço altamente positivo, em que se alinham significativos avanços estruturais, tecnológicos e operacionais. São Fóruns reformados, readaptados e construídos, ferramentas da informática aprimorando as comunicações e agilizando a tramitação processual e ampliação dos quadros de juízes e serventuários da Justiça

Vale destacar, por justo e oportuno, o apoio decisivo dos meus eminentes pares de desembargo, sempre sensíveis e concordes aos atos e decisões necessários à implantação de projetos e implementação de

iniciativas. O respaldo de uma retaguarda administrativa de técnicos competentes e dedicados também permitiu o desenvolvimento e execução de um planejamento estratégico, compatibilizando as necessidades prioritárias com as disponibilidades orçamentárias.

Tenho, assim, todas as razões para concluir o mandato consciente de que dignifiquei a confiança que Suas Excelências, meus eminentes colegas Desembargadores, em mim depositaram. Deus mais uma vez atendeu às minhas preces para que esta Corte não se desprestigiasse em minhas e nas mãos de meus pares, e continue a ser, hoje e sempre, uma instituição respeitada, onde os cidadãos encontrem guarida para os seus anseios de Justiça.

Tal como procedi, ao iniciar o cumprimento do meu mandato de Presidente do TJ, rogando o amparo e a proteção de Nossa Senhora de Nazaré, agora tenho a agradecer à Virgem Padroeira por ter atendido às minhas preces de todos os dias, iluminando os nossos caminhos e fazendo com que esteja em cada um de nós o sentido da compreensão dos erros alheios, a capacidade de perdoar, de compreender, de ajudar aqueles que sofreram um infortúnio, uma injustiça.

Desembargadora Albanira Lobato Bemerguy

Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado do Pará

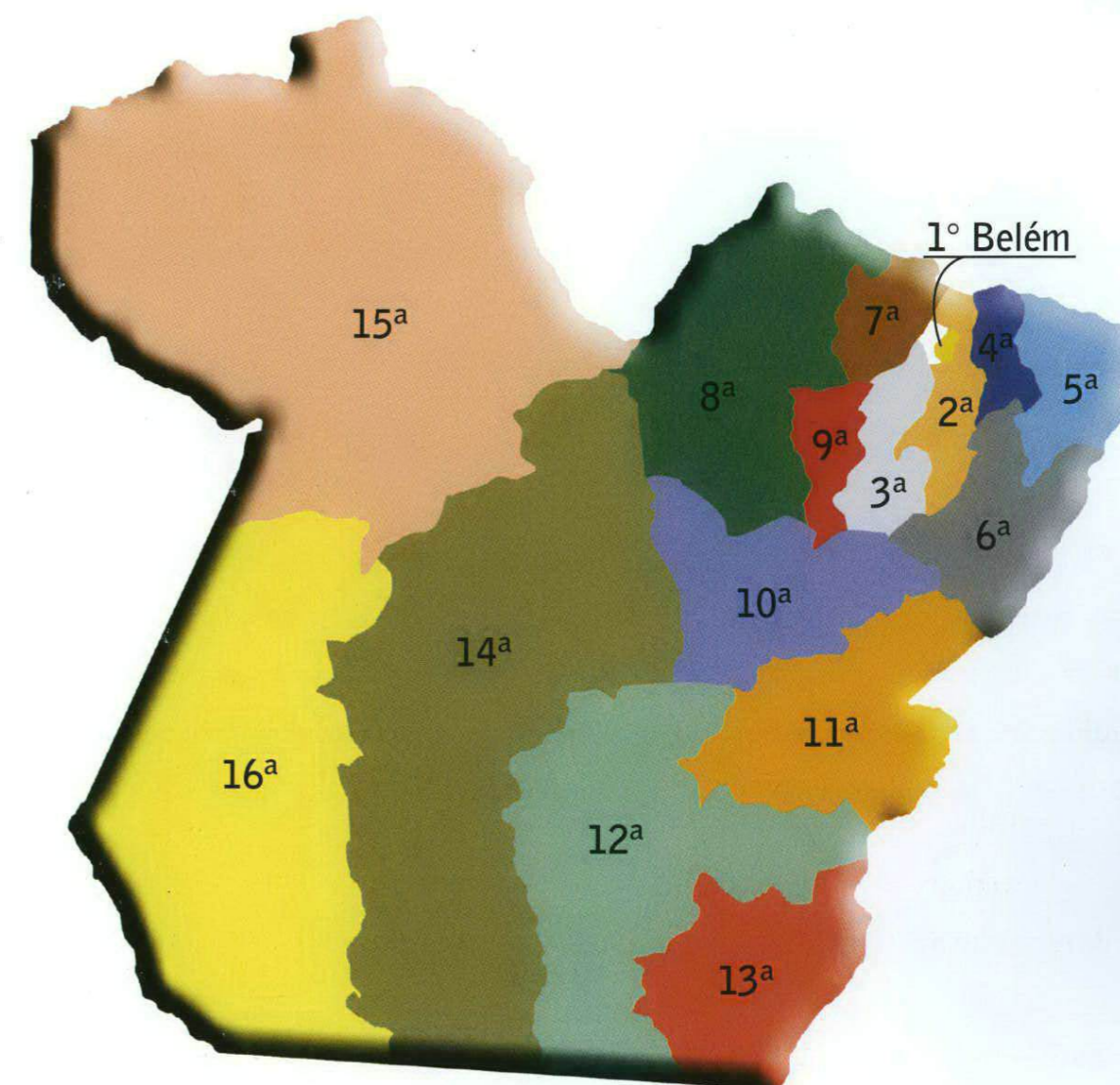
Para assegurar o direito à justiça e o respeito às leis, no âmbito do Estado do Pará, a linha de trabalho do biênio 2007-2009 foi orientada na tríade acessibilidade, rapidez e qualidade. Em observância às diversidades regionais, vistas como desafios a serem vencidos, e a crescente demanda por atendimento jurisdicional, a gestão do TJ e dos Órgãos que compõem o Poder Judiciário, viram-se estimulados a padronizar procedimentos e desenvolver uma plataforma de trabalho voltada à integração intra e interinstitucional, concentrando esforços no aperfeiçoamento de rotinas, vislumbrando o exercício da justiça mais próximo das necessidades do cidadão e da coletividade.

O conjunto das ações desenvolvidas pelo TJ no último biênio teve origem em estratégias de planejamento prospectadas em bases da realidade, mas guardando uma visão de futuro, com o propósito de conciliar as atividades do judiciário às expectativas da sociedade pela prestação jurisdicional, sociedade essa que reescreve a concepção de cidadania na mesma velocidade em que o acesso à informação cria consciência dos direitos a que faz jus.

A tônica desta gestão pautou-se na regionalização do Judiciário, em ouvir as contribuições vindas dos magistrados, as quais resultaram na paulatina descentralização administrativa e na democratização dos serviços prestados às comunidades. Para reduzir as distâncias territoriais, investiu-se em tecnologia e na modernização da estrutura organizativa, buscando evoluir continuamente na melhoria dos fluxos operacionais para a consecução dos objetivos deste Tribunal de Justiça, alicerçado na mediação dos conflitos de interesses que lhe são levados pela população, garantindo as liberdades, assegurando os direitos e promovendo a paz social.

Na busca dos bons resultados, fizeram-se necessárias a adoção de concepções inovadoras de gestão, a construção de novos paradigmas, a agregação de valores institucionais, a adoção de medidas que privilegiem a simplicidade e a racionalidade operacional, mediante alterações organizacionais debatidas e consensualizadas com as áreas estratégicas, tendo como referencial o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, planejando e orientando as ações das unidades administrativas que compõem a estrutura orgânica do Tribunal de Justiça, inferindo no Plano Plurianual e nos programas de gestão bienal da administração.

Regiões Judiciárias do Pará



Regiões Judiciárias

- | | |
|---------------------------------------------|----------------------------------|
| 1ª Região Judiciária - Ananindeua | 9ª Região Judiciária - Cametá |
| 2ª Região Judiciária - Santa Izabel do Pará | 10ª Região Judiciária - Tucuruí |
| 3ª Região Judiciária - Abaetetuba | 11ª Região Judiciária - Marabá |
| 4ª Região Judiciária - Castanhal | 12ª Região Judiciária - Xinguara |
| 5ª Região Judiciária - Capanema | 13ª Região Judiciária - Redenção |
| 6ª Região Judiciária - Paragominas | 14ª Região Judiciária - Altamira |
| 7ª Região Judiciária - Soure | 15ª Região Judiciária - Santarém |
| 8ª Região Judiciária - Breves | 16ª Região Judiciária - Itaituba |

GESTÃO DOS RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO

As ações foram norteadas tomando como ponto central o equilíbrio fiscal, de modo a garantir os recursos financeiros necessários à realização das atividades judiciais. Neste sentido buscou-se administrar de forma criteriosa os déficits de infra-estrutura física e de recursos humanos do Poder Judiciário e, interagindo com os Poderes Legislativo e Executivo do Estado, asseguraram-se, para o exercício de 2008, quota de expansão equivalente a 0,549% da receita corrente líquida, possibilitando o alcance das metas traçadas, com a instalação de, pelo menos uma, nova Comarca por ano; a gradativa superação do déficit de recursos humanos; e a implantação de programa de segurança patrimonial.

Entretanto, durante o processo de execução orçamentária-financeira de 2008, a liberação extemporânea da quota de expansão influenciou fortemente no pleno atingimento das metas delineadas, ocasionando o redimensionamento do cronograma de execução do programa de trabalho para o exercício de 2009. Contudo, a disponibilidade de recursos em caixa para o próximo período, é da ordem de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

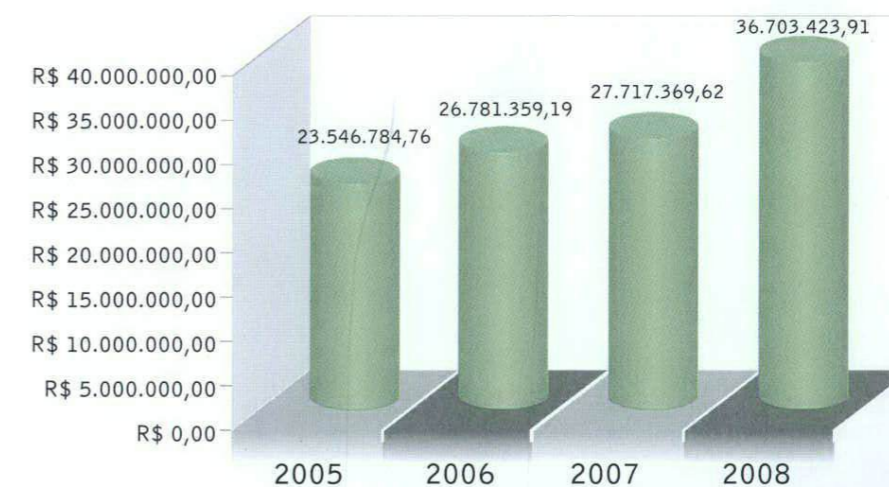
Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário

A Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário do Pará - FRJ, ao longo dos últimos anos, aferiu significativa ascendência majoritária culminando no incremento da ordem de 55%, com amplitude média de crescimento ao ano de 17%. Tais resultados refletem a eficiente gestão implementada na fiscalização e informatização de sistemas, visando o acompanhamento direto nas unidades administrativas a partir da criação das Divisões Judiciais e Extrajudiciais, vinculadas à Secretaria de Planejamento. Destaca-se que do período de 2007 para 2008 a arrecadação registrou um salto de 32% dos recursos financeiros aportados.

Os resultados da evolução da arrecadação do FRJ, no intervalo de 2005 a 2008 podem

ser visualizados na representação gráfica a seguir, com significativa proeminência aos valores do biênio: R\$ 27.717.369,62 no ano de 2007 e R\$ 35.703.423,91 em 2008.

Evolução da Arrecadação do FRJ
2005 / 2008



Fonte: Coodenadoria Geral de Arrecadação/Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças/TJ-PA

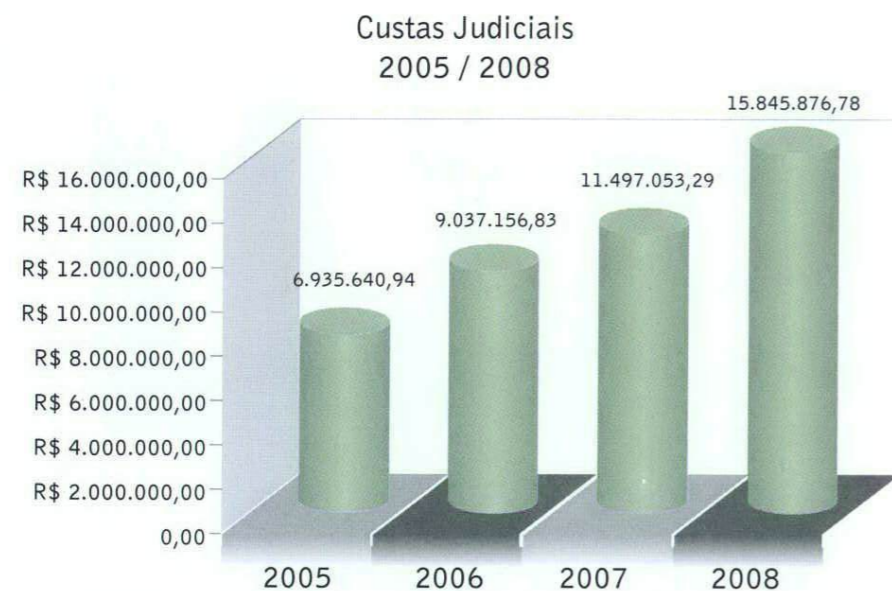
Arrecadação das Custas Judiciais

Elegeram-se, como prioridade de gestão, as ações de controle da arrecadação das custas judiciais, promovendo o monitoramento deste tipo de receita, por meio de relatórios circunstanciados, realizando treinamentos e orientações às Chefias das Unidades de Arrecadação Judicial-UNAJ's.

Tais iniciativas, aliadas à instalação das UNAJ's do 2º grau e, de forma excepcional, à Unidade da Comarca de Parauapebas, resultou no acréscimo real da ordem de 43% na arrecadação das custas judiciais, posto que, ao longo dos últimos cinco anos, a tabela das custas judiciais não recebeu nenhum reajustamento.

Há de se registrar o permanente compromisso desta administração do TJ com a eficácia dos processos, ao implantar o módulo de arrecadação acoplado ao novo sistema de Gestão de Processos Judiciais-Libra, com acesso via web, permitindo o uso de tal ferramenta pelas Comarcas, agilizando os procedimentos dos cálculos de custas, cujo aplicativo viabiliza a emissão de boletos de pagamentos das custas judiciais.

As ações adotadas impulsionaram o volume da arrecadação e os efeitos podem ser analisados no gráfico a seguir, que exprime o avanço nos valores nos últimos anos, com realce ao intervalo 2007/2008, que registrou, respectivamente, os montantes: R\$ 11.497.053,29 e R\$ 15.845.876,79.



Fonte: Coodenadoria Geral de Arrecadação/Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças/TJ-PA

Arrecadação do Serviço Extrajudicial

Ainda no início do ano de 2007, promoveu-se a implantação do Sistema Informatizado de Comercialização de Selos de Segurança-SIC-SELO, possibilitando aos serviços delegados à solicitação de selos de segurança via internet, com a consequente emissão do boleto bancário para pagamento, sistemática que veio facilitar o atendimento às demandas e facultar à população a consulta da validade do Selo de Segurança, por meio da numeração e série. Foram criados dois novos tipos de Selos de Segurança: Certidão de Nascimento (1ª via) e Certidão de Óbito (1ª via), possibilitando o monitoramento e controle na expedição destes documentos, evitando o subregistro, responsabilidade institucional do Poder Judiciário para com os jurisdicionados, seguindo as orientações do Conselho Nacional de Justiça.

O Provimento nº 003/2008 das Corregedorias de Justiça instituiu o Sistema Informatizado de Arrecadação da Taxa de Fiscalização –SIC-ARQ, facilitando aos Cartórios

Extrajudiciais, o envio, por meio eletrônico, das informações dos atos realizados, bem como, a emissão de boleto bancário para o pagamento da Taxa de Fiscalização devida.

A implantação do SIC-ARQ configurou-se como um instrumento de suporte, uma vez que permitiu o acompanhamento das atividades dos serviços delegados e, conseqüentemente, a consolidação do ingresso de receita, cujo comportamento é de evolução nos últimos anos.

Os dados coletados contêm informações que evidenciam o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão das taxas de fiscalização, e indicam o progresso obtido no biênio: R\$ 5.083.234,76 em 2007 e R\$ 6.343.991,12 em 2008.



Fonte: Coodenadoria Geral de Arrecadação/Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças/TJ-PA

Gestão dos Depósitos Judiciais

A Lei 6.750 de 19 de maio de 2005, instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos Judiciais na esfera da Justiça Estadual e motivou a implantação do Sistema de Depósitos Judiciais-SDJ no TJ, com abrangência em todas as Comarcas do Estado.

Desde o início do biênio, as atividades foram direcionadas à consolidação dos mecanismos de gestão dos depósitos judiciais e o escopo do novo instrumento foi traçado com a finalidade de propiciar transparência na movimentação dos depósitos judiciais,

possibilitando o acesso, via web, a todas as Comarcas. A formatação inovadora veio padronizar a operacionalização dos depósitos judiciais, introduzindo mecanismos de segurança no acesso, na operação pelos usuários e nas liberações-saques, por meio da emissão de alvará pelo Sistema.

Soma-se às funcionalidades elencadas uma significativa mudança para os jurisdicionados: o novo sistema assegura a atualização monetária pró-rata dia para os processos judiciais, pelo índice da poupança, que anteriormente se efetuava somente na data de aniversário do depósito.

Com o funcionamento do Sistema de Depósitos Judiciais, o volume de depósitos em estoque, que perfazia o valor de R\$ 134.868.855,82 em dezembro de 2007, avançou para R\$ 188.138.616,50 em dezembro de 2008, importando no acréscimo de 37,93% com tendência de alta.

O sistema tem como fim disponibilizar mecanismos de gestão da Conta Única dos Depósitos Judiciais, em conformidade com a Lei Estadual 6.750/2005, a qual instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, no Poder Judiciário do Estado do Pará, compreendendo os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da Justiça em geral e suas aplicações financeiras.

O Sistema de Gestão dos Depósitos Judiciais abrangeu todas as Comarcas do Estado e foi viabilizado por meio de convênio de cooperação técnica com o TJ de Santa Catarina. Entre as vantagens, está a administração padronizada dos procedimentos, que antes era restrita ao juiz de cada Vara e passou a ser feita também pelo TJ do Pará. A vantagem adicional reside no controle da liberação dos depósitos, por



Coordenação de Depósitos Judiciais

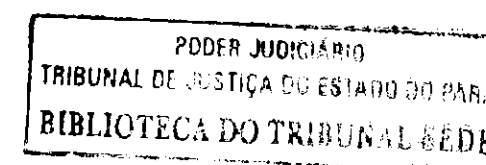
meio da validação dos pedidos de saque, condicionada à verificação de inconsistências pelo sistema e à conferência da assinatura do magistrado nos alvarás, pela Coordenadoria dos Depósitos Judiciais.

O sistema apresenta maior segurança no acesso, com administração do cadastro de usuários, que abrange os juízes, diretores e auxiliares de secretaria. Possibilita ainda maior flexibilidade para efetivação do pagamento, com depósito por boleto bancário realizado em qualquer banco, casas lotéricas, estabelecimentos conveniados com a rede bancária e também pela internet.

COMPARATIVO DO DESEMPENHO DA
MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS
Exercícios 2007 e 2008

Janeiro	132.816.253,80	134.767.223,67
Fevereiro	119.978.992,03	137.229.610,63
Março	124.298.168,83	138.639.620,75
Abril	115.994.354,37	143.853.662,95
Mai	114.160.036,10	146.731.617,00
Junho	117.135.723,60	149.998.018,16
Julho	117.863.161,53	152.991.754,52
Agosto	118.735.405,23	162.298.310,03
Setembro	125.111.360,91	166.409.136,85
Outubro	132.460.928,72	177.336.994,32
Novembro	133.760.153,13	185.802.072,72
Dezembro	134.868.855,82	188.138.616,50
Valor Total R\$	1.487.183.394,07	1.884.196.638,10
Média Anual	123.931.949,51	157.016.386,51
Crescimento Anual (%) (Jan a Dez)	1,55	39,60
Varição Anual (%) (2008/2007)		26,70

Fonte: Coordenadoria Geral de Arrecadação / Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças / TJ-PA
Dados Dezembro 2008 (Posição em 22/12/2008)



INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Ao entregar estas obras à prestação jurisdicional, o Poder Judiciário cumpre a sua sagrada missão institucional, valorizando os recursos públicos derivados dos tributos pagos pelos cidadãos e honrando a função que lhe cabe como bastião da cidadania. (ALBANIRA BEMERGUY, 2008)

Instalação de Comarcas

A instalação das Comarcas de Goianésia do Pará e Canaã dos Carajás representou um marco para a população local e uma conquista da sociedade, pois o funcionamento das Comarcas impôs maior presteza ao serviço forense nas regiões de abrangência.

O empreendimento possibilitou maior visibilidade às ações do Poder Judiciário, e se traduziu como um ganho para a população, facultando a justiça mais próxima e mais acessível, para interceder e dar soluções nas questões do cotidiano, que ensejam a atuação do judiciário. Assim, os moradores desses municípios, bem como os operadores do direito e os setores produtivos da sociedade podem trilhar firmemente, amparados nos designos das leis que garantem os direitos dos cidadãos.

O município de Juruti, que atualmente é atendido pela jurisdição da Comarca de Óbidos, também passará a sediar a sua própria Comarca. O Tribunal de Justiça do Estado firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Juruti e com a OMNIA Minérios S.A. para viabilização das obras de construção do prédio destinado à instalação do Fórum da Comarca de Juruti. Com as obras em fase de execução, a inauguração da rede física, dotada de equipamentos e com a efetiva composição funcional, está prevista para o mês de abril de 2009.

Obras de Construção e Reforma na Rede Física

No biênio 2007/2009, o TJ realizou investimentos em estrutura física empregando o montante de R\$ 18.765.075,93 em obras e serviços, sendo R\$ 6.595.892,48 no ano de 2007 e R\$12.169.183,45 em 2008.

Obras na Região Metropolitana

A reforma geral do Fórum Cível da Capital pode ser considerada como o ponto alto no quesito edificação, por referir-se a 02 (dois) edifícios que representam 12.183m² de área. Os prédios foram construídos na década de 70, quando não se dispunha de equipamentos de climatização e informática.



Desa. Presidente visita novas instalações do Fórum Cível da Capital

Para viabilizar a grande obra de reforma do Fórum cível da capital, o TJ investiu R\$ 5,4 milhões incluindo a construção da nova subestação elétrica; aquisição de um grupo gerador; servidor de rede de informática; instalação de rede elétrica e lógica; aquisição e montagem de móveis.

O TJ instalou o primeiro Processo Judicial Digital - PROJUDI do Estado do Pará. O prédio com 400m² localiza-se à Avenida José Bonifácio, 1177. A obra de reforma e de adaptação recebeu entre outros serviços: instalação de cabeamento estruturado, aquisição de mobiliário e divisórias, serviço de paisagismo, sistema de alarme e cerca elétrica.



Prédio do PROJUDI

O convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Universidade Federal do Pará (UFPA) possibilitou a construção de um Juizado Especial no Campus do Guamá, em área

disponibilizada pela UFPA medindo 342,73m². No prédio edificado, serão instaladas duas varas no Sistema informatizado do Processo Justiça Digital.

O prédio Anexo II do TJ, local onde funciona a 2ª Vara da Infância e da Juventude, também foi reformado no biênio. O edifício, construído em 1912, possui linhas neoclássicas e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Com modernas linhas arquitetônicas o Município de Marituba ganhou um novo Fórum. O TJ investiu cerca de R\$ 586,7 mil na reforma, ampliação e contratação de serviços, dos quais se destacam: construção de celas específicas para homens e mulheres, pintura geral, instalação de grades e cerca elétrica, construção de rampa metálica para portadores de necessidades especiais, nova instalação elétrica com cabeamento estruturado, ampliação da área construída do prédio, estacionamento, instalações hidro-sanitárias e, serviço de paisagismo. A ampliação permitiu a instalação de duas novas varas judiciais.

O TJ aplicou R\$ 128,5 mil na reforma e ampliação de prédio na Avenida 25 de Setembro, local de funcionamento de quatro Juizados Especiais-Trânsito, Relações de Consumo e duas Varas Especiais Cíveis.



Juizados Especiais no Campus do Guamá



Fórum de Marituba

DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS NA RMB

Local	Área m ²	Obras e Serviços	Total R\$
Almoxarifado	1.120,00	Instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e serviço de adaptação de uma grade transformando-a em portão.	40.002,68
Anexo II – TJE (2ª Vara Cível da Infância e Juv. da Capital)	920,00	Aquisição e montagem de duas plataformas para transporte vertical de PNE's, reforma do prédio da 20ª vara criminal e 24ª vara cível, paisagismo, manutenção na subestação elétrica, impermeabilização no telhado, e serviço de ativação do sistema de sonorização.	167.082,11
Diversos Setores		Serviços de metalurgia, serralheria e de recarga de extintores, aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, segurança, pintura, refrigeração e marcenaria, confecção de uniformes, manutenção de refrigeração, manutenção predial, aquisição de lavadora de alta pressão, reparo em placa receptora Green, aquisição de Pen Drive's, instalação de película solar, aquisição de 20 galões de tinta, aquisição de louças de banheiro, montagem e desmontagem de tendas, aquisição de extintores de água pressurizada, instalação de rede lógica e elétrica, recuperação de equipamentos motores-bomba, desobstrução, limpeza e retirada de detritos de redes de esgoto e aquisição e instalação de persianas.	792.991,85
Arquivo Geral	1.137,00	Deslocamento e instalação de 07 split, desinstalação e reinstalação de 72m de cerca elétrica, desintetização, detetização e descupinização, recuperação do sistema de refrigeração, impermeabilização dos rufos da cobertura, instalação de 03 condutores de água pluviais com tubos de 10 mm, revisão de calha e troca de telhas, aquisição de peças de vidro cancelado para fachada frontal, serviço de instalação de películas solar, confecção de balcão de atendimento e confecção de calha.	38.498,04
Escola Superior da Magistratura	1.421,55	Restauração de móvel, impermeabilização de paredes, aquisição e montagem de 02 plataformas para transporte vertical de PNE's, reforma e ampliação de setores da ESM, aquisição de persianas, adequação da área de enclausuramento da plataforma para PNE's.	125.787,89
Fórum Cível e Anexo I	12.266,70	Reforma do Fórum Cível da Capital, instalação de grades, reforma da rede elétrica e lógica, pintura do 3º andar, aquisição de materiais elétricos e de pintura para adaptação de salas da Com. Permanente de Mutirões, revitalização do jardim central, instalação de nova rede elétrica e lógica no 2º andar, instalação de armários na 9ª vara cível, serviço de consultoria técnica e elaboração de projeto de climatização das áreas do fórum, aquisição de lustres, construção da nova subestação elétrica, metalurgia e vidraçaria, manutenção de persianas, aquisição de balcões para a recepção e área da guarda, aquisição e montagem de móveis, recuperação geral de mobiliário, instalação de bancadas em granito nos banheiros, caixilhos e alisares em granito para a entrada dos elevadores, aquisição e instalação de placas indicativas, elaboração de projeto paisagístico, etc. Anexo I - Aquisição e instalação de sensor infravermelho e fitas antiderrapantes, serviço de instalações elétricas, aquisição de um conjunto de condensador Shell Tubi para máquina Coldex, impermeabilização das esquadrias do setor de expediente e arquivo, aquisição e instalação de placas indicativas. Pele de vidro, espelhos, corrimãos e guarda-corpos. Aquisição de 06 lustres e paisagismo.	5.482.056,56
Fórum Criminal	8.877,00	Adaptação de imóveis para o novo Fórum Criminal, confecção e instalação de degraus e corrimão, plotagens de plantas do projeto de expansão, desmontagem e montagem de poltronas, instalação de divisórias, manutenção na plataforma de PNE's, e na porta automática da garagem, aquisição de tapete personalizado, instalação de corrimão de alumínio para 02 rampas, aquisição de equipamentos de som para os 03 salões do júri, recuperação de bomba, confecção de visores peliculados, confecção de balcão em divisória naval, manutenção dos portões das celas de entrada de presos, adequação do depósito de bens apreendidos, confecção e instalação de portão tubular, transporte de bens móveis, confecção de grades, metalurgia, impermeabilização e vidraçaria, aquisição de cadeiras para o salão do júri, reparo no grupo gerador, manutenção na subestação elétrica, etc.	1.861.659,36

DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS NA RMB

Local	Área m ²	Obras e Serviços	Total R\$
Fórum Distrital de Mosqueiro	571,00	Reforma do prédio, aquisição de material elétrico, recuperação do muro e serviço de manutenção de refrigeração.	60.075,50
Juizado Especial do Guamá	342,73	Construção do Juizado Especial do Guamá. Aquisição e instalação de condicionador de ar tipo split de parede.	680.351,63
Juizado Especial do Idoso	407,56	Reforma e adaptação do prédio, aquisição de louça e materiais sanitários. Serviço de instalação de cerca elétrica.	25.407,31
Juizado Especial do Consumidor	300,00	Aquisição e instalação de divisórias, persianas e películas, adaptação do prédio, transporte de bens móveis, aquisição e manutenção de condicionador de ar, confecção e instalação de grades de ferro, rampas, armários, prateleiras e molduras para ar condicionado, aquisição de material para banheiro e instalação de forro PVC.	31.817,10
Juizado da Infância e da Juventude	650,00	Aquisição e instalação de materiais de fibra óptica e telefonia, demolição de concreto simples, retirada de rampa de meio fio e revitalização de calçada, instalação de película solar, manutenção de persianas, fornecimento, montagem e desmontagem de divisórias, pintura e aquisição de materiais elétricos.	24.433,50
Juizado Especial da Rua 25 de Setembro	840,08	Reforma e ampliação do prédio dos juizados especiais, confecção e instalação de porta de vidro, transformação de gradil fixo em porta móvel, confecção de grade de ferro e rampa de concreto, aquisição de materiais elétricos e recuperação de 15 persianas.	135.099,70
Juizado Especial do Jurunas	495,00	Reforma parcial do Juizado Especial do bairro do Jurunas.	29.608,55
PROJUDI - I	560,00	Reforma e adaptação espacial para instalação do Projudi, aquisição de coletores de lixo, de painel eletrônico de senhas, mobiliário, móveis e divisórias, paisagismo/jardinagem e instalação de cerca elétrica.	341.254,53
Sede TJ Prédio Histórico	10.371,00	Pintura geral, manutenção no sistema de refrigeração e elevadores, digitalização de plantas arquitetônicas e projetos, aquisição de vidros, persianas, material elétrico, papel para plotter, bomba submersa, material de expediente e informática, mobiliário, transporte de móveis e utensílios, aquisição de computadores, mesas, serviço de adaptação do pavimento subsolo, construção de cabina Drive Thru, instalação de parede divisória, forro e rodapé, película solar, manutenção de geradores, adaptação espacial, serviço de metalurgia, vidraçaria e climatização, elaboração de projetos básicos de CFTV, adaptação dos arquivos da Seplan no subsolo, etc.	1.031.759,98
Sede TJ Prédio Anexo	7.888,00	Aquisição e instalação de painel divisório, balcões, confecção de estantes, aquisição de sofás, porta de alumínio para o quadro de condutores do sistema de refrigeração, alteração de layout na C. do Interior, confecção de porta de vidro e 02 grades para banheiros, etc.	26.931,63
Serviço Médico e Odontológico	550,00	Afixação de toldo, serviços na cobertura, instalação de divisórias, impermeabilização de calhas e do piso e manutenção em Tri-split.	14.276,91
Fórum de Ananindeua	1.820,02	Impermeabilização de calhas, manutenção em ar condicionado, instalação de divisórias e forros, reforma na 10ª Vara Cível de Ananindeua, esgotamento de tanque e fossa séptica, instalação de porta detectora de metal, retelhamento, pintura de móveis, reparos nos banheiros, em goteiras e infiltrações no salão do júri, manutenção da subestação elétrica, reforma, e automatização dos portões de entrada/saída de veículos e, instalação de janela de alumínio.	65.850,17
Fórum de Benevides	456,07	Aquisição de materiais elétricos e de pintura, instalação de persianas e de cerca elétrica, serviço de engenharia e manutenção no prédio.	21.327,31
Fórum de Marituba	676,55	Reforma e ampliação do fórum, limpeza do terreno, aplicação de película solar, desmontagem de divisórias, adaptação do banheiro para PNE's, mudança de mobiliários, móveis e equipamentos, reforma das instalações elétricas, serviço de paisagismo, confecção e instalação de balcão de atendimento, revisão do telhado e aquisição e instalação de uma marquise em estrutura metálica e vidro.	598.017,88
Outros Serviços		Aquisição de materiais diversos, serviço de limpeza, serviços de pintura, afixação de grades, serviços elétricos, entre outros.	126.151,92
TOTAL GERAL - REGIÃO METROPOLITANA			11.754.303,16

Fonte: Departamento de Engenharia Arquitetura e Manutenção

Obras no Interior do Estado

Em cumprimento às metas de interiorização de obras de reforma, o prédio do Fórum de Altamira foi ampliado e totalmente reformado com investimento de cerca de R\$ 700 mil reais.

Mereceram adequação, com instalações mais modernas

e revitalização dos espaços físicos, os Fóruns de Bragança, Irituia, Mãe do Rio, Bonito, Santarém, Viseu, Alenquer, Bragança, Canaã dos Carajás, Chaves, Curionópolis, Rondon do Pará, Senador José Porfírio e Tailândia.

A reforma dos Fóruns de Oriximiná e Paragominas, resultou de convênios: O convênio de nº 015/2008, firmado entre o Tribunal de Justiça e a Empresa Mineradora Rio do Norte - MRN, teve por objeto a reforma do Fórum da Comarca de Oriximiná, com área correspondente a 264,54 m². E o convênio de nº 04/2008, assinado entre o TJ e a Prefeitura Municipal de Paragominas, previu a reforma e ampliação do Fórum da Comarca, com área de reforma equivalente a 533,16 m² e a de ampliação 481,14 m².

Os Fóruns de Brejo Grande do Araguaia e Oeiras do Pará foram reformados e ampliados. Em ambos os prédios foram executados a substituição da cobertura, troca de piso, pintura geral e instalações de novas



Fórum de Brejo Grande do Araguaia



Fórum de Oriximiná

redes elétricas e lógicas. No prédio de Brejo Grande do Araguaia foi construído um bloco carcerário para abrigar presos provisórios.

No município de Colares, o Judiciário investiu aproximadamente R\$ 191 mil reais na recuperação da infra-estrutura

física do Termo Judiciário. Durante as obras, apenas as paredes externas foram aproveitadas.

Todas as instalações elétricas, hidro-sanitárias, cobertura, pisos e revestimentos foram substituídos.

A execução de cada projeto de engenharia foi precedida do levantamento de expectativas locais tomando por base os parâmetros de acessibilidade, a implantação de rede lógica para utilização da tecnologia de informação, a questão da segurança, o conforto do público interno e externo, e independente do tamanho e da complexidade obra, a busca pela qualidade dos serviços foi uma constante.



Fórum de Oeiras do Pará



Fórum de Colares



Fachada do Fórum de Novo Repartimento

Na reforma do Fórum de Irituia Juiz Carlos Newton Segadilha, foram investidos cerca R\$ 160 mil reais na execução do projeto que incluiu a recuperação estrutural do telhado, piso, forro, cobertura da área de circulação que integra os dois blocos do prédio, e a substituição das redes hidráulicas e elétricas.

O Fórum de Bragança Desembargador Augusto Rangel de Borborema foi totalmente reformado, perfazendo a área de 970 m², com investimento aproximado em R\$ 460 mil reais. As novas

instalações contemplaram dependências essenciais ao funcionamento do expediente da Comarca, constante de salão de júri, salas para audiências, gabinetes para dois juízes, salas para o Ministério Público, Defensoria Pública e OAB. O prédio recebeu pavimentação cerâmica, pintura, esquadrias de alumínio e, significativas mudanças nas redes elétricas e lógicas, que permitirá transmissão de dados e voz pelo novo sistema.

A Desembargadora Presidente Albanira Bemerguy nas solenidades de inauguração dos fóruns de Irituia e Bragança, lembrou que "a reforma, ampliação e construção de fóruns têm sido uma constante nas gestões do Tribunal de Justiça do Estado, ao mesmo tempo em que se promovem avanços tecnológicos e funcionais necessários ao atendimento das demandas sempre crescentes em todas as Comarcas".



Novo Fórum de Irituia



Fórum de Bragança

DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO

Local	Área m ²	Obras e Serviços	Total R\$
Alenquer	184,80	Adaptação de imóvel para funcionamento provisório do Fórum, reforço estrutural e reforma do prédio.	130.463,80
Altamira	884,00	Reforma e conservação do Fórum, instalação de balcão, espelhos para banheiros, bomba d'água, persianas e grades para a Vara Agrária.	759.825,15
Augusto Corrêa	507,50	Revisão nas instalações elétricas e de rede lógica do Fórum.	13.550,40
Aurora do Pará	437,18	Construção e ampliação do muro do Fórum.	14.937,44
Bonito	428,81	Construção do muro, ampliação e reforma do Fórum.	119.249,51
Bragança	961,12	Reforma do telhado e reforma geral do Fórum.	460.541,94
Brejo G. do Araguaia	597,00	Adaptação de imóvel para funcionamento do Poder Judiciário.	68.533,94
Breves	648,66	Instalação de ar condicionado, pontos lógicos para computadores, aquisição e instalação de caixa d'água e grades de ferro no Fórum.	29.690,78
Canaã dos Carajás	538,00	Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo Split, cabeamento estruturado para atender voz e dados no prédio do Fórum.	121.377,51
Castanhal	1.570,33	Instalação de película solar, aquisição de materiais elétricos e de refrigeração, rebobinamento de motor, fabricação de armários para guardar armas, instalação de alarmes e adaptação da sala das armas, reparos na subestação elétrica do Fórum, adequação do sistema elétrico, recuperação do telhado, mudança de layout da 4ª vara criminal, reparos no prédio do Juizado Especial de Castanhal, elaboração de projeto da rede lógica e instalações elétricas para adaptação de imóvel dos Juizados Especiais e Varas Cíveis da Comarca, locação de galpão. Reforma geral do Fórum.	692.351,19
Chaves	363,00	Reforma do telhado, reforma e ampliação do Fórum.	110.672,74
Colares	170,00	Reforma e ampliação para instalação do Fórum.	173.751,79
Curionópolis	250,00	Reforma parcial do Fórum.	90.246,82
Currálinho	414,64	Recuperação da cobertura do Fórum.	12.995,12
Goianésia do Pará	200,22	Serviço nas instalações elétricas, lógicas e Splits do Fórum.	13.895,18
Irituia	480,00	Aquisição de um compressor, substituição de esquadrias, troca de peças do telhado, reforma e ampliação do Fórum, confecção de balcão para a Secretaria Judiciária e reforma do prédio do Fórum provisório.	191.561,79
Itaituba	933,00	Esgotamento de fossa, manutenção de aparelhos de ar condicionado, reforma da cobertura, limpeza e manutenção nos sistemas de esgoto sanitário, pintura do Fórum e aquisição de espelhos para banheiros.	126.571,50
Juruti	1.130,00	Convênio com a Empresa Alcoa Alumínio S.A para construção do novo Fórum e Residência do Juiz.	
Limoeiro do Ajurú	200,00	Reforma no telhado com recuperação do sistema de drenagem e calçada externa, reforma parcial do Termo Judiciário.	84.242,87
Mãe do Rio	458,00	Reforma do Fórum.	274.696,98
Marabá	2.620,00	Recuperação da cobertura, manutenção nos aparelhos de ar condicionado, laudo de avaliação técnica na estrutura do prédio do Fórum, serviços emergenciais e de engenharia para execução de novas lajes de piso, reforço estrutural e de fundação, obras de acabamento e serviço de engenharia para análise estrutural do prédio de Fórum.	599.538,80
Maracanã	308,70	Elevação de muro e instalação de cerca elétrica.	13.976,55
Melgaço	124,91	Reforma parcial do Fórum.	39.709,33
Mojú	590,00	Reforma do telhado e pintura externa, manutenção da caixa d'água, substituição dos ripões do forro e pintura da sala do Fórum, escoramento em madeira e elaboração de projeto de reforço estrutural do prédio. Recuperação estrutural do Fórum iniciada em 19/12/08.	143.488,21

DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO

Local	Área m ²	Obras e Serviços	Total R\$
Oeiras do Pará	161,27	Reforma com ampliação da residência oficial para instalação do Fórum, aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, serviço de descupinização, aquisição e instalação de sistema de abastecimento de água para o Fórum da Comarca.	170.641,12
Oriximiná	340,00	Convênio com a Prefeitura Municipal e Mineradora Rio do Norte para reforma geral do Fórum.	
Peixe Boi	109,29	Reforma do telhado, reforço estrutural e pintura geral do Fórum.	57.458,77
Primavera	195,00	Adaptação de imóvel para funcionamento provisório do Fórum, reforço estrutural e reforma do prédio.	14.498,10
Redenção	1.110,33	Aquisição de persianas para Vara Agrária, instalação de divisórias, inspeção e elaboração de projeto estrutural e geotécnico, aquisição de materiais elétricos e de informática, reforma, instalação de divisórias e equipamento de segurança no prédio da Vara Agrária, levantamento topográfico plani-altimétrico do terreno do novo Fórum, elaboração de laudos de sondagem e projetos de fundações, elétrico e de drenagem para construção do novo Fórum, construção do Fórum da Comarca.	483.574,66
Rondon do Pará	740,00	Revisão nas instalações elétricas, confecção e instalação de grades, reforma e ampliação do Fórum.	383.497,50
Rurópolis	275,52	Reforma no telhado do Fórum.	14.894,42
Santa Izabel do Pará	859,50	Contrato de limpeza e conservação do Fórum, reforma do Juizado Especial, pintura interna e reforma no telhado do Fórum.	40.406,90
Santarém	5.344,38	Reforma do Fórum, manutenção e reparos, limpeza da fossa, do forro, dedetização e controle de pragas, manutenção de aparelhos de ar condicionado, instalação de molduras, de divisórias (almojarifado e arquivo geral), aplicação de película nas janelas do Fórum.	296.409,45
S. Dom. do Araguaia	321,00	Reforma Geral do Fórum.	101.703,01
São Ger. do Araguaia	442,98	Recuperação de reboco e pintura parcial do Fórum.	14.848,00
Senador José Porfírio	377,50	Construção do muro e reforma do Fórum.	114.702,21
Tailândia	391,00	Reforma e ampliação do Fórum.	315.526,99
Tomé-Açu	416,77	Reforma geral do Fórum e serviço para ajuste de portas e janelas. Retirada de louças e metais danificados no Fórum. Ações realizadas antes do incêndio.	97.773,77
Tucuruí	438,02	Aquisição de tapetes e persianas, serviço de limpeza e manutenção de aparelhos de ar condicionado e serviços de engenharia para instalação do núcleo de penas alternativas e cobertura de garagem do prédio antigo do Fórum.	18.518,04
Vigia	246,42	Aquisição de mobiliário, instalação e manutenção de cerca elétrica no Fórum.	11.427,48
Viseu	414,01	Adaptação na residência oficial para abrigar provisoriamente o Fórum.	44.549,56
Xinguara	367,63	Aquisição de pedra de ardósia para balcão, reforma nas instalações elétricas, aquisição de aparelhos de ar condicionado, instalação de sistema de segurança com cerca elétrica e circuito interno de TV, reforma no telhado e reforma no Fórum.	48.702,95
Outros Serviços		Aquisição de materiais diversos, serviço de limpeza, serviços de pintura, fixação de grades, serviços elétricos entre outros.	155.275,06
TOTAL GERAL - INTERIOR			7.010.772,77

Aquisição de Equipamentos e Mobiliário

Aquisição de Veículos

Adquiridos cinquenta e um veículos de diversos portes, para atendimento das necessidades das Comarcas da capital e do interior do Estado, respeitando as especificidades regionais, suas características de relevo e de distâncias. Foram celebrados novos contratos para garantir a manutenção mecânica dos veículos e também suprir o fornecimento de produtos automotivos e lubrificantes.

DEMONSTRATIVO DO ACRÉSCIMO NA FROTA DE VEÍCULOS

Descrição	Quantidade	Especificação
Automóveis Médios	20	Fiat Pálio / Ford Fiesta
Utilitário / Van (doação)	01	Peugeot Boxer
Utilitário / Kombi	03	Volkswagen
Lanchas / Casco de Alumínio	17	Motor Yama
Motocicletas	10	Honda CG 125 cc
Totalização	51 Aquisições	

Fonte: Relatório de Atividades Secretaria de Administração 2007 / 2008

Bens Mobiliários e Equipamentos

Considerando as construções, ampliações e reformas realizadas nos imóveis do TJ e a necessidade de dotá-los com equipamentos e móveis adequados, providenciou-se o mobiliário das edificações: Fórum Cível da Capital; PROJUDI/3º Vara, 2ª Vara da Infância e Juventude; Juizado da Rua 25 de Setembro; Juizado Especial da UFPa; Anexo São João; Casa do Projeto Aguapé; Fórum de Marituba; Termo Judiciário de Colares; Fórum de Parauapebas; Fórum de Altamira; Fórum de Novo Repartimento; Fórum de Viseu; Fórum de Oriximiná; Fórum de Goianésia; Fórum de Chaves; Fórum de Brejo Grande do Araguaia; Fórum de Irituia; Fórum de Bonito; Fórum de Mãe do Rio; Fórum de Canaã dos Carajás e a Vara Criminal de Santarém.

Com relação à substituição e à complementação de mobiliário, foram atendidos os seguintes Fóruns: de Tucuruí; Breu Branco; Marituba; Goianésia; Marabá; São João do Araguaia; São Domingos do Araguaia; São Geraldo do Araguaia; Parauapebas; Curionópolis; Tucumã; Xinguara; Redenção; Santana do Araguaia; Conceição do Araguaia e Fórum de Alenquer.

Assim, para atender as 16 Regiões Judiciárias foram investidos R\$ 6.793.718,19 (seis milhões setecentos e noventa e três mil setecentos e dezoito reais e dezenove centavos) na aquisição de bens mobiliários, suprimindo, prioritariamente, as demandas oriundas da área finalística.

Segurança Patrimonial

Buscou-se atuar de forma pró-ativa na implantação de ações na área de segurança patrimonial, visando dotar os Fóruns, Juizados, Varas e demais edificações administrativas, com equipamentos capazes de minimizar a insegurança que tem afetado as Comarcas, notadamente, aquelas localizadas no interior do Estado. Foi realizado o levantamento situacional nas Comarcas e foram deflagradas medidas emergenciais definidas em conjunto com a Coordenadoria Militar, enquanto procedia-se a execução de estudos, no sentido de delinear o planejamento estratégico voltado especificamente à definição do Plano de Segurança Patrimonial do TJ, com cobertura integral da rede física e de bens patrimoniais.

Em conformidade com o disposto nas Portarias nº 001 e 553/2007-GP que versam sobre a racionalização de recursos financeiros e administrativos, as principais medidas de segurança patrimonial referem-se à aquisição de cerca elétrica com alarme, serviço de monitoramento 24 horas com sensor de presença e, em casos extraordinários, serviço de vigilância armada.

ITENS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL ATENDIDOS POR REGIÃO JUDICIÁRIA

Regiões Judiciárias

Ações Desenvolvidas

1ª Região Judiciária

Marituba

Instalação de posto de vigilância Armada 24 horas;
Instalação de cerca elétrica.

Icoaraci

Fórum: Instalação de cerca elétrica e sensores de presença;
Projeto Aguapé: Serviço de vigilância 24 horas.

Juizado/ 25 de setembro

Instalação de cerca elétrica.

Juizado/ Jurunas

Serviço de vigilância armada 24 horas.

Estacionamento do Jurunas

Serviço de vigilância armada 24 horas.

ITENS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL ATENDIDOS POR REGIÃO JUDICIÁRIA

Regiões Judiciárias	Ações Desenvolvidas (continuação)	
1ª Região Judiciária	Escola da Magistratura Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	Almoxarifado Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	Fórum de Mosqueiro Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	Anexo São João Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	Vara da Infância e Juventude Tamandaré Instalação de cerca elétrica; Sensores de presença.	
	Juizado do PAAR Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	Projud Serviço de vigilância armada 24 horas.	
	2ª Região Judiciária	Vigia Instalação de cerca elétrica.
	3ª Região Judiciária	Colares Instalação de sensores de presença (em andamento).
	4ª Região Judiciária	Castanhal - Juizado Especial: Instalação de cerca elétrica; Sensores de presença e vigilância 24 horas.
5ª Região Judiciária	Marapanim Instalação de sensores de presença (em andamento).	
7ª Região Judiciária	Salinópolis Serviço de vigilância 24 horas.	
9ª Região Judiciária	Viseu Instalação de cerca elétrica.	
10ª Região Judiciária	Moju Instalação de sensores de presença (em andamento).	
11ª Região Judiciária	Tailândia Instalação de posto de vigilância armada 24 horas.	
12ª Região Judiciária	Itupiranga Instalação de cerca elétrica.	
13ª Região Judiciária	Jacundá Instalação de cerca elétrica.	
14ª Região Judiciária	Tucuruí Instalação de cerca elétrica e sensores de presença.	
15ª Região Judiciária	Rondon do Pará Instalação de cerca elétrica e sensores de presença.	
24ª Região Judiciária	Canaã dos Carajás Instalação de cerca elétrica.	
	Marabá Instalação de cerca elétrica.	
	Brejo Grande do Araguaia Instalação de sensores de presença (em andamento).	
	Conceição do Araguaia Cerca Elétrica e sensores de presença.	
	Breves Instalação de cerca elétrica.	

Fonte: Relatório de Atividades Secretaria de Administração 2007 / 2008

Inventário Patrimonial

Em fase de execução, realiza-se o inventário dos bens móveis e imóveis de todas as Comarcas instaladas no território paraense. Tal iniciativa permitirá, com o auxílio do sistema informatizado ERP- Sistema de Controle de Bens Patrimoniais, a construção de banco de dados e maior controle dos bens patrimoniais, possibilitando a efficientização do planejamento para aquisição de materiais permanentes, conservação e descarte de bens inservíveis. De forma complementar, em paralelo ao levantamento do inventário, efetua-se estudo para estabelecer uma matriz voltada à padronização do mobiliário do TJ.

Licitações e Contratos

É consenso que as despesas públicas devem ser balizadas nos princípios da legalidade, impessoalidade, transparência e seriedade, buscando racionalizar os recursos e dar publicidade aos feitos, com a certeza de ter-se mantido fiel ao conceito da moralidade, pressuposto indispensável ao exercício da administração pública.

No biênio 2007/2009, foram efetuados 222 procedimentos licitatórios que sob acompanhamento gerencial resultaram em uma economia financeira na ordem de 9.849.381,85 (nove milhões oitocentos e quarenta e nove mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) que corresponde a uma economia percentual média de 21,33% no biênio.

Comparativo dos Montantes Licitados
2007 / 2008



Fonte: Comissão Permanente de Licitação 2008

Pregão Eletrônico

No segundo semestre do ano de 2008, o TJ deu um grande passo rumo à modernização do processo licitatório, passando a operar a modalidade pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços. O Pregão Eletrônico permite que empresas sediadas em todo o território brasileiro possam concorrer nos certames indicados nos editais, constituindo-se como uma ferramenta que imprime maior celeridade, transparência e economicidade aos procedimentos licitatórios.

A passagem do pregão presencial para o pregão eletrônico se conformou como mais uma medida facilitadora, vindo confirmar o caráter inovador da gestão, conferindo maior transparência às movimentações administrativas.

A modalidade pregão constituiu 89,3% da economia obtida no período, ao tempo em que os procedimentos convencionais corresponderam a 10,7%. É importante salientar que nesses procedimentos inexitem demandas judiciais. O baixo índice de interposição de recursos administrativos e impugnações evidencia a preocupação deste Tribunal na formulação dos editais para consecução de obras, reformas e demais aquisições.

Economia Apurada no Biênio



Fonte: Comissão Permanente de Licitação 2008

Para a formalização dos certames licitatórios, primou-se pelo acompanhamento dos preceitos designados na lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos na esfera pública.

Digitalização de Contratos

Foi efetuada a digitalização de todas as peças relativas a convênios, contratos e atas de registro de preços, construindo um banco de dados dos documentos com a criação de arquivos de segurança, reduzindo a circulação de papel, facilitando a consulta dos instrumentos.

Prestação de Serviços de Suporte Administrativo e Apoio Operacional

Durante o biênio, foram demandados pelas Comarcas suporte operacional, serviços e atividades relacionadas à logística. Todos esses trabalhos foram necessários para garantir a efetivação dos eventos programados pelos órgãos do TJ.

O exercício foi encerrado com 38 contratos em vigor, celebrados com empresas prestadoras de serviços, com objetos que variam desde limpeza e conservação, até o fornecimento de combustíveis e segurança armada, representando anualmente o investimento aproximado a R\$ 9.534.089,00 (nove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos) com um custo/mês na ordem de R\$ 787.099,16 (setecentos e oitenta e sete mil, noventa e nove reais e dezesseis centavos).



1º Pregão Eletrônico do TJE

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Poder Judiciário paraense acredita que o uso das Tecnologias da Informação e Telecomunicações -TIC é um caminho sem volta para ofertar ao cidadão melhor prestação jurisdicional ao cidadão.

Na medida em que viabiliza serviços com características inovadoras concernentes à disponibilidade, acessibilidade, presença estadual, segurança, confiabilidade e facilidade de acesso, a TIC é uma área que vem se consolidando de grande importância para a melhoria da justiça na esfera local e nacional.

Nesse contexto, dentro do planejamento orçamentário, buscou-se direcionar investimentos para a área tecnológica, demonstrando inequívoca de patrocínio a uma política institucional contemporânea, que vislumbra a integração da informação entre os órgãos deste Poder, procedimento essencial ao cumprimento da missão jurisdicional.

A experiência acumulada nos períodos anteriores possibilitou dinamizar mais fortemente ações pragmáticas de distribuição de recursos de hardware, software e serviços para as Comarcas do interior, que antes, tradicionalmente, enfrentavam dificuldades e isolamento incomparavelmente maiores do que hoje.

O processo de informatização não representa por si só a solução de todos os problemas da organização. Assim sendo, é importante compor os investimentos para o enfrentamento da crescente demanda por serviços da justiça, conciliando recursos para infraestrutura física das Comarcas e contratação, por meio de concurso público, de novos magistrados e servidores, que, apesar do quadro crescente no último biênio, ainda se mostra deficitário. Não é demais lembrar a extensão territorial do Pará e as dificuldades existentes em muitos municípios, que exigem, no campo da informática, o contínuo esforço no estabelecimento de ações institucionais de médio e longo prazo.

A linha de atuação preceituou, no primeiro momento, o resgate de problemas básicos de infraestrutura de TIC para, em seguida, produzir serviços de melhor qualidade e em maior quantidade. Destacam-se como os mais relevantes:

Atualização Tecnológica do Parque de Equipamentos de Informática

Para fazer frente ao aumento gradativo do número de magistrados e servidores e à obsolescência que atinge a vida útil dos equipamentos, foi feito o aporte de aproximadamente 1.200 novos computadores, consolidando a política de renovação qualitativa e crescimento do parque de equipamentos.

Reforma e Instalação da Infra-estrutura de Cabeação Elétrica e Lógica

As instalações elétricas e lógicas dos prédios que abrigam as Comarcas e demais unidades do Poder Judiciário vêm recebendo, de modo contínuo e gradativamente, sistemas de cabeação estruturada, que provêm flexibilidade e confiabilidade do tráfego de informações.

Ampliação Quantitativa e Qualitativa da Rede de Tráfego de Dados

Os avanços da internet, a migração dos sistemas para a plataforma tecnológica, bem como a reedição da arquitetura centralizada dos sistemas exigem redes de dados mais confiáveis e com bandas adequadas a tráfegos de maior velocidade e quantidade de dados. Nesta área, procurou-se reformular toda a estratégia de interligação com as Comarcas do interior e unidades do Judiciário, inclusive providenciando a adesão ao programa Navega Pará, do Executivo Estadual, e à rede Metrobel, que interliga instituições de ensino e pesquisa na região metropolitana de Belém.

Conclusão da 1ª Etapa de Implantação do Novo Datacenter

Com a substituição de todos os equipamentos servidores por modernos equipamentos do tipo blade possibilitando ao datacenter dispor de recursos tecnológicos de proteção, dentro dos padrões internacionais de segurança da informação.

Melhoria da Infra-estrutura de Atendimento aos Usuários Internos

O crescimento da dependência dos recursos de informática exigiu a profissionalização e ampliação do quantitativo de técnicos para o atendimento e manutenção de equipamentos, expandido de 22 para 42, considerando inclusive a presença nos pólos de Santarém, Marabá, Castanhal, Paragominas e Xinguara.

Novo Sistema de Acompanhamento de Processos

A edição da Resolução Nº. 46 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da adoção pelos Tribunais, de tabelas únicas de classes, assuntos e movimentos em todas as instâncias além da necessidade de evolução tecnológica das ferramentas informatizadas que atendem a atividade fim da instituição judiciária, propiciou a efetivação de um trabalho de grande envergadura e complexidade.

O novo Sistema de Gestão de Processos Judiciais - LIBRA, completamente desenvolvido pela Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará, implementou melhorias, uma vez que é construído com tecnologia web e base de dados centralizada. Esta última



Exposição do Sistema no Pleno

característica simplificou sobremaneira a gerência, operação e manutenção do banco de dados das informações processuais, bem como o controle dos dados, geração de estatísticas e redução de custos operacionais. Este sistema já está integralmente implantado na Comarca de Benevides, escolhida como Comarca piloto para o projeto.

Sistema de Controle e Acompanhamento de Presos, Provisórios e Apenados

Na área de abrangência do projeto LIBRA, foi implementado o módulo informatizado resgatando definitivamente as lacunas de disponibilidade de informações precisas sobre a situação processual e prisional de réus presos, provisórios e apenados. O aplicativo integra todas as funcionalidades necessárias para a administração da situação processual dos presos, bem como os registros carcerários, integrando as informações do Poder Judiciário com o Sistema Penal.

O sistema permite o armazenamento e controle de dados sobre réus, presos e apenados imprimindo agilidade, confiabilidade no acesso às informações exigidas para a boa prestação jurisdicional.

Novo Diário da Justiça

O novo Diário da Justiça, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, eliminará completamente a versão impressa pelo uso da certificação digital e propiciará economia de recursos além de viabilizar a publicação de resenhas de todas as Comarcas do Estado.

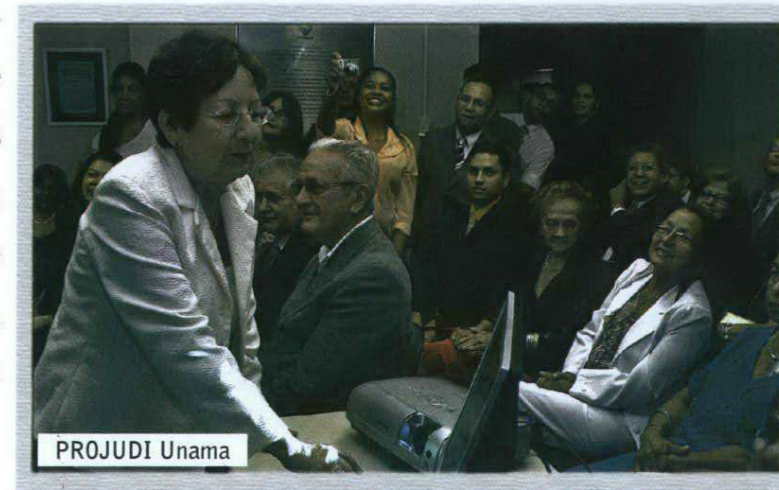
Certificação Digital

Em agosto/2008, foi iniciado o processo de entrega dos certificados digitais para magistrados. Gradativamente, o certificado se consolidará como um instrumento de trabalho que garante autenticidade, confidencialidade e integridade das informações que compõem as transações eletrônicas.

Processo Judicial Digital

Distribuído pelo Conselho Nacional de Justiça, o Processo Judicial Digital - PROJUDI é um sistema informatizado que dissemina um modelo nacional de justiça sem papel. Em total conformidade com a Lei 11.419/2006, que reconhece e autoriza o uso de meios eletrônicos para registro e tramitação de processos judiciais virtuais. A ferramenta busca celeridade e efetividade na prestação jurisdicional de qualidade aos cidadãos.

O serviço evidencia o tempo nobre em detrimento do tempo neutro do processo, que é aquele gasto com tramitações meramente burocráticas. No período 2007-2009, em cinco julgados, os processos tramitaram de forma totalmente virtual. Os excelentes resultados obtidos demonstraram que o processo virtual tende a se consolidar como a perspectiva do Judiciário para muitos tipos de processo.



PROJUDI Unama

GESTÃO DE PESSOAS

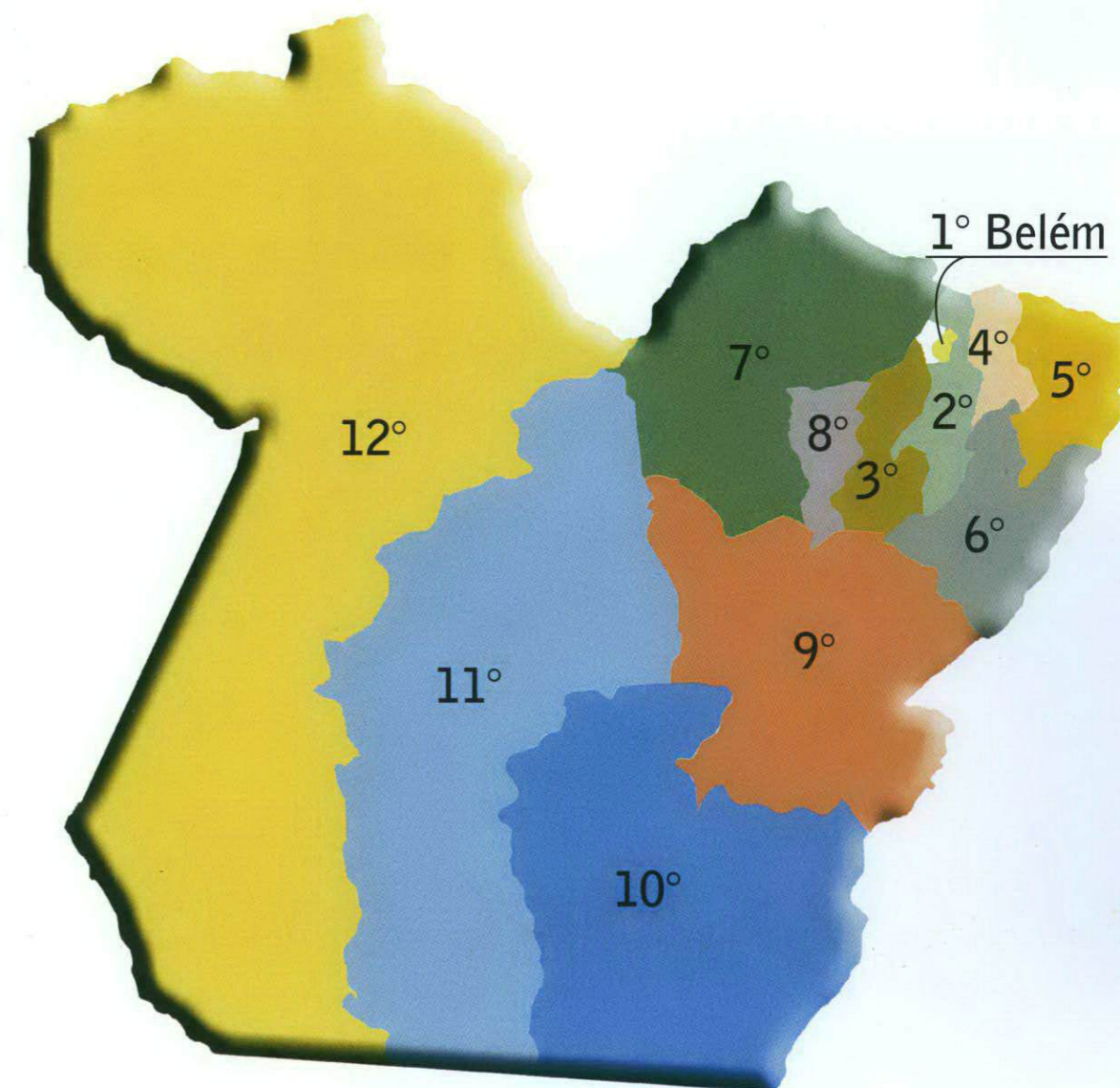
Neste biênio, a política de gestão de pessoas foi idealizada tomando por referencial duas vertentes: de um lado objetivando suprir as deficiências de recursos humanos nas Comarcas do interior do estado, e de outro, implementando um programa de modernização, inclusive com a implantação de um novo sistema de gerenciamento de recursos humanos, mudanças de procedimentos administrativos além de um ambicioso programa de capacitação de servidores.

Para tal, foi empreendido um esforço de investimento na estruturação do quadro de recursos humanos (magistrados, serventuários e servidores) com a ampliação do efetivo, por meio do ingresso de novos magistrados e servidores para reforçar a capacidade laboral do Poder Judiciário.

Concomitantemente, fez-se imprescindível viabilizar a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações-PCCR, instituído pela Lei nº 6.969/2007, com o enquadramento dos servidores na nova estrutura de remuneração, cargos, carreiras e benefícios, consoante a normativa legal. O Plano prevê a progressão horizontal e vertical para os servidores, a isonomia na escolaridade exigida entre as Comarcas da capital e do interior, o adicional por titulação e a criação da carreira judiciária para os serventuários da Justiça. Esta ação representa o reconhecimento e valorização dos servidores do Tribunal que passaram a dispor da efetiva possibilidade de progressão na carreira.

Em atenção a Resolução nº 017/2007-GP do Tribunal Pleno, foram redefinidas as Regiões Judiciárias na jurisdição do TJ e criados 12 Pólos Administrativos, objetivando a descentralização administrativa para viabilizar o suporte da atividade finalística, e ainda, a racionalização do apoio técnico e operacional a todas as 107 Comarcas. A organização estrutural compreendeu 16 Regiões Judiciárias e cada uma dispondendo de, no mínimo, um Juiz de Direito Substituto, com status de Juiz Regional. A aplicação do modelo resultante da reestruturação possibilitou a identificação de pontos de melhoria e, para a superação das deficiências de servidores nas Comarcas do interior, optou-se, inicialmente, por priorizar as Comarcas com maior movimento processual e aquelas localizadas em áreas de maiores conflitos.

Polos Judiciários do Pará



Polos

- | | |
|----------------------------|---------------|
| 1 - Metropolitana de Belém | 7 - Marajó |
| 2 - Santa Isabel do Pará | 8 - Cametá |
| 3 - Abaetetuba | 9 - Marabá |
| 4 - Castanhal | 10 - Redenção |
| 5 - Capanema | 11 - Altamira |
| 6 - Paragominas | 12 - Santarém |

O Poder Judiciário do Estado do Pará está presente em 75% do total de municípios do Estado, com 107 Comarcas instaladas e dispõe em seu quadro funcional 294 magistrados, sendo 30 desembargadores. Do total de juízes, 58% estão lotados nas Comarcas do interior do Estado e 42% na capital.

MAGISTRADOS POR UNIDADE DE LOTAÇÃO

Ref.	Discriminação	Unidade	Quantidade
01	Desembargadores	Tribunal	30
		Fórum Criminal	28
02	Juízes	Fórum Cível	60
		1ª Entrância	92
		2ª Entrância	77
03	Juízes togados	JEPC	2
		Fórum Criminal	3
04	Pretores	Fórum Cível	1
		Interior	1
05	TOTAL		294

Fonte: DGP/SGG (nov/2008)

Os servidores em atividade perfazem um total de 3.467, distribuídos nas atividades finalísticas 87,71% e nas atividades de suporte 12,29%.

LOTAÇÃO DOS SERVIDORES POR ATIVIDADE

Ref.	Discriminação / Unidade	Quantidade	%
01	ATIVIDADE FIM	3.041	87,71
	Gab. Desembargadores	120	3,46
	Corregedorias	18	0,52
	Secretaria Tribunal	224	6,46
	Fórum Cível	398	11,48
	Fórum Criminal	249	7,18
	Juizado Especial	166	4,79
	Comarcas do Interior	1866	53,82
02	ATIVIDADE MEIO	426	12,29
	Escola Superior da Magistratura	5	0,14
	Secretaria da Presidência	74	2,13
	Secretarias de Apoio	347	10,01
03	TOTAL	3.467	100,00

Fonte: DGP/SGG (nov/2008)

Do quadro de servidores lotados nas Comarcas do interior do Estado, 58,84% são funcionários do Poder Judiciário do Pará e 41,16% requisitados. Dos servidores acolhidos de outros Poderes, a grande maioria é oriunda das Prefeituras locais, sedimentando a política de parceria que tem colaborado para complementar, em caráter provisório, o quadro de servidores necessário ao atendimento dos jurisdicionados nos municípios.

QUADRO DE SERVIDORES COMARCAS DO INTERIOR

Polo	Região Judiciária	Do quadro	Servidores (Qtd.)			TOTAL
			Com Ônus	Sem Ônus	TOTAL	
1°	Metropolitana de Belém	150	13	18	31	181
2°	Santa Izabel do Pará	68	13	35	48	116
3°	Abaetetuba	77	20	39	59	136
4°	Castanhal	121	12	54	66	187
5°	Capanema	113	12	64	76	189
6°	Paragominas	36	1	36	37	73
7°	Marajó	40	8	16	24	64
	Breves	47	3	33	36	83
8°	Cametá	30	6	22	28	58
9°	Tucuruí	20	1	53	54	74
	Marabá	122	26	65	91	213
10°	Xinguara	21	9	30	39	60
	Redenção	48	1	10	11	59
11°	Altamira	59	10	25	35	94
12°	Santarém	126	18	64	82	208
	Itaituba	20	12	39	51	71
	TOTAL	1.098	165	603	768	1866
	%	58,84	8,84	32,32	41,16	100,00

Fonte: DGP/SGG e Coordenadoria de Estatística/TJE (nov/2008)

Complementarmente, por meio de Contrato com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, o Poder Judiciário atuou na formação de capital humano, criando oportunidades de desenvolvimento de capacidades e competências, ofertando estágios pré-profissionais a estudantes de nível médio e superior, com desempenho tanto na área finalística como nas atividades de suporte. Totalizaram 331 estagiários lotados nas diversas unidades operacionais tanto na capital como no interior, sendo que 246 são estudantes de nível superior e 85 de nível médio. A parceria para estágios também se implementou por meio de convênios com Instituições de Ensino Superior da rede pública e de natureza privada.

Ações voltadas para o Desenvolvimento Institucional

Há de se destacar ainda, o investimento na gestão de pessoas, com a primordial finalidade de suprir as deficiências de recursos humanos nas Comarcas do Interior do Estado, mas sem perder de vista o compromisso com a qualificação dos servidores, consolidando uma fase de forte crescimento das potencialidades funcionais, apostando na valorização do capital humano como alicerce estrutural para viabilizar soluções de gestão.

Para conduzir as políticas de gestão, baseadas na dimensão das pessoas, trabalhou-se com eventos integradores, incentivando a comunicação interna, com o intuito de superar entraves e otimizar os processos.

- Realização de Concurso Público para Juízes

O certame ofertou 50 vagas, sendo que apenas 11 foram preenchidas.

- Contratação de 254 Servidores Aprovados em Concursos Públicos

Os concursos foram realizados em 2006, para atender as diversas áreas operacionais do poder Judiciário, não só nas atividades finalísticas, mas também nas de apoio.

- Seminários Regionais

Eventos realizados nas Comarcas-Polo do Estado para



Cerimônia de Titularização de Juízes - fev. 2008



Cerimônia de Titularização de Juízes - mar. 2008

discussão de temas relevantes ao exercício das funções da magistratura. Nesses encontros houve a participação dos magistrados e dos serventuários de justiça, num processo de interação para maior conhecimento e visão estratégica dos problemas e desafios do Judiciário paraense.

Na concepção do TJ, os eventos regionalizados operaram como centros de estudo e reflexão das temáticas relativas aos fenômenos jurídicos e sociais. A sistemática adotada em todos os eventos fomentou o debate de temas de interesse, estimulando a busca do conhecimento e o desenvolvimento de aptidões para a aprendizagem autônoma. Nessa direção, os conteúdos da programação foram organizados de modo a incentivar a magistratura a se atualizar em conhecimentos específicos da área jurídica, oportunizar a troca de experiências entre os participantes, enfim, capacitá-los ainda mais ao cumprimento da nobre missão judicante de que estão investidos.

No biênio foram realizados quatro Seminários Regionais da Magistratura, respectivamente em Santarém, Região Metropolitana de Belém, Salinópolis e Barcarena.

A Desembargadora Presidente Albanira Bemerguy destacou, durante os eventos, a importância dos seminários de interiorização e regionalização do Judiciário, ressaltando as medidas adotadas em sua



6º Seminário Regional de Magistratura - Santarém



7º Seminário Regional de Magistratura - Belém

gestão, as quais tiveram o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional, bem como, subsidiar os magistrados no exercício da função, disponibilizando a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades judicantes.



8º Seminário Regional de Magistratura - Salinópolis

Em pauta, as diretrizes preconizadas pelo TJ no biênio 2007/2009, seguidas da realização de palestras voltadas aos temas: "A execução penal e a aplicabilidade da Lei nº 7.210/84 - Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos"; "A eficácia das Penas Alternativas à prisão -



9º Seminário Regional de Magistratura - Barcarena

Coordenadora Geral do Programa Nacional de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça, Márcia Alencar"; "A interiorização das Penas e Medidas Alternativas no Pará - Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiro"; "A implementação da Lei 11.340/2006 - Desembargadora Célia Regina Pinheiro e Promotora de Justiça Sumaya Morhy Pereira"; "Justiça e Comunicação - Juiz Charles Menezes de Barros" e "As Correições no Interior - Desembargador Constantino Augusto Guerreiro"; "Nulidades do Processo Civil na Visão do STJ. Aspectos Jurisprudenciais - Ministro Ari Pargendier"; "As principais inovações introduzidas pela reforma processual em 2007 - Doutor Jean Carlos Dias"; "Aspectos Jurídicos da Prisão Preventiva"; "Justiça Constitucional e Direito Penal no Brasil - Prof. Doutor Antonio Gomes Moreira"; "Competência Jurisdicional em Matéria Ambiental -

Profª. Doutora Consuelo Yatsuda Yoshida"; "A Tutela Penal - Novos Horizontes - Promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho"; "Gestão do Poder Judiciário: algumas reflexões - Desembargador Milton Nobre"; "Direito, Democracia e Justiça. O verdugo chamado Direito Penal - Juiz Elder Lisboa da Costa"; "Mediação: alternativa para resolução não adversarial de conflito - Juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco"; "Penas Alternativas: caminho da reeducação - Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiros"; "Prisão provisória e discurso da eficiência: uma ameaça à democracia e à Constituição - Promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho"; "Sistema penitenciário e guarda de pessoas - Juiz Magno Guedes"; "Reconhecimento de causa de diminuição de pena inominada em sentença penal como corolário da aplicação dos princípios da proporcionalidade e individualização da pena - Juíza Kedma Pacífico"; "Conciliação nos Juizados Especiais - Magistrada Luana de Nazareth Santalices"; "Tribunal do Júri: novas perspectivas - Desembargador Cláudio Montalvão das Neves"; "Humanização da prisão em flagrante: responsabilidade social e dignidade da pessoa humana como paradigma - Juíza Nadja Nara Cobra Meda"; "Crime contra Mulher - Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 - Juiz Ricardo Salame".

-Implementação do Programa de Capacitação

O Programa de Capacitação envolveu magistrados, serventuários e servidores destinado à formação continuada dos recursos humanos do TJ, concebido como oportunidade de aprimoramento das práticas de trabalho concernentes ao exercício das competências funcionais, cujo beneficiário maior é o público alvo das ações institucionais.

-Seminários de ingresso para os novos servidores

Realizados com o propósito de transmitir os conhecimentos acerca da estrutura e funcionamento do Judiciário e trabalhar os direitos e deveres do servidor público, com ênfase aos conceitos de ética e sociabilidade no ambiente de trabalho.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Ref.	Cursos	Total de Servidores		
		Exercício		TOTAL
		2007	2008	
01.	ATIVIDADES FINALISTAS	483	797	1.280
01.1	Capacitação na área de Direito	386	276	662
01.2	Ações em Defesa da Criança e do Adolescente	30	276	662
01.3	Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher		276	662
01.4	Seminário de Ingresso para novos servidores		276	662
01.5	Curso de Atualização e Aperf. de Oficiais de Justiça		276	662
01.6	Pós Grad. Latu Sensu em Direito Proc. Civil Ind. e Coletivo		276	662
01.7	Pós Grad. Latu Sensu em Direito Processual Penal		276	662
01.8	Treinamento no Sistema SAP XXI, SAPCOR, UNAJ, Projeto SIPIA, Java, Libra	67	276	662
02.	ATIVIDADES MEIO	546	276	662
02.1	Capacitação na área de Gestão	5		5
02.2	Capacitação na área de Gestão de Pessoas	305	120	425
02.3	Capacitação na área de licitação e contratos administrativos	52		52
02.4	Capacitação na área administrativa	54	15	69
02.5	Capacitação na área de informática e treinamento de sistema	22	22	44
02.6	Capacitação na área de orçamento e finanças	6	5	11
02.7	Capacitação na área psico social	95	36	131
02.8	Capacitação na área de relações humanas	7	3	10
03	TOTAL	1.029	998	2.027

Fonte: Escola Superior de Magistratura / Escola de Governo do Estado do Pará (até nov/2008)

Constaram do portfólio do Programa de Capacitação:

-Treinamentos para a Semana de Conciliação

Realizados anualmente com a finalidade de preparar a equipe envolvida nas atividades concernentes ao projeto;

-Treinamento voltado para o Sistema de Controle de Processos do Tribunal

Para atender as diretrizes básicas na gestão de documentos foram realizados treinamentos em 18 Comarcas do interior do Estado: Santa Maria do Pará, Almeirim Augusto Correa, Curalinho, Santana do Araguaia, Melgaço, Tucuruí, Viseu, Jacareacanga, Castanhal, Rio Maria, Benevides, Santarém, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Salvaterra e Itupiranga, envolvendo 120 servidores;

-Seminário especial sobre o Processo Judicial Digital

O seminário especial do PROJUDI contou com a participação de técnicos do CNJ e de Tribunais de outros Estados envolvidos no mesmo processo de implantação e funcionamento da Justiça virtual em nível nacional, com o propósito da padronização de procedimentos. Simulações de atendimento e fluxo de trabalho proporcionaram conhecimento prático do funcionamento do sistema;

-Treinamento e Capacitação dos Servidores

Os servidores que atuam nas áreas de Licitações e Contratos, Controle Interno e de Gestão de Pessoas receberam treinamentos com conteúdos específicos a cada área;

-Programa de Modernização na Área de Gestão de Pessoas

Foi implantado o MENTORH, sistema de gerenciamento de recursos humanos e de mudanças de procedimentos administrativos.

O Programa foi iniciado com a adequação cadastral de todos os servidores, via intranet, o que possibilitou mapear os dados de servidores lotados nas Comarcas do interior do Estado, em curto espaço de tempo. A implementação do sistema foi prevista para ser realizada em etapas, sendo que a prioridade foi dada ao cadastro e à adequação da folha de pagamentos. A próxima etapa estará voltada aos módulos de avaliação de desempenho funcional e inclusão de treinamentos e, na sequência, a implantação do portal do servidor.



Servidores do DPG e Informática

-Implementação da Política de Valorização do Servidor

Decorrente da política setorial de gestão de pessoas, a proposta institucional atuou no campo dos relacionamentos interpessoais horizontalizando informações, no sentido da promoção individual do servidor, da harmonização de equipes e seções de trabalho, primando pela integração funcional, visando a melhoria dos padrões comportamentais e o desenvolvimento organizacional.

Ações implementadas:



Café com a Desa. Presidente do TJ-Pa

-Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Visou a promoção, a valorização e motivação dos servidores, por meio do aprimoramento bio-psicossocial do servidor, na busca do equilíbrio entre o trabalho e a qualidade de vida;



Cerimônia de Entrega das doações provindas da 1ª Gincana de Integração

-Projeto Café com a Presidente

Atividade de incentivo ao interrelacionamento, proporcionou a integração dos servidores com a cúpula decisória do Tribunal;

-Gincana de Integração e Solidariedade do Poder Judiciário

Ação de integração entre os membros do judiciário, com o objetivo de incentivar o espírito de cooperação e valorizar o voluntariado nas ações sociais. Com o tema "Parceiros da Justiça e Solidariedade", foi realizada a primeira gincana de cunho social, em três etapas:

com a realização de tarefas solidárias, com arrecadação de alimentos, material de higiene pessoal, toalhas, lençóis e fraldas, além de tarefas culturais. Foram arrecadadas toneladas de alimentos não perecíveis e roupas de cama e banho, doados a abrigos e creches da Região Metropolitana de Belém;

-Natal Solidário

O evento objetivou a mobilização do corpo funcional do Tribunal de Justiça do Pará em prol do natal de crianças carentes, com o propósito da arrecadação e doação de brinquedos para distribuição em entidades assistenciais da Região Metropolitana de Belém, beneficiando agremiações com reconhecido trabalho social, quais sejam: Espaço de Amparo Provisório Infantil; Espaço de Reabilitação de Menores Infratores; Creche do Paracurí; Carinha de Anjo; Cordeirinho de Deus; Casa do Menino Jesus; Lar Acolhedor da Tia Socorro; Casa da Esperança; Morada Espírita Legião do Bem; Centro Espírita a Voz do Consolador; Associação de Moradores Ribeirinhos do Bairro da Pratinha e das Ilhas; Creche Comunidade Nossa Senhora das Graças e Projeto Ananin, totalizando 1223 atendimentos;



Caminhada Ecológica no Parque do Utinga



Confraternização de final de ano dos Servidores do TJ-Pa

-Semana do Servidor

Foram desenvolvidas ações de integração, motivando o servidor para o trabalho, com qualidade de vida no ambiente laboral;

-Projeto Servidor Padrão

Desenvolvido com o propósito de promover o reconhecimento do mérito funcional ao servidor que se destacou no desempenho de suas funções.



Servidor Padrão homenageado pela Desa. Presidente

-Criação de Cargos de Provimento Efetivo e Comissionados

Visando minimizar o déficit de funcionários e melhor adequar a distribuição de atividades nas áreas meio e finalística do Tribunal, foram criados 1.007 Cargos, sendo 977 Cargos de Provimento Efetivo e 30 Cargos Comissionados.

Para dar cumprimento a Lei Estadual nº 7.082/2008 de 07 de janeiro de 2008, procedeu-se a criação das equipes multidisciplinares, nas Comarcas sedes de Região Judiciária para atendimento das Varas de Execução Penal, Varas de Penas e Medidas Alternativas e Varas da Infância e Juventude. Em funcionamento as equipes multidisciplinares das Comarcas de Belém, Ananindeua, Castanhal, Marabá, Santarem, Altamira, Paragominas e Vara Distrital de Icoaraci, totalizando a nomeação de 60 analistas judiciários entre pedagogos e psicólogos e assistentes sociais.

- Institucionalização da Perícia Médica do Judiciário

Propõe-se a conjunção de tal instrumento a outras medidas de gestão, afim de possibilitar o atendimento mais ágil e personalizado, com impacto positivo para os servidores que necessitam do serviço.

- Abertura de novos Concursos Públicos

Com o intuito de assegurar no curto prazo, oportunidade de ingresso de magistrados e servidores ao Poder Judiciário, para reduzir as deficiências de recursos humanos, principalmente nas Comarcas do interior, foram aprovados em Resoluções a realização de Concurso Público. Esses Concursos serão realizados em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, para o provimento de 50 vagas de juiz, e com a Fundação Carlos Chagas, para garantir o provimento de 236 vagas para a seleção de servidores, analista judiciário, auxiliar judiciário e oficial de justiça avaliador, mediante o levantamento de necessidades regionais.

Em síntese, pode-se afirmar que a Política de Gestão de Pessoas implementada envolveu um conjunto articulado de ações visando o aprimoramento das competências individuais e a melhoria da performance do Poder Judiciário do Estado, realçando e confirmando o papel das ações de recursos humanos como pilares fundamentais no alcance dos macro-objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho do biênio 2007-2009.

CENTRAL DE APOIO AOS MAGISTRADOS

A Central de Apoio aos Magistrados - CAM foi criada pela Resolução nº. 007/2007-GP, com o propósito de propiciar aos magistrados apoio técnico-jurídico e técnico-administrati e oferecer subsídios para facilitar o desempenho da missão primordial da Instituição: prestação de serviços jurisdicionais.

A Central tem se efetivado como um instrumento eficaz de consultas para os magistrados de primeira, segunda e terceira entrâncias. As ações implementadas tiveram como vertente principal a melhoria da prestação jurisdicional, nos aspectos relativos à qualidade e à celeridade dos serviços.



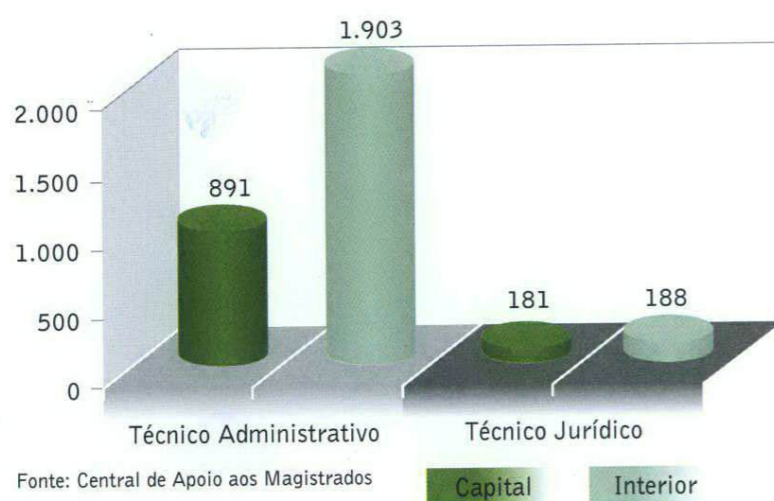
A Desa. Presidente e o Juiz Marco Antônio C. Branco, Coord. da CAM

No ano de 2008 houve um crescimento no atendimento de magistrados na ordem de 47,38% com relação ao ano anterior. Os números apresentados demonstram que a maior demanda foi proveniente dos magistrados das Comarcas do Interior do Estado refletindo a performance de 55,20% e o quantitativo aferido aos magistrados da Capital equivale a 34,43%.

Números de Magistrados Atendidos (Capital/Interior)
2007/2008



Serviços Prestados aos Magistrados
2007/2008



MOVIMENTO PROCESSUAL

PRESIDÊNCIA DO TJ-PA

O biênio 2007/2009 foi marcado por um movimento considerável no que tange aos Despachos Assinados, Recursos Extraordinários e o Movimento da Secretária analisados pela Presidência do TJ-Pa.

Registraram-se, no período, 629 despachos assinados e 443 recursos extraordinários encaminhados. Ressalte-se ainda a movimentação de documentos na Secretaria da Presidência, que para o biênio atinge um volume superior a 15 mil documentos recebidos, destacando-se também o volume de ofícios e portarias expedidas.

DESPACHOS ASSINADOS PELA PRESIDÊNCIA DO TJ-PA

Ítems	2007	2008*
Recursos Extraordinários	264	179
Pedido de Suspensão de Limina ou Sentença	26	39
Agravo Regimental	5	12
Pedido de Intervenção Federal	4	1
Exceção de Suspeição	2	8
Medida Cautelar		3
Embargo de Declaração		7
Despachos Diversos	30	49
TOTAL	331	298

Fonte: Gabinete da Presidência / Secretaria de Informática – TJ-Pa *Dados apurados até o dia 11/12/2008.

FLUXO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Ítems	2007	2008*
Dado Seguimento	2	4
Recursos Múltiplos		3
Outros Motivos	2	1
Sobrestados		4
Recursos Múltiplos		2
Repercussão Geral		2
Negado Seguimento	208	144
Sem Preliminar de Repercussão Geral	24	48
Outros Motivos	184	96
Recursos Retidos	37	15
Complementação de Preparo	17	12
TOTAL	264	179

Fonte: Gabinete da Presidência / Secretaria de Informática – TJ-Pa *Dados apurados até o dia 11/12/2008.

INSERIR QUADRO MOVIMENTO DA SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA

Ítems	2007	2008	TOTAL
Ofícios Expedidos	1.753	2.141	3.894
Ofícios Circulares Expedidos	74	190	264
Memorandos Expedidos	218	274	492
Resoluções	34	18	53
Portarias Expedidas	2.557	2.166	4.723
Documentos Recebidos	7.872	7.674	15.546
Decisões Proferidas	452	231	683

Fonte: Secretaria da Presidência – TJ-Pa / Base de dados até 11/12/2008

Gestão Financeira dos Precatórios

A Gestão Financeira dos Precatórios também merece ser enfatizada, pois, em função da implantação do novo Sistema de Depósitos Judiciais, foi desenvolvido um módulo de gerenciamento financeiro do fluxo de recursos relativos aos precatórios da Justiça Estadual, executado a partir de outubro de 2008. O mecanismo assegurou a individualização e identificação dos processos judiciais, agregando as funcionalidades permitidas pelo SDJ, inclusive a correção monetária pró-rata dia.

OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS

Entidades Devedoras	QTD. 2007	QTD. 2008
Estado	53	69
IGEPREV	37	36
Municípios	15	16
Assembléia Legislativa	01	
Fundações	02	01
IASEP	02	
IPAMB	01	04
DETRAN		01
TOTAL	111	127

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR EXPEDIDAS

Entidades Devedoras	QTD. 2007	QTD. 2008
Estado	17	17
IGEPREV	15	19
Município	09	06
IASEP	01	
DETRAN		01
INSS		03
TOTAL	42	46

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

EXPEDIENTES RECEBIDOS / VIA PROTOCOLO

	QTD. 2007	QTD. 2008
Administrativo	54	26
Judicial	800	512
TOTAL	854	538

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

PROCESSOS AGUARDANDO DEPÓSITO PARA PAGAMENTO

Entidades Devedoras	QTD. 2007	QTD. 2008
IGEPREV	30	50
Municípios	41	19
Requisição de pequeno valor	03	20
TOTAL	74	89

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

LIBERAÇÕES EFETUADAS ATRAVÉS DE OFÍCIOS LIBERATÓRIOS

Entidades Devedoras	QTD. 2007	QTD. 2008
Estado (Incluindo ações coletivas)	718	113
IGEPREV (Incluindo ações coletivas)	333	128
Municípios (Incluindo ações coletivas)	169	117
IASEP		02
TOTAL	1220	360

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

LIBERAÇÕES EFETUADAS ATRAVÉS DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO
(SISTEMA DE CONTA ÚNICA) A PARTIR DE 05/10/2008*

Espécie	QTD. 2007	QTD. 2008
Liberações individuais por alvará de levantamento	-	189
Devolução de IRRF por alvará de levantamento	-	14
TOTAL GERAL	-	203

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

PROCESSOS EM ANDAMENTO

Espécie	QTD. 2007	QTD. 2008
Aguardando alvará judicial (Óbito do beneficiário)	16	32
Aguardando prazo recursal	13	-
Em diligência	17	28
Aguardando depósito	236	228
Serviço de cálculos	34	14
TOTAL	316	303

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

PROCESSOS AUTUADOS

Espécie	QTD. 2007	QTD. 2008
Crédito alimentar	82	85
Crédito comum	16	16
Requisição de pequeno valor	42	40
TOTAL	140	141

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

DESPACHOS PROFERIDOS

Espécie	QTD. 2007	QTD. 2008
Pedido de ordem processual	21	14
Liberação de crédito	449	384
Determinando inclusão no orçamento	136	102
Determinado pagamento de RPV	24	45
Deferindo sequestro	16	27
Homologação de acordo	13	03
Remessa ao Ministério Público	184	141
Remessa ao serviço de conferência de cálculo	83	97
Deferindo abandono de honorários contratuais	34	14
Diligência ao juízo de origem	17	31
Mero expediente	24	49
Rejeitando recursos	04	08
Sustando pagamento	10	02
Dev. de saldos ao ente devedor	44	21
Indeferimento de pedido de abandono de hon. contra	01	03
Cancelamento/suspensão de precatórios/sobrestamento	02	32
Arquivamentos		74
Devolução de encargos	05	21
Compensação de crédito		02
TOTAL	1066	1070

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

PROCESSOS DE RPV LIQUIDADOS

Entidades Devedoras	QTD. 2007	QTD. 2008
Estado	15	17
IGEPREV	08	11
Municípios	03	04
FUNASA	01	-
FABESP	01	-
IASEP / IPASEP	-	02
TOTAL	28	34

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

MIGRAÇÃO DOS CRÉDITOS DA POUPANÇA
PARA CONTA ÚNICA DO TJ/PA

Espécie	Valor (R\$) 2007	Valor (R\$) 2008
Precatórios	3.000.000,00	-
TOTAL	3.000.000,00	-

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

MIGRAÇÃO DOS CRÉDITOS DA DA CONTA ÚNICA
DO TJ/PA PARA POUPANÇA

Espécie	Valor (R\$) 2007	Valor (R\$) 2008
Precatórios	-	1.627.900,00
TOTAL	-	1.627.900,00

Fonte: Coordenadoria dos Precatórios

Atos Colegiados que concorreram para a Melhoria e Expansão dos Serviços
Judiciais

-Fixação e/ou alteração da competência das Varas das Comarcas de Marituba, Redenção, Tucuruí, Altamira, Benevides, Abaetetuba, Itaituba e Distrito de Icoaraci e especialização das Varas de Família da Capital - Resoluções nºs 001, 002, 003, 004, 006, 013, 018 e 023, de 2007.

-A estruturação da descentralização dos serviços judiciais por meio da descentralização da execução penal no Estado, com instalação imediata da 9ª Vara na Comarca de Santarém e da 7ª Vara na Comarca de Marabá, e a autorização para estruturação gradativa dos demais juízos das Comarcas que possuam Centro de Recuperação - Resolução nº 16, de 2007.

-A criação de Pólos Administrativos e a redefinição das Regiões Judiciárias do Estado do Pará, possibilitando a implementação da execução orçamentária e financeira em nível regional - Resolução nº 17, de 2007.

-Instalação de Centrais e Núcleos de Execução de Penas e Medidas alternativas nas Comarcas Sede de Região Judiciária do Interior do Estado - Resolução nº 024, de 2007. Instalações em 2007: Santarém, Marabá, Soure, Breves, Tucuruí e Itaituba.

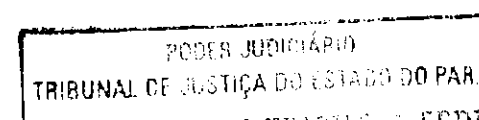
-A especialização da competência da 21ª Vara Criminal da Capital para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas - Resolução nº 08, de 2007.

-A criação, no âmbito do Fórum Cível, do Núcleo de Cumprimento de Mandados oriundos das Varas com competência em matéria fiscal - Resolução nº 021, de 2007.

-Criação da Central de Apoio aos Magistrados - CAM - Resolução nº 007, de 2007, visando o apoio técnico-jurídico e operacional-administrativo aos Magistrados, oferecendo subsídios que facilitam a prestação jurisdicional.

- Criação da Coordenadoria do Programa de Inclusão Social-AGUAPÉ, desenvolvido pelas Varas de Execução Penal da Capital, para o gerenciamento dos projetos de responsabilidade social do Tribunal de Justiça do Pará - Resolução nº 002, de 2008.

-Deslocamento e renomeação das Varas dos Juizados Especiais Cíveis UNAMA BR e CENTRAL II - Resolução nº 003, de 2008.



-Divisão da jurisdição por bairros e renomeação das Varas de Juizados Especiais da Comarca de Belém e Juizados Especiais da Comarca de Ananindeua -Res. nº 004, de 2008.

-Implantação e estabelecimento de normas para o funcionamento do processo judicial eletrônico no Poder Judiciário do Estado -Resolução nº 005, de 2008.

-Redefinição de competência da Vara de Entorpecentes e de Crimes Contra a Ordem Tributária, passando a ter competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra a ordem Tributária, com a denominação de Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária. Os crimes de entorpecentes serão processados e julgados pelas varas com competência para os crimes do juízo singular, para as quais serão redistribuídos -Resolução nº11, de 2008.

-Regulação, no âmbito da competência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do procedimento relativo ao processamento dos recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil -Resolução nº 015, de 2008.

-Especialização da competência de 02 (duas) varas criadas pelo art. 2º, inciso I da Lei nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, para efetuar o controle e o exercício da atividade jurisdicional requeridos nos inquéritos policiais, demais peças informativas, haja vista a necessidade de se adotar na jurisdição da Capital, com exceção das Varas Distritais de Mosqueiro e Icoaracy e Varas Especializadas de Violência Doméstica contra Mulher, ações que possam promover maior celeridade e eficiência na tramitação regular de inquéritos policiais, peças informativas e demais procedimentos investigatórios criminais, com imediata apreciação, na fase pré-processual, de medidas consideradas urgentes -Resolução nº 017, de 2008.

Atos Colegiados que contribuíram para o Enfrentamento do Déficit Estrutural de Pessoal do Poder Judiciário Estadual

-Criação na Justiça Estadual de 07 Cargos de Juízes de Direito Substitutos de Segundo Grau por meio da edição da Lei nº 7.081, de 07 de janeiro de 2008.

-Autorização para criação de cargos efetivos no Quadro Funcional do Poder Judiciário

do Estado do Pará, para viabilizar a estruturação funcional da descentralização administrativa das Varas de Execução Penal, Varas de Penas e Medidas Alternativas e Varas de Infância e Juventude por meio da edição da Lei nº 7.082, de 07 de janeiro de 2008 .

-Implantação de 05 (cinco) cargos de Juízes de Direito não titulares das Varas de 3ª entrância para atuação na Comarca de Belém -Resolução nº 015, de 2007.

-Autorização para abertura de concurso público para provimento de cargos de Juiz Substituto, Diretores e Auxiliares de Secretaria-Resolução nº 011, de 2007.

-Autorização para abertura de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de Juiz Substituto - Resolução nº 013, de 2008.

-Autorização para abertura de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos das carreiras técnica, auxiliar e operacional, do quadro do Poder Judiciário - Resolução nº 014, de 2008.

VICE-PRESIDÊNCIA DO TJ-PA

As atividades desenvolvidas pela Vice-Presidência, sob a coordenação do Des. Rômulo Nunes, em consonância aos seus poderes e atribuições, consistiram na garantia do regular funcionamento das Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas, possibilitando a efetiva prestação da tutela jurisdicional e a regular distribuição dos feitos, no âmbito do 2º grau de jurisdição, observadas as regras processuais e regimentais. Competiram-lhe ainda o auxílio na supervisão e fiscalização das atividades da Secretaria Geral do Tribunal e o exercício do juízo de admissibilidade dos recursos especiais interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com o art. 541 e seguintes do Código de Processo Civil.

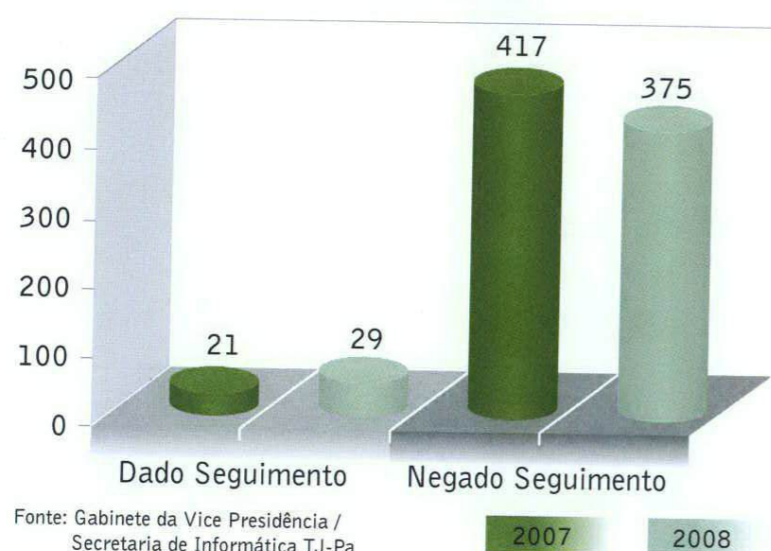


0 Des. Rômulo Nunes e o Juiz Magno Chagas no novo Fórum de Colares

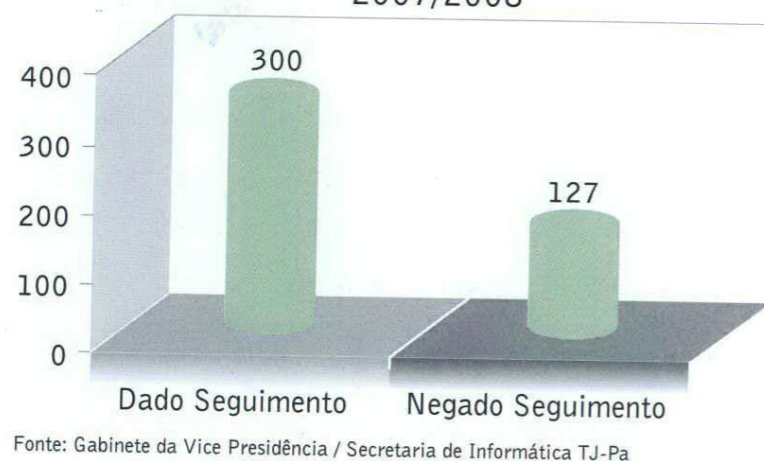
Destaca-se a criação da Coordenadoria de Recursos, prevista na Resolução nº 015/2008 – GP, cuja função consiste na apreciação de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito nos termos do art. 543 – C do Código de Processo Civil, acrescido pela Lei nº 11672/2008, com o escopo de evitar a procrastinação de processos, tornando mais ágil a prestação jurisdicional.

Ressalta-se ainda a atuação da Vice-Presidência como presidente e membro nato da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.

Fluxo de Recursos Especiais
2007/2008



Número de Ofícios Expedidos
2007/2008



DESPACHOS ASSINADOS PELA VICE-PRESIDÊNCIA DO TJ-PA

Ítems	Nº de Despachos 2008
Recursos Especiais	406
Recursos Ordinários em HC	10
Agravo Regimental	3
Pedido de Reconsideração	3
Medida Cautelar	5
Embargo de Declaração	3
Despachos Diversos	30
TOTAL	460

Fonte: Gabinete da Vice-Presidência / Secretaria de Informática – TJ-Pa Dados apurados até 11/12/2008

Escola Superior da Magistratura

As diretrizes norteadoras do profícuo trabalho desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura no biênio, sob a coordenação do desembargador Milton Nobre, basearam-se na ampliação dos cursos ofertados e, pela primeira vez, foram oferecidos aos magistrados, cursos em nível de especialização, respaldados pelo Convênio firmado entre o TJ do Pará e o Centro de Estudos Superiores do Pará-Cesupa.

As atividades da Escola foram aprimoradas por meio de ações de suporte incluindo a ampliação da estrutura da biblioteca e do acervo e a gravação de palestras com transmissão on line, possibilitando que os magistrados lotados em Comarcas distantes, participassem dos eventos realizados.

O programa de capacitação dos magistrados foi executado pela ESM. Os servidores das áreas finalísticas e de apoio participaram de cursos e treinamentos conforme as especificidades das áreas de atuação, programação essa, executada em parceria com a Escola Superior de Magistratura e Escola de Governo do Estado do Pará.

Com a intenção de promover a contínua qualificação dos magistrados, firmou-se convênio com a Escola Paulista da Magistratura, para a efetivação do ensino a distância, por meio de vídeo-conferência, contribuindo para aumentar o portfólio de cursos ofertados pela ESM e ampliar as oportunidades de acesso aos magistrados sediados fora da Capital.

Três cursos de Pós-Guardação Lato Senso e dois cursos de Extensão, direcionados aos operadores do direito, receberam o credenciamento da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados-ENFAM.

CAPACITAÇÃO REALIZADA/MAGISTRADOS - 2007/2008

2007					2008				
Ref.	Cursos Discriminação	Horas	Público Alvo Discr.	Qtd.	Ref.	Cursos Discriminação	Horas	Público Alvo Discr.	Qtd.
1	Altos Estudos em Processo Civil	25	Desemb.	20	1	Pós Grad. Latu Sensu em Dir. Proc. Civil Ind. e Coletivo	360		19
2	O Juiz de Direito Sub.: Adequação à Estrutura e ao funcionamento do Poder Judiciário	67	Juizes	15	2	II Encontro Internacional Luso Amazônico	10		44
3	Ética de Valores Humanos	20		15	3	Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	20		38
4	Processo Eletrônico	180		175	4	Capacitação em teoria da Dec. Judicial e Gestão Judiciária	140		7
5	Reformas Processuais	30		45	5	Encontro Jurídico dos 175 anos da Inst. da Com. de Santarém	8		6
6	Execução Penal	30		15	6	Pós Grad. Latu Sensu em Direito Processual Penal	360	Juízes	28
7	Juizados Especiais - Aspectos Relevantes	6		63	7	Enc. Jurídico - Palestras sobre os 20 anos da Const. Federal	4		138
8	Emenda e Relatório de Voto	6		3	8	IX Encontro Regional da Magistratura Paraense	16		28
9	Seminário sobre responsabilidade Civil	6		55	9	Juros - Aspectos Econômicos e Jurídicos	20		15
						10	Encontro Jurídico de encer. do Ano Letivo		
10	TOTAL			406	11	TOTAL			385

Fonte: Escola Superior de Magistratura (nov/2008)

A ESM promoveu eventos de singular importância e pôde contar com a participação de palestrantes com notórios saberes, que engrandeceram o debate de assuntos relevantes ao exercício da magistratura. Destaca-se a presença dos respeitáveis ministros Gilmar Ferreira Mendes e Carmen Lúcia Antunes Rocha, entre tantos outros renomados palestrantes que contribuíram para o êxito alcançado.



Desa. Presidente e Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha

O lançamento da revista semestral "A Leitura", publicada pela Escola Superior da Magistratura, reveste-se de singular importância. A revista "A Leitura" é uma publicação semestral de natureza técnica-jurídica editada pela ESM com a finalidade de publicar entrevistas, artigos e comentários de magistrados, mestres, professores e especialistas nas diferentes áreas do direito e da Justiça, compondo o contexto de ensinamento e orientação inerente à ESM. Trata-se de importante canal para a difusão da cultura jurídica e a repercussão acadêmica, inclusive como retentora de idéias e manifestações de mestres e estudiosos do direito e da justiça, publicando material de grande utilidade para os pesquisadores.



Lançamento da Revista "A Leitura"



Ministro Gilmar Mendes recepcionado no TJ

JUSTIÇA DO 2º GRAU

MOVIMENTO PROCESSUAL 2007-2009

RECURSOS E AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS ORIGINÁRIOS

Órgãos de Julgamento	Iniciadas		Julgadas	
	2007	2008	2007	2008
Tribunal Pleno	175	317	425	967
Conselho de Magistratura	40	23	52	67
Câmaras Cíveis Reunidas	257	372	618	521
Câmaras Criminais Reunidas	1.332	1.707	1.617	1.543
TOTAL	1.804	2.419	2.712	3.098

Fonte: Secretarias Judiciária e das Câmaras Reunidas

Recursos e Ações Iniciadas e Julgadas no 2º Grau 2007/2008



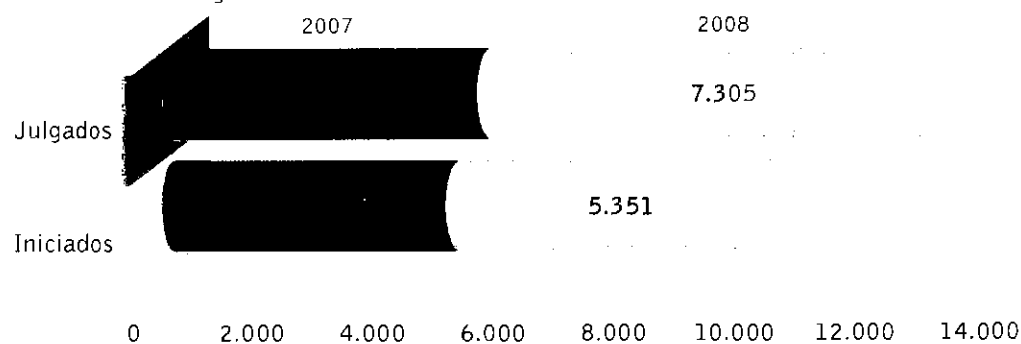
Fonte: Secretarias Judiciárias e Câmaras Reunidas

RECURSOS E AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS DAS CÂMARAS ISOLADAS

Órgãos de Julgamento	Iniciadas		Julgadas	
	2007	2008	2007	2008
1ª Câmara Cível Isolada	1.136	957	1.140	1.507
2ª Câmara Cível Isolada	789	1.106	1.720	1.614
3ª Câmara Cível Isolada	706	983	1.061	1.581
4ª Câmara Cível Isolada	814	1.386	694	1.134
1ª Câmara Criminal Isolada	229	274	231	262
2ª Câmara Criminal Isolada	149	331	249	248
3ª Câmara Criminal Isolada	246	314	204	959
TOTAL	4.069	5.351	5.299	7.305

Fonte: Secretarias das Câmaras Isoladas

Recursos e Ações Iniciadas e Julgadas nas Câmaras Isoladas 2007/2008



Fonte: Secretarias Judiciárias e Câmaras Reunidas

CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

O biênio 2007/2009 foi distinguido por um sucedâneo de atos que em sua gênese pretenderam consolidar as bases de um novo modelo de gestão judiciária, com viés consideravelmente focado no autoconhecimento e no aprimoramento de ferramentas tecnológicas capazes de oferecer o suporte necessário para romper as barreiras da morosidade na prestação jurisdicional.

As ações levadas a efeito no período foram estruturadas a partir do Plano de Ação da Corregedoria com o estabelecimento de metas factíveis, de forma que os resultados alcançados permitiram consolidar a atuação da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém no sentido de fomentar, dentro do micro universo judiciário da RMB, a Gestão pela Qualidade, presumindo que a Qualidade exerce a função de principal instrumento para a mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, orientada para resultados e focada no cidadão.

Neste sentido, a Gestão pela Qualidade deve apoiar-se em metodologia cientificamente comprovada e é imperativa a adoção de gerenciamento de informações por meio da geração de indicadores de desempenho, quer seja de magistrados ou de servidores. Ambos devem estar preocupados com a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais, envolvidos com o processo de reforma, e não apenas submetidos às normas legais impostas hierarquicamente, simulando a implementação de rotinas da moderna administração gerencial, porém praticando procedimentos arraigados na burocrática antiquada.

Foi ponderando tais situações que a Corregedoria da RMB orientou suas ações, tomando por referencial a Gestão pela Qualidade:

A Reestruturação Organizacional priorizou a redefinição de tarefas entre os servidores, a uniformização dos procedimentos administrativos, a reorientação do fluxo de documentos, a padronização de documentos internos e a reorganização do espaço físico. As mudanças visavam à otimização dos recursos materiais e humanos disponíveis. Ao dinamizar as

atividades e eliminar as etapas eminentemente burocráticas, reduziu-se a relação tarefa/tempo. Esta redução resultou no melhor atendimento ao jurisdicionado que recorre ao Órgão Correccional.

A implantação do Sistema SAPCOR e da Pasta Virtual do Magistrado durante a aplicação das novas rotinas definidas na reestruturação organizacional, a Corregedoria identificou a necessidade da adoção de sistema de informações CORREG, para o processamento de informações, motivando a criação de um novo sistema, batizado de SAPCOR.

A partir da implantação definitiva do SAPCOR foi possível avançar na informatização da Divisão Judiciária. A Pasta Virtual do Magistrado veio substituir as antigas pastas "a/z", muitas vezes incompletas em suas informações, permitindo que o trabalho manual de conferência de mapas e acompanhamento da produtividade dos magistrados fosse substituído pela operação eletrônica.

Atos Normativos

Os atos normativos que complementaram os instrumentos de atuação da Corregedoria:

-O Provimento 001/2007 regulamentou a obrigatoriedade de uso do sistema de acompanhamento processual SAP XXI, em atenção a Orientação nº. 1 da Corregedoria Nacional de Justiça.

-O Provimento 002/2007 dispôs sobre a execução de penas privativas de liberdade na Região Metropolitana de Belém, em especial, a necessidade de possibilitar ao preso provisório, a partir da condenação, o exercício do direito de petição sobre direitos pertinentes à execução penal, sem prejuízo do direito de recorrer, regulamentando e padronizando a expedição da Guia de Recolhimento.

-O Provimento 003/2007 dispôs sobre os procedimentos inerentes à execução de penas não privativas de liberdade na Região Metropolitana de Belém, regulamentando e padronizando a execução e o acompanhamento das penas/medidas alternativas, da suspensão

condicional do processo, da suspensão condicional da pena e da multa cumulada com as penas e medidas restritivas de direito.

-Provimento 001/2008 dispôs sobre os procedimentos de inspeção judicial em estabelecimentos penais sob a jurisdição da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital.

-Provimento 002/2008 dispôs sobre a instalação e composição dos Conselhos da Comunidade no âmbito da Região Metropolitana de Belém.

-Provimento 006/2008 dispôs sobre a destinação de armas de fogo e munições apreendidas em inquéritos policiais, processos ou procedimentos criminais e dá outras providências.

-Provimento 007/2008 dispôs sobre a padronização e obrigatoriedade dos relatórios de correição das unidades judiciais.

-Provimento 008/2008 regulamentou a cobrança de custas judiciais e taxa de emolumentos sobre o requerimento e expedição de Certidão Imobiliária Digital.

-Provimento 009/2008 regulou administrativamente a distribuição processual nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém.

-Provimento 010/2008 dispôs sobre depósito, guarda e destinação de objetos/bens apreendidos em Inquéritos Policiais e apurações de Atos Infracionais nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém.

-Provimento 012/2008 disciplinou a ordem de primazia dos feitos que receberão atos de competência dos Juizes de Direito (despachos, decisões e sentenças).

-Provimento 001/2009 regulamentou administrativamente a expedição de certidões de feitos cíveis pela Divisão de Distribuição do Fórum Cível da Capital.

-Provimento 002/2009 dispôs sobre a regulamentação do serviço de distribuição de título e documentos de dívida destinados a protesto na Comarca da Capital.

-Provimento 002/2009 dispôs sobre a regulamentação do uso do Sistema LIBRA nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém.

O uso de ferramentas de TI como medida de otimização do funcionamento das unidades judiciais para agilizar o andamento dos processos, minorar os custos, levantar dados relativos à produtividade dos juízes, realizar auditorias para avaliação de desempenho da atividade meio, possibilitar a agilidade na pesquisa aos usuários, enfim, constituíram-se como estratégias de modernização.

Cabe ressaltar que a morosidade não é afetada apenas pela eventual ineficiência do processamento dos atos judiciais, mas é decorrente de toda e qualquer ineficiência no âmbito dos serviços judiciais, seja no que diz respeito à informatização, seja no que diz respeito à própria atividade meio, enfim, por toda e qualquer ocorrência que possa ser apontada ou detectada como causadora de morosidade.

O estímulo ao uso de sistemas informatizados no exercício da atividade judicante ainda permitiu:

- ▣ A utilização, por parte de magistrados, serventuários, cartórios e jurisdicionados, dos meios eletrônicos de comunicação;
- ▣ A inscrição dos magistrados para acesso aos mais variados sistemas de informação como BACENJUD, INFOSEG, INFOJUD, IRIB/ARISP, CNA e outros;
- ▣ A adoção de gerenciamento de informações por meio da geração de indicadores de desempenho com a identificação de gargalos na prestação jurisdicional;
- ▣ O acompanhamento virtual de processos e a conseqüente atuação proativa pontual.

Administração Compartilhada partiu do princípio de que cada magistrado deve assumir o papel de corregedor na unidade judiciária que está sob sua responsabilidade. A Corregedoria promoveu reuniões periódicas com os Diretores e Sub-Diretores de Fóruns das Comarcas da Região Metropolitana de Belém com o objetivo de atuar preventivamente e de buscar soluções diante da identificação dos nós críticos comuns, tendo em vista, a necessária cooperação de todos os atores envolvidos para o sucesso de qualquer iniciativa.

Outro ponto marcante neste aspecto teve lugar nas Correições Ordinárias de 2008,

ocasião em que foi delegada a realização dos procedimentos correccionais nos Órgãos Judiciais Cíveis da Região Metropolitana de Belém, aos seus Juízes Titulares ou aqueles em exercício que estivessem por eles respondendo, cabendo a Corregedoria, por meio dos Juízes Corregedores, exercer a supervisão nos trabalhos.

As Atividades Correccionais totalizaram 44 (quarenta e quatro) Unidades Judiciárias que detêm competência em matéria criminal, 45 em matéria cível, 5 em ambas as matérias, além de 7 (sete) Cartórios extrajudiciais e 28 Inspeções Judiciais compuseram o ciclo correccional da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém no biênio.

Foram estabelecidos critérios para a padronização da coleta de informações nas correições das Varas e dos Juizados, estes últimos, experimentando pela primeira vez, desde sua criação, a atividade correccional. Tais medidas garantiram além da uniformização de procedimentos, a revelação de diagnósticos mais precisos, fato de fundamental importância para a necessária avaliação da atividade judicante.

A idéia de envolver magistrados e servidores no intercâmbio de experiências, ao mesmo tempo, possibilitando a discussão de problemas comuns às Varas e Juizados, em busca de soluções para os problemas encontrados, foi plenamente recepcionada pelos envolvidos, mostrando-se absolutamente adequada.

As correições foram além do esperado, demonstrando que a nova metodologia transformou o ato correccional em uma oportunidade de reflexão sobre a qualidade da prestação jurisdicional, por meio da verificação do nível de eficiência dos serviços judiciais prestados ao jurisdicionado.

Findas as correições, a Corregedoria promoveu uma série de encontros (reuniões de trabalho) com magistrados, serventuários e assessores oportunidade em que foram apresentados os Diagnósticos da Atividade Jurisdicional nas áreas criminal e cível, resultado da coleta, processamento e criteriosa análise dos dados apurados individualmente nas unidades judiciárias.

CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior está presente em 103 Comarcas e 7 Termos Judiciários, com atuação em 63 Comarcas de 1ª entrância, 40 de 2ª entrância e 28 Juizados Especiais, além de 5 Varas Agrárias (2ª entrância).

Correições Ordinárias

No biênio 2007/2009 passaram por procedimento de correição 55 Comarcas, 3 Termos Judiciários, ocorrendo o retorno em 9 Comarcas.

COMARCAS CORREICIONADAS

COMARCAS CORREICIONADAS E PERÍODO DE CORREIÇÃO

Abaetetuba	08, 09, 10/10/07
Acará	21/05/07
Almerim	16 a 20/04/07
Altamira	28 a 30/08/07
Anajás	22 a 25/08/2008 (Extraordinária)
Augusto Corrêa	31/05/07 e 01/06/07
Baião	26/04/07
Barcarena	25 a 27/06/2008
Bonito	27/08/07
Bragança	09 e 10/06/2008
Bujarú	23/05/07
Cametá	22 e 23/08/07
Capanema	18 e 19/06/2008
Capitão Poço	05 e 06/06/07
Conceição do Araguaia	16 a 18/04/2008
Concórdia do Pará	22/05/07
Curionópolis	22 a 24/10/07
Curuçá	14/08/07
Dom Eliseu	13 a 15/06/07
Garrafão do Norte	04/06/07
Igarapé-Açu	10/05/07
Irituia	04 e 05/07/07
Itaituba	01 a 03/10/07 e 26 a 29/05/08
Jacundá	01 a 03/08/07
Limoeiro do Ajuru	20 e 21/08/07
Mãe do Rio	16/08/07
Marabá	10 a 14/09/07
Maracanã	09/05/07
Marapanim	13/08/07
Melgaço	16 a 18/05/07
Mocajuba	27/04/07
Moju	05 e 06/05/08

Fonte: Corregedoria da Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

COMARCAS CORREICIONADAS

COMARCAS CORREICIONADAS E PERÍODO DE CORREIÇÃO

Nova Timboteua	15 e 16/05/07 e 22/04/08
Ourém	02 e 03/07/07
Paragominas	03 a 05/10/07
Parauapebas	25 e 26/10/07
Peixe-Boi	06/07/07
Primavera	18/05/07
Rondon do Pará	08 e 09/05/07
Salinópolis	23 e 24/06/08
Santa Izabel do Pará	07 a 09/05/08
Santa Luzia do Pará	14/05/07
Santa Maria do Pará	09/08/07
Santana do Araguaia	04 a 06/08/08
Santarém Novo	31/05/07
Santo Antônio do Tauá	24/05/07
São Caetano de Odivelas	25/05/07
São Domingos do Capim	08/08/07
São Francisco do Pará	11/05/07
Tailândia	25 a 27/04/07
Tucuruí	03 a 05/09/07
Ulianópolis	07/05/07
Vigia	28 e 29/05/07
Viseu	17 a 19/09/07

COMARCAS MANTIDAS EM CORREIÇÃO

Almerim	(em correição 180 dias)
Augusto Corrêa	(em correição 90 dias)
Bragança	(em correição 90 dias)
Conceição do Araguaia	(em correição 90 dias)
Curionópolis	(em correição 90 dias)
Dom Eliseu	(em correição 90 dias)
Irituia	(em correição 180 dias)
Mãe do Rio	(em correição 90 dias)
Marabá	(em correição 120 dias)
Mojú	(em correição 90 dias)
Nova Timboteua	(em correição 60 dias)
Ourém	(em correição 90 dias)
Paragominas	(em correição 120 dias)
Parauapebas	(em correição 120 dias)
Salinópolis	(em correição 90 dias)
Santa Izabel do Pará	(em correição 90 dias)
Santa Maria do Pará	(em correição 60 dias)
Santana do Araguaia	(em correição 90 dias)
Santo Antonio do Tauá	(em correição 90 dias)
Tailândia	(em correição 90 dias)
Ulianópolis	(em correição 90 dias)
Vigia	(em correição 90 dias)

Fonte: Corregedoria da Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

TERMOS JUDICIÁRIOS CORREICIONADOS / PERÍODO

Colares	30/05/07
Inhangapi	23/07/07
Magalhães Barata	16/07/07

TERMO JUDICIÁRIOS MANTIDOS EM CORREIÇÃO

Colares	(em correição 120 dias)
---------	-------------------------

RETORNOS CORREICIONAIS

Almerim	(Retorno)
Augusto Corrêa	(Retorno)
Colares	(Retorno) Termo Judiciário
Nova Timboteua	(Retorno)
Santa Maria do Pará	(Retorno)
Santo Antonio do Tauá	(Retorno)
Tailândia	(Retorno)
Vigia	(Retorno)

CORREIÇÕES PRORROGADAS

Almerim	(em correição + 180 dias)
Augusto Corrêa	(em correição + 90 dias)
Colares	Termo Judiciário (em correição + 90 dias)
Nova Timboteua	(em correição + 90 dias)
Santo Antonio do Tauá	(em correição + 60 dias)
Vigia	(em correição + 90 dias)

Fonte: Corregedoria da Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

Ações Conjuntas

A Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior em cooperação com o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Superintendência do Sistema Penal idealizaram o movimento denominado "Ação Conjunta" para avaliar os processos de réus presos provisórios e condenados, custodiados em delegacias, centros de recuperação e casas de triagem, possibilitando dinamizar os processos criminais, garantindo o cumprimento do Provimento 004/2007-CJCI.

AÇÕES CONJUNTAS REALIZADAS - COMARCAS ELEITAS

Órgãos de Julgamento	Santarém 10 a 19/12/07	Marabá 03 a 12/03/08	Itaituba 09 a 18/06/08	TOTAL
Audiências Realizadas	50	46	20	116
Liberdades Provisórias Despachadas	45	20	21	86
Revogação de Preventivas analisadas	02	00	03	05
Sentenças prolatadas (mérito e extinção)	04	89	40	133
Saídas Temporárias	38	40	00	78
Remissão de Pena	36	15	00	51
Progressão de Regime	20	09	00	29
Livramento Condicional	10	20	06	36

Fonte: Corregedoria da Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

O movimento cometido à Secretaria e a Assessoria Jurídica, correlatos às atribuições específicas na Corregedoria do Interior, atingiu patamares significativos de produtividade visando impender as deliberações exaradas, conforme a seguir:

SECRETARIA JUDICIAL			ASSESSORIA JURÍDICA	
Ítems	2007	2008	Ítems	nº
Recebidos	10.286	8.772	Ajuda de Custo	110
Despachados	3.674	4.693	Contagem de tempo de serviço	32
Ofícios expedidos	4.662	6.041	Consulta	77
Ofícios Circulares	157	164	Diárias	179
Ofícios Gerais	4505	5.877	Elaboração de termos de declaração	45
Portarias expedidas	185	140	Férias	504
Provimentos	08	13	Pedido de providências	478
Avisos	36	45	Processo administrativo disciplinar	37
Memorandos	15	03	Promoção	122
Resenhas	106	103	Remoção	144
Vitalicamento	15	14	Representação	23
TOTAL			Sindicância	51
			Outros	799
			TOTAL	2.601

Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior – TJ-Pa

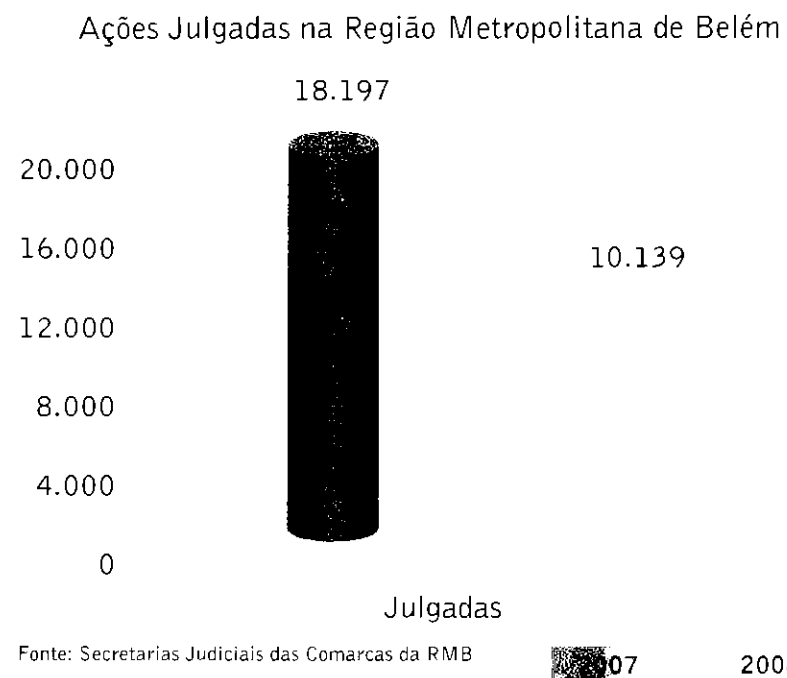
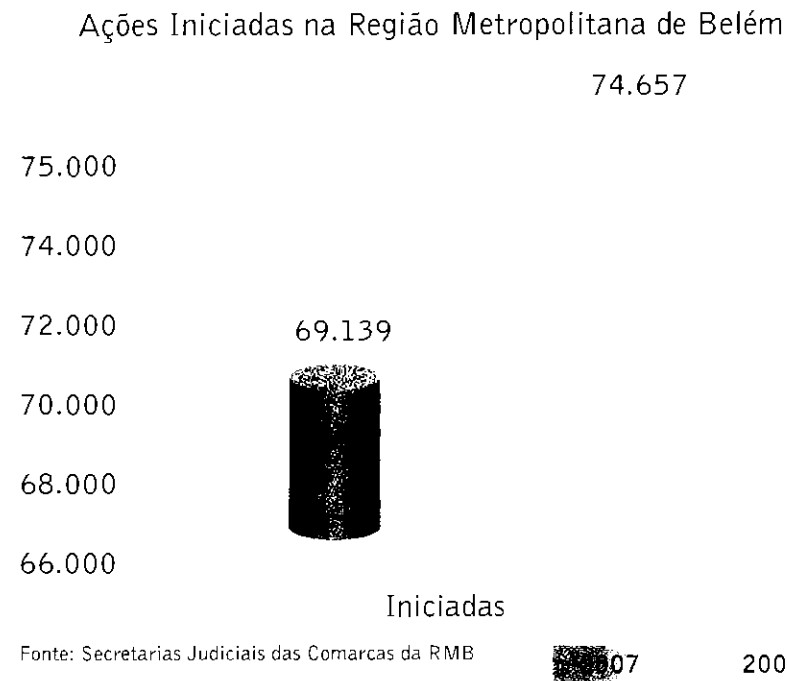
Atos Normativos

Provimento nº 006/2008 – CJCJ instruiu e orientou os juízes do interior sobre as novas regras adotadas na execução de penas privativas de liberdade e medidas e penas alternativas, decorrentes da resolução 016/2007 do Tribunal Pleno.

O ato instituiu que a pena privativa de liberdade, conforme o regime, deve ser cumprida em centro de Recuperação do Estado e somente com autorização do juízo da execução será admitido o cumprimento da pena em Delegacia de Polícia de Comarcas. O juízo de Execução de pena é fixado pelo pólo da Região Judiciária que possua Centro de Recuperação, ficando o juízo de conhecimento condenante responsável por comunicar previamente o juiz das execuções, no prazo de cinco dias, sobre a existência de réu condenado em delegacia de polícia do Município.

Provimento de nº 007/2008, dispôs sobre o envio ao Comando do Exército de armamento apreendido pelos juízes que não mais interessa ao processo. O documento foi levado ao conhecimento dos juízes das Comarcas do interior, que receberam instruções referentes à doação de armas e a munições apreendidas em procedimentos criminais.

ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA DO 1º GRAU

-Comarcas da Região Metropolitana de Belém- Biênio 2007- 2009**-Comarcas do Interior do Estado- Biênio 2007- 2009**

AÇÕES NA ÁREA CÍVEL

Redefinição de Competências das varas da Comarca de Belém e Icoaraci

A Resolução nº 023/2007 estabeleceu novas competências das Varas da Comarca de Belém e Distrito de Icoaraci, renumerando-as, e determinou a redistribuição dos feitos em trâmite.

A distribuição das Varas da Capital datava do ano de 1981, fazendo-se necessária a atualização, com o propósito de ampliar a produtividade do Poder Judiciário sem aumento de custos financeiros, procedimento este que atende também à Recomendação nº. 5 do Conselho Nacional de Justiça, que incentiva a implantação das Varas de Família, Sucessões e Infância e Juventude nos Estados.

DEMONSTRATIVO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS DAS VARAS
MUNICÍPIO DE BELÉM

Antes	Atualmente	Competência
1ª Vara Cível	1ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Órfãos, Interditos e Ausentes
2ª Vara Cível	2ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Órfãos, Interditos e Ausentes
10ª Vara Cível	3ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Órfãos, Interditos e Ausentes
11ª Vara Cível	4ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Resíduos, Fundações e Acidentes do Trabalho
12ª Vara Cível	5ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Reg. Públicos
16ª Vara Cível	6ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Reg. Públicos
17ª Vara Cível	7ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Sucessões
19ª Vara Cível	8ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Sucessões
20ª Vara Cível	9ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Sucessões
8ª Vara Cível	10ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Sucessões
23ª Vara Cível	11ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Com. e Sucessões
9ª Vara Cível	12ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Recuperação Judicial da Pessoa Jurídica e Falência
28ª Vara Cível	13ª Vara Cível da Capital	Processar e julgar feitos do Cível, Comércio, Recuperação Judicial da Pessoa Jurídica e Falência
29ª Vara Cível	14ª Vara Cível da Capital	Processar, privativamente, as Cartas Precatórias Cíveis, excetuadas as da Infância e Juv. e Matéria Fiscal

Fonte: Resolução 023/2007 de 19 de julho de 2007.

DEMONSTRATIVO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS DAS VARAS
MUNICÍPIO DE BELÉM

Antes	Atualmente	Competência
3ª Vara Cível	1ª Vara da Infância e Juventude da Capital	Processar e julgar, privativamente, feitos da Infância e Juventude na área Cível, inclusive ações coletivas
24ª Vara Cível	2ª Vara da Infância e Juventude da Capital	Processar e julgar, privativamente, feitos da Infância e Juventude na área Cível, inclusive ações coletivas
4ª Vara Cível	1ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
5ª Vara Cível	2ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
6ª Vara Cível	3ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
7ª Vara Cível	4ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
22ª Vara Cível	5ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
27ª Vara Cível	6ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
13ª Vara Cível	7ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
18ª Vara Cível	8ª V. de Família da Capital	Processar e julgar, p/ distrib., feitos da Família
14ª Vara Cível	1ª V. de Fazenda da Capital	Processar e julgar, p/distrib., feitos da Faz. Púb., ressalvada a comp. das V. Privativas de Matéria Fiscal
15ª Vara Cível	2ª V. de Fazenda da Capital	Processar e julgar, p/distrib., feitos da Faz. Púb., ressalvada a comp. das V. Privativas de Matéria Fiscal
21ª Vara Cível	3ª V. de Fazenda da Capital	Processar e julgar, p/distrib., feitos da Faz. Púb., ressalvada a comp. das V. Privativas de Matéria Fiscal

A 25ª Vara Cível será denominada "4ª Vara de Fazenda da Capital", com competência para processar e julgar, por distribuição, os feitos de Matéria Fiscal do município de Belém, assim discriminados: 1) As Execuções Fiscais ajuizadas pelo município de Belém e por suas respectivas Autarquias, contra devedores residentes e domiciliados na Capital, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 578 do Cód. de Proc. Civil; 2) Os Mandados de Segurança, Repetição de Indébito, Anulatória do Ato Declarativo da Dívida, Ação Cautelar Fiscal e outras ações que envolvam tributos municipais; e as Cartas Precatórias em Matéria Fiscal de sua competência.

A 26ª Vara Cível será denominada "5ª Vara de Fazenda da Capital", com competência para processar e julgar, por distribuição, os feitos de Matéria Fiscal do município de Belém, assim discriminados: 1) As Execuções Fiscais ajuizadas pelo município de Belém e por suas respectivas Autarquias, contra devedores residentes e domiciliados na capital, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 578 do Cód. de Proc. Civil; 2) Os Mandados de Segurança, Repetição de Indébito, Anulatória do Ato Declarativo da Dívida, Ação Cautelar Fiscal e outras ações que envolvam tributos municipais; e as Cartas Precatórias em Matéria Fiscal de sua competência.

A 30ª Vara Cível será denominada "6ª Vara de Fazenda da Capital", com competência para processar e julgar, privativamente, os feitos de Matéria Fiscal do Estado do Pará, assim discriminados: 1) As Execuções Fiscais ajuizadas pelo Estado e por suas respectivas Autarquias, contra devedores residentes e domiciliados na capital, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 578 do Cód. de Proc. Civil; 2) Os Mandados de Segurança, Repetição de Indébito, Anulatória do Ato Declarativo da Dívida, Ação Cautelar Fiscal e outras ações que envolvam tributos estaduais; e as Cartas Precatórias em Matéria Fiscal de sua competência.

Fonte: Resolução 023/2007 de 19 de julho de 2007.

DEMONSTRATIVO DAS NOVAS COMPETÊNCIAS DAS VARAS
MUNICÍPIO DE BELÉM - ICOARACI

Antes	Atualmente	Competência
1ª Vara Distrital Cível	1ª Vara Distrital Cível de Icoaraci	Processar e julgar os feitos da Família
31ª Vara Cível	2ª Vara Distrital Cível de Icoaraci	Processar e julgar os feitos do Cível e Comércio
3ª Vara Distrital Cível	3ª Vara Distrital Cível de Icoaraci	Processar e julgar os feitos da Infância e Juv., inclusive ações coletivas, Reg. Púb. e Interditos
2ª Vara Penal de Icoaraci	1ª Vara Penal de Icoaraci	Processar e julgar os feitos do Juízo Singular e Júri, por distribuição
4ª Vara Penal de Icoaraci	2ª Vara Penal de Icoaraci	Processar e julgar os feitos do Juízo Singular e Júri, por distribuição

Fonte: Resolução 023/2007 de 19 de julho de 2007.

Instalação da Vara da Fazenda Pública

A gestora do TJ promoveu a instalação da 30ª Vara Cível da Capital, criada pela Lei nº 6.480/2002, de 13 de dezembro de 2002, tendo a competência específica privativa definida para apreciar e julgar ações executivas fiscais do Estado.

Os feitos da Fazenda Pública Estadual guardam relação direta com o comportamento das receitas do Estado, essenciais ao financiamento dos investimentos públicos. A presteza nas ações de execução fiscal constitui-se, em matéria de relevante interesse público, quando as condenações contribuem para inibir infrações contra o fisco, ao mesmo tempo em que proporcionam a recuperação de dívida ativa do Estado, resultantes de créditos correspondentes a declarações indevidas de contribuintes, parcelamento de dívidas e autos de infrações, entre outros.

Judiciário do Pará integra Cadastro Nacional de Adoção

O TJ aderiu ao Cadastro Nacional de Adoção, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça. O sistema visa integrar todos os cadastros existentes no país referentes à adoção, com a formação de um banco de dados único, no qual são incluídos os pretendentes à adoção e às crianças.

O Juizado vai à Escola – Projeto da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital

O Setor de Comissariado que auxilia o Juiz na execução das atividades de prevenção especial desenvolveu o projeto "O Juizado vai à Escola" com o objetivo de divulgar nas

escolas públicas e particulares, junto ao alunado, comunidade escolar e familiares, a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e o trabalho de prevenção especial que o juizado realiza juntos aos estabelecimentos de diversão pública, contribuindo para que os usos, hábitos e costumes relativos aos direitos de crianças e adolescentes, preconizados pelo ECA, tornem-se realidade. O Projeto executado pelo Comissariado da Infância e Juventude, conta com um Comissário efetivo em sua coordenação direta, e com mais dez comissários na equipe de execução.

O Judiciário e os abrigos: uma interação necessária

Em observância ao art.95 da Lei 8069/90-ECA, que prevê a fiscalização do judiciário a entidades de atendimento governamentais e não governamentais, o Projeto da 1ª Vara da Infância e Juventude de Belém, denominado "O Judiciário e os abrigos: uma interação necessária", originou-se em função da significativa incidência de crianças e adolescentes em instituições de abrigo por longo período de tempo e objetiva fiscalizar o acolhimento prestado a este público e garantir, para cada criança e adolescente, a temporariedade da condição de abrigado e a urgência do retorno à convivência familiar e comunitária.

CEJAI inspeciona situação de crianças em abrigos

A busca de alternativas, para diminuir o tempo de permanência nos abrigos de crianças e adolescentes, mobilizou os magistrados da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional-CEJAI, a percorrer os abrigos da Região Metropolitana de Belém, realizando visitas técnicas em espaços de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade.

As visitas possibilitaram a interação do TJ com a realidade dos abrigos, oferecendo elementos de identificação das situações, utilizados na adoção de medidas e agilização de processos de destituição do poder familiar.



CEJAI em visita ao Abrigo Dulce Accioli

Sistema Nacional de Informação implantado na 2ª. Vara da Infância e Juventude

O projeto da Secretaria de Informática do TJ, para operar junto à 2ª. Vara da Infância e Juventude no registro e acompanhamento de adolescentes em conflitos com a Lei no cumprimento de medidas sócio-educativa, é denominado SIPIA. Ele utiliza ferramentas da tecnologia de informática para administrar, com precisão e em tempo real, todas as ações desenvolvidas no tratamento das situações legais que envolvem menores, consoante ao programa desenvolvido pelo Ministério da Justiça, para controle dos dados quantitativos dos adolescentes, e técnicos responsáveis pelo atendimento da clientela alvo, contendo o descritivo das medidas sócio-educativas aplicadas.

Os procedimentos preparatórios para o funcionamento do sistema ultimaram a realização de Seminário de capacitação dos usuários e disseminação do aplicativo informatizado entre os segmentos integrados, quais sejam: as Comarcas da Região Metropolitana de Belém, incluindo



Mosqueiro e Icoaraci, as Comarcas do Interior, Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Pará-FUNCAP, e a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA.

Mutirão do Fórum Cível da Capital

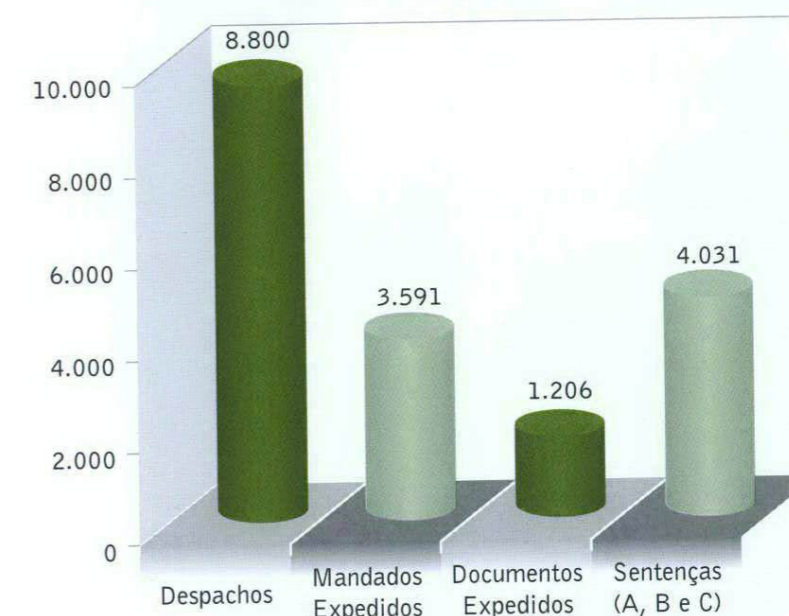
A atual administração deste Tribunal instituiu o regime de mutirão permanente para finalizar pendências nas varas cíveis, objetivando dar celeridade aos feitos cíveis das unidades (secretarias/varas) que o integram, implantando ações capazes de minimizar o retardamento na entrega da prestação jurisdicional e os meios que garantam a rapidez na tramitação do processo.

A facilitação do acesso à justiça reflete no volume processual, e em função da demanda, o Fórum Cível realizou anualmente, de forma contínua, o "Mutirão do Fórum Cível", cujo

planejamento priorizou, no mínimo, três varas/mês. Dessa forma, pelo esforço em equipe, buscou-se agilizar as sentenças, os despachos, o conjunto de mandados e documentos expedidos, além das publicações (resenhas) que são de responsabilidade de cada unidade.

Considerando o volume de ações efetivadas, o mutirão atingiu, no biênio 2007/2009, 4.031 sentenças, 8.800 despachos, além de 3.591 mandados expedidos e 1.206 expedições de outros documentos afins.

Ações Efetivadas: Mutirão do Fórum Cível
Biênio 2007 / 2008



Fonte: Gabinete da Presidência / TJ-PA

Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil no Pará

Ocorrido no período 17 a 21 de novembro de 2008, sobre a coordenação da Desa. Eliana Rita Daher Abufaiad, o Movimento de Mobilização pelo Registro Civil objetivou a realização de encaminhamentos para expedição de 1ª via de registros de nascimento; solicitação de expedição da 2ª via para as pessoas carentes e a realização de audiências de reconhecimento espontâneo de paternidade.

A localização geográfica da expressiva maioria dos municípios paraenses contribuiu para a posição no ranking de menor ocorrência de registros civis, sobretudo em função das dificuldades de acesso aos cartórios e aos fóruns pelas populações ribeirinhas e das áreas

rurais. O fator cultural e a falta de esclarecimento sobre a importância da documentação são empecilhos evidentes, que dificultaram, uma maior abrangência numérica.

O movimento atingiu, um total de 4.843 registros entre Capital e Regiões Judiciárias do interior do Estado, com destaque para as Comarcas de Breves, Abaetetuba, Capanema, Marabá e Cametá, que juntas totalizam 69% na emissão de registros entre as Regiões.

Nº DE REGISTROS EMITIDOS - REGIÕES JUDICIÁRIAS E CAPITAL

Região Judiciária	Nº de Registros Emitidos
08ª Breves	1.403
03ª Abaetetuba	439
05ª Capanema	365
11ª Marabá	329
09ª Cametá	277
06ª Paragominas	169
16ª Itaituba	166
13ª Redenção	151
07ª Soure	148
15ª Santarém	137
10ª Tucuruí	112
04ª Castanhal	107
02ª Santa Izabel do Pará	85
12ª Xinguara	82
01ª Ananindeua	54
14ª Altamira	34
Total das Regiões Judiciárias	4.058
Comarca - Belém	785
Total Geral de Registros	4.843

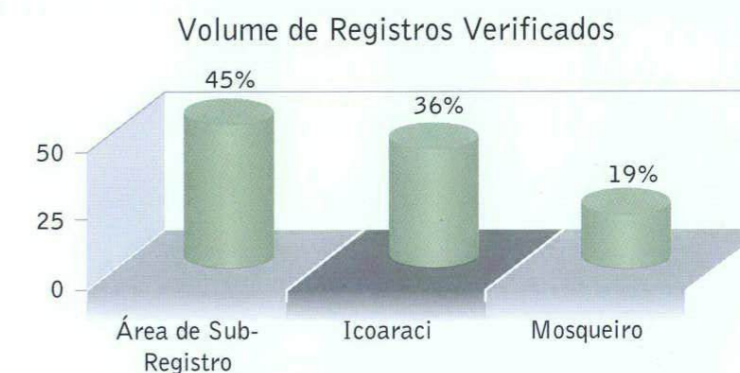
Fonte: Semana de Mobilização pelo Registro Civil - TJ-Pa / Dados Parciais coletados até 15/12/2008.



Fonte: Semana de Mobilização pelo Registro Civil - TJ-Pa

Entre os municípios envolvidos no Movimento, observou-se maior volume de emissões de registros em Portel, Moju, Breves, Gurupá, Curionópolis, Afuá, Igarapé-Miri e Redenção.

Uma importante constatação em relação à Mobilização pelo Registro Civil está no fato de que os 9 (nove) municípios de maior volume de registros somam juntos 56% de todo o movimento no interior, e desses, os municípios da Ilha do Marajó -Portel, Breves, Gurupá e Afuá - área de difícil acesso e com inexpressivo índice de indicadores econômico-social, somam 62%, o que denota sensibilidade em relação aos atendimentos prestados na Região.



Fonte: Semana de Mobilização pelo Registro Civil - TJ-Pa

É importante destacar o atendimento em municípios que apresentam indicadores relevantes de sub-registro, como é o caso de Garrafão do Norte, Senador José Porfírio e Jacareacanga, que juntos suplantam os registros verificados no distrito de Icoaraci, como também no distrito de Mosqueiro.

Faz-se imperativo evidenciar o expressivo resultado em Belém, cujo movimento realizou-se na Praça Brasil, em parceria com a Defensoria Pública, 5ª e 6ª Varas Cíveis e Ministério Público, prestando em média 450 atendimentos/dia, além da mobilização dos Cartórios da Capital e dos Distritos de Icoaraci e Mosqueiro que totalizaram 785 registros de nascimento.



Mobilização pelo Registro Civil na Praça Brasil

A comissão responsável pela mobilização, no Estado do Pará, concluiu que iniciativas similares poderiam ser conformadas em meta de trabalho anual, o que possibilitaria a continuidade das ações ora iniciadas, com o foco no atendimento à população carente, sobretudo aquela localizada em áreas geográficas de difícil acesso.

AÇÕES NA ÁREA CRIMINAL

A descentralização das Varas de Execução Penal

Definida pela Lei Estadual nº 6.870 de 20.06.06 e especialização de competência pela Resolução nº 016/2007-GP, a descentralização das Varas de Execução Penal foi inicialmente implementada com a criação das Varas de Execução penal nas Comarcas de Santarém e Marabá. Essa descentralização disciplinou a competência de outras Varas/Comarcas, na Execução Penal, quais sejam:

4ª Vara de Castanhal; 2ª Vara de Bragança; 3ª Vara de Paragominas; 3ª Vara de Altamira; 3ª Vara de Itaituba; 2ª Vara de Redenção; 3ª Vara de Tucuruí; 3ª Vara de Abaetetuba; 2ª Vara de Cametá; 2ª Vara de Capanema; Vara única de Mocajuba; Vara única de Salinópolis e Vara Única de Tomé-Açú. São as Varas com competência exclusiva para Execução de Sentenças Penais.: 8ª vara de Execução Penal da Capital, 7ª Vara de Execução Penal de Marabá e 9ª Vara de Execução Penal de Santarém.

Implantação dos Núcleos Regionalizados de Penas e Medidas Alternativas

Implantados núcleos regionalizados nas Comarcas sede de Região Judiciária, visando uniformizar os procedimentos da Execução de Penas e Medidas Alternativas, no ano de 2007, iniciou a interiorização dos Núcleos nos municípios de Marabá, Soure, Breves, Abaetetuba, Tucuruí, Castanhal, Itaituba e Santarém com a promoção da capacitação de 375 profissionais, entre magistrados e servidores.

Ações de Apoio e Combate à Violência Contra a Mulher

O Grupo Interinstitucional de Trabalho contra a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criado pelo TJ e coordenado pela desembargadora Vânia Lúcia Silveira, promoveu uma série de reuniões com representantes de órgãos de segurança pública (Secretaria de

Segurança Pública do Estado, Polícia Civil, Centro de Perícias Renato Chaves) com o objetivo de aprimorar o atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Os integrantes do Grupo elaboraram uma Cartilha com o intuito de divulgar os direitos da mulher, lançada na data do primeiro ano de vigência da lei federal 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. A publicação oferece às leitoras dados referenciais, antecedentes históricos e a importância da referida lei. Complementarmente, a equipe optou por desenvolver Ciclo de Palestras nos municípios pólos do Estado, para difusão dos aspectos jurídicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos das questões ligadas à violência doméstica contra a mulher.

Pode-se afiançar que os trabalhos do Grupo, com a participação dos juizes Rosa Navegantes, Ricardo Salame, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, vêm contribuindo significativamente para a diminuição no número de ocorrências de agressões domésticas contra a mulher em todo o Estado.

Encontros Regionais em parceria com o Ministério da Justiça

Encontros Regionais em parceria com o Ministério da Justiça: Penas e Medidas Alternativas e Formação de Redes Sociais foram realizados em dois momentos: O primeiro no município de Santarém, denominado III Ciclo de Capacitação Regional de Penas e Medidas Alternativas – Região Norte, no período de 24 a 26 de outubro de 2007, reunindo Magistrados, Promotores, Defensores, Técnicos, Operadores do Direitos, em vista da expansão da aplicação das referidas modalidades penais e para fomentar a discussão e a troca de experiências da metodologia aplicada nas Varas, Centrais e Núcleos de Penas e Medidas Alternativas. O trabalho objetivou a capacitação dos profissionais para a aplicação das Penas e Medidas Alternativas, unificando os procedimentos na Região Norte.

A segunda atividade deu lugar ao Seminário Regional Centro-Oeste/Norte: segurança com cidadania na execução de penas e medidas alternativas, realizado no intervalo de 11 a 12 de dezembro de 2008, na cidade de Belém, reunindo gestores, técnicos, sociedade civil e autoridades públicas do executivo e do sistema de justiça criminal, com o intuito de construir novos referenciais de política pública no segmento das penas e medidas alternativas com base na integração entre políticas sociais e políticas de segurança pública.

O Programa Aguapé

O Programa Aguapé consiste na execução simultânea de vários projetos destinados aos apenados das Varas de execução penal, seja no âmbito da Pena Restritiva de Direitos ou Privativa de Liberdade, com a finalidade de oportunizar a profissionalização e a inclusão social aos apenados. Instituído pela Resolução 002/2008 – GP, o Programa Aguapé, sob a Coordenação da Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos e Sub-Coordenadorias do Dr. Cláudio Henrique Lopes Rendeiro e Dra. Tânia Batistelo com o fito da adoção de medidas garantidoras de direitos, principalmente, as que se referem à educação, cultura e ampliação da capacidade de empregabilidade dos apenados, articulando ações de qualificação profissional e, conseqüente, geração de renda a esse público, criando uma rede de proteção e promoção social.

O Projeto é desmembrado nos sub-projetos: "Açaí- Ação integrada", "De volta a Escola", "Justiça na ponta do lápis", "Fênix", "Dó, ré, mi,- faz melhor" e "Conquistando a Cidadania", atualmente em fase de estruturação de parcerias com os órgãos públicos, empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.



O Conselho da Comunidade

Reinstalado com o objetivo de fiscalizar a execução da pena e ressocialização de recuperandos, o Conselho da Comunidade desenvolve atividades em conjunto com os órgãos

que integram o Sistema Penal, o Conselho, que se constitui como uma associação civil, trabalha em regime de voluntariado, com a função de contribuir para que a aplicação das Penas e Medidas Alternativas promova a redução do índice de reincidência criminal entre os apenados pela prática de crimes de menor poder ofensivo.

Instalação da Vara de Combate ao Crime Organizado

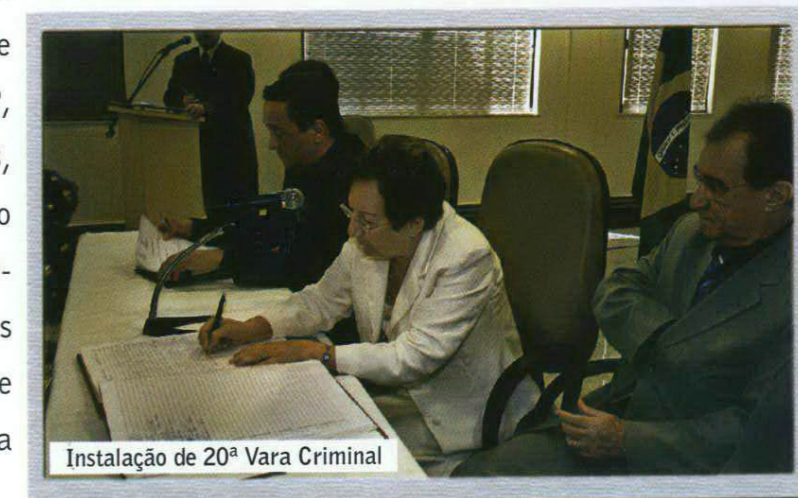
Instalada a Vara de Combate ao Crime Organizado em função da Lei nº. 6.982/2007 sancionada pelo Governo do Estado, o TJ criou a estrutura funcional da 20ª Vara Penal, restritiva de combate ao crime organizado.

É competência da referida Vara processar e julgar delitos envolvendo atividades de organizações criminosas, com jurisdição em todo o Estado. A instalação atende à recomendação do Conselho Nacional de Justiça. Da estrutura operacional consta um sistema de protocolo autônomo, integrado ao sistema de protocolo do Fórum Criminal da Capital.

As medidas cautelares preventivas no curso das investigações criminais, inquéritos e processos relativos aos feitos da competência da 20ª Vara Criminal, tramitarão sob absoluto sigilo de justiça, vedando-se aos servidores lotados na Vara, a divulgação de quaisquer informações processuais, ressalvando-se o disciplinado na Lei Federal 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

Instalação da Vara de Inquérito

A Resolução nº 017/2008 especializou a competência de duas varas criadas pelo art. 2º, inciso I, da Lei nº 7.195/2008, para efetuar o controle e o exercício da atividade jurisdicional requeridos nos inquéritos policiais, peças informativas e outras providências na Comarca de Belém.



As Varas Penais de Inquéritos Policiais possuem competência para processar e julgar os atos relativos a inquéritos policiais, cabendo-lhes a abertura de vista ao Ministério Público; decisões (sobre arquivamento do inquérito policial, pedido de diligências, "habeas corpus", prisão em flagrante e seu relaxamento, pedido de prisão temporária, preventiva e de liberdade provisória, busca e apreensão e restituição de coisas apreendidas, interceptação telefônica e quebras de sigilo em geral para prova em investigação criminal e mandado de segurança e medidas cautelares de natureza criminal reputadas como urgentes); bem como deliberar acerca das autorizações judiciais para cremação de cadáveres e remoção de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

O Sistema Integrado de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados

O sistema foi consolidado em um aplicativo informatizado, visando o resgate definitivo das lacunas de disponibilidade de informações sobre a situação processual e prisional de réus presos, provisórios e apenados, integrando os dados do Poder Judiciário com o Sistema Penal. Neste sentido, registrou-se significativo avanço no trato do preso, haja vista a premente necessidade de integração entre os órgãos envolvidos no Sistema de Justiça Estadual e com o Sistema de Informações Penitenciárias, do Ministério de Justiça-sistema em fase de conclusão.

Movimento de Resolução dos Processos de Presos Provisórios

O Projeto de Mobilização pela Resolução de Processos de Presos Provisórios na Região Metropolitana de Belém, definiu-se como uma iniciativa institucional de caráter permanente a se efetivar semestralmente, com o objetivo de agilizar os processos de réus, presos provisórios e, em consequência, reduzir o número de presos, evitando eventuais motins, rebeliões e violações sistemáticas dos direitos humanos.



O movimento pela Resolução de Processos de Presos Provisórios, sob a coordenação da Des. M^a. de Nazaré Silva dos Santos e Dra. Kédma Pacífico Lyra, é uma iniciativa pioneira da Presidência do TJ do Pará.

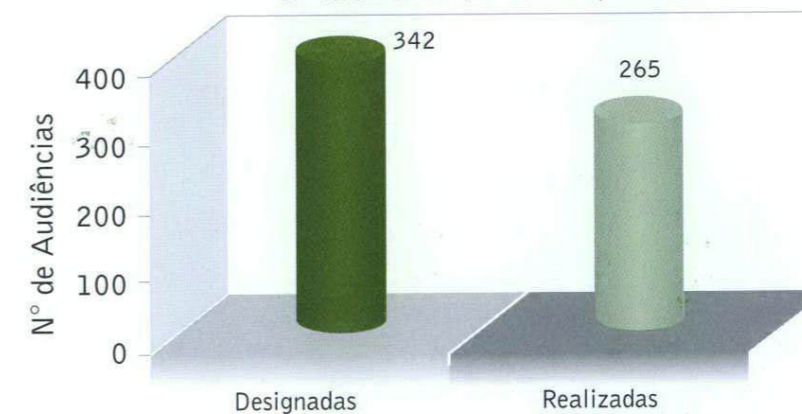
Realizado em duas etapas, a primeira ação de 2008 ocorreu no mês junho e a segunda mobilização no mês de dezembro, envolvendo cerca de 30 varas penais entre as quais: Juízo Singular, Tribunal do Júri, Crimes contra Crianças e Adolescente, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, Distritais Penais de Icoaraci e Mosqueiro, Penais de Ananindeua, Marituba e Benevides, como também a recente vara instalada, 1^a vara de Inquérito Policial da Capital. Além do Poder Judiciário, participaram do movimento a Superintendência do Sistema Penal do Estado do Pará, a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará, Defensoria Pública e Ministério Público.

Movimento pela Resolução de Processo de Presos Provisórios - 1º Momento (jun/2008)



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/TJ-PA/ Secretaria de Informática/TJ-PA

2º Momento (dezembro/2008)



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/TJ-PA/ Secretaria de Informática/TJ-PA

A distribuição diária das audiências designadas e realizadas mostrou-se crescente durante os períodos (jun. e dez./2008), atingindo um total de 914 audiências designadas para 684 audiências realizadas nos dois períodos do Projeto, representando um percentual de 75% de êxito em realizações em relação às audiências programadas para os períodos.

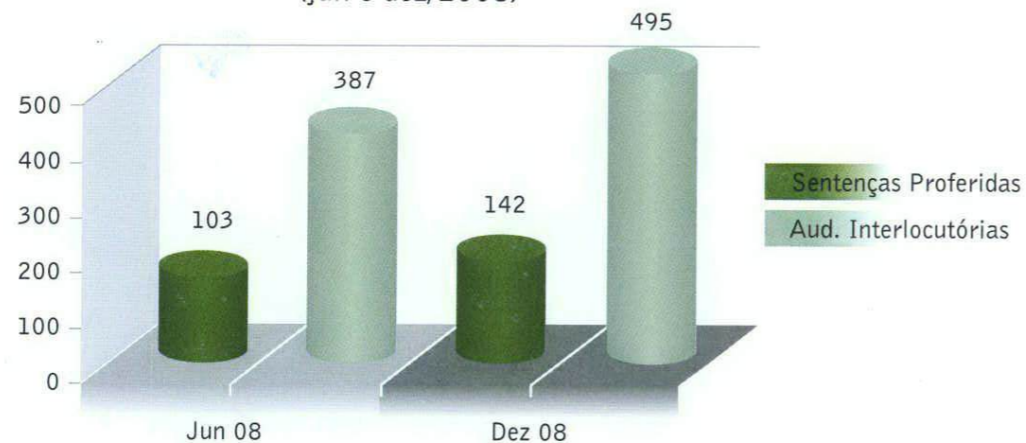
Total de Audiências Realizadas nos Movimentos pelas Resoluções dos Processos de Presos Provisórios/2008



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/TJ-PA/ Secretaria de Informática/TJ-PA

Observação similar aplicou-se para as sentenças proferidas e decisões interlocutórias, que registraram desempenho ascendente durante os períodos de execução do Projeto, atingindo patamares de 142 sentenças, 495 decisões interlocutórias no final do movimento de dezembro de 2008, e 103 sentenças e 387 decisões interlocutórias proferidas no último mês de junho do mesmo ano.

Sentenças e Audiências Interlocutórias Proferidas (jun e dez/2008)



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/TJ-PA/ Secretaria de Informática/TJ-PA

Os procedimentos que envolveram os movimentos apresentaram queda de 20% para o número de pessoas ouvidas no segundo período (dez./2008) quando comparados ao primeiro (jun./2008), porém não aferiu prejuízo ao desempenho do projeto, visto que o número de pessoas convocadas para serem ouvidas é relativo à necessidade de desencadeamento que requer cada processo. Já o Número de Processos Despachados no último movimento superou em 17% o anterior.

Procedimentos do Movimento Resolução dos Processos de Presos Provisórios (junho e dezembro/2008)



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/Secretaria de Informática/TJ-PA

A quantidade de presos liberados durante a realização do projeto aferiu para dezembro/2008 um crescimento na ordem de 26% quando comparados a junho/2008. Esse aumento reflete os resultados positivos alcançado pelo Movimento, que visa maior eficiência na prestação de serviços em prol de uma justiça mais célere.

Presos Liberados pelo Movimento de Resolução dos Processos de Presos Provisórios (junho e dezembro/2008)



Fonte: Diretores de Secretaria de varas/Secretaria de Informática/TJ-PA

O Movimento se mostrou mais uma vez eficiente no alcance dos objetivos junto às resoluções judiciais vinculadas, aos presos provisórios, dando maior celeridade as tramitações processuais e orientações as partes envolvidas nos processos. Ações e medidas desta natureza contribuíram para o fortalecimento da imagem do Judiciário paraense no último biênio.

MOVIMENTO/ATENDIMENTO NO PERÍODO DO MOVIMENTO PELA RESOLUÇÃO DE PROCESSOS DE PRESOS PROVISÓRIOS EM BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA (jun. e dez. / 2008)

Ítems	Períodos do Movimento de 2008		
	Junho	Dezembro	Total
Audiências Designadas	572	342	914
Audiências Realizadas	419	265	684
Pessoas Ouvidas	687	547	1.234
Processos Despachados	906	1.056	1.962
Presos Liberados	275	346	621
Sentenças Penais Proferidas	103	142	245
Decisões Interlocutórias Proferidas	387	495	882

Fonte: Diretores de Secretaria de varas/Secretaria de Informática/TJ-PA

Mutirão Carcerário nas Comarcas do Interior - 2008

Realizado no período de 9 a 12 de dezembro de 2008 os resultados alcançados pela Justiça do Estado do Pará, foram satisfatórios, frente aos esforços proferidos pelas Comarcas participantes do evento, que aferiram um total de 1.798 processos analisados representando 15,57% de presos provisórios (1.278) e 29% de condenados (520).



Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior/TJ-PA

Presos Provisórios

Na análise dos processos de presos provisórios, foram concedidos 199 benefícios, dos quais 88% foram de liberdade provisória e 12% de revogação de preventivas, com concessões médias de 50 benefícios por dia.



Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior/TJ-PA

Do total de processos de presos provisórios analisados na ordem de 1.278, aferiram-se 1.079 de prisões mantidas e 199 pessoas liberadas para convivência em sociedade, ou seja, apenas 15,57% de liberações frente aos processos reavaliados.



Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior/TJ-PA

Presos Condenados

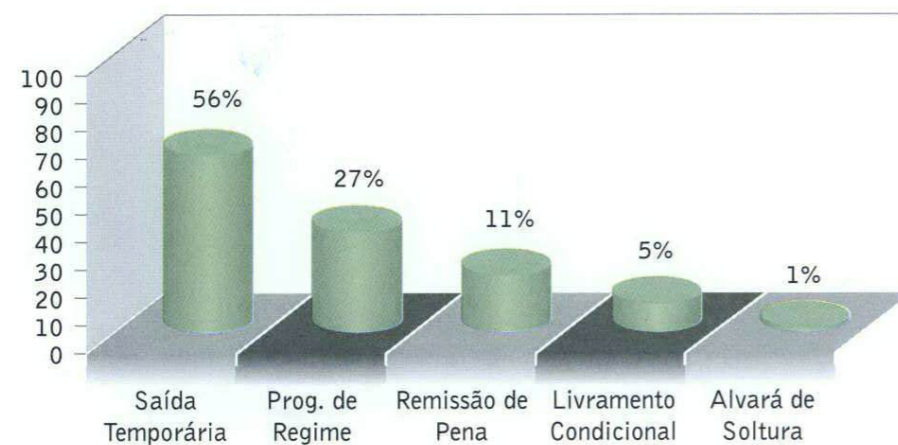
Os resultados vinculados à análise processual dos condenados de justiça auferiram 520 processos de execução penal, um total de 27 benefícios de liberdade, perfazendo uma participação de 5,19% de pessoas liberadas em relação aos processos analisados no período do movimento. No Estado do Pará, a Execução Penal é descentralizada. No total existem 13 circunscrições judiciárias com competência para a Execução Penal, de acordo com a Resolução 016/2007.

Dos benefícios concedidos aos apenados, (56%) são de Saída Temporária. Isso se deve ao período de realização do mutirão, que preconiza um aumento significativo de saídas decorrentes da confraternização natalina.

É preponderante ressaltar que do total de benefícios de liberdade concedida a réus condenados (27), 81% foram por Livramento Condicional e 19% por Extinção da Pena. Na contagem de benefícios de liberdade não foram incluídos os de Saída Temporária (256), dada a natureza do benefício, que no Estado está recomendada em 7 dias.

Seguindo análise dos maiores percentuais de volume de benefícios concedidos, Progressão de Regime é o segundo maior com 27%, seguido por Remissão de Pena (11%), Livramento condicional (5%) e Alvará de Soltura (1%).

Mutirão Carcerário -2008
Benefícios Concedidos para Presos Condenados



Fonte: Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior/TJ-PA

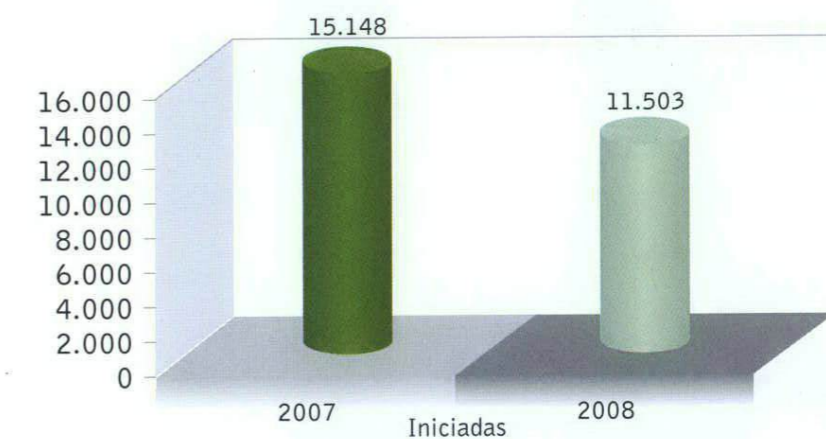
O Mutirão Carcerário nos municípios do Pará apresentou resultados positivos no alcance das resoluções dos problemas processuais da população carcerária (Provisórios e Condenados), totalizando 1.798 processos analisados, proporcionando 226 liberações concedidas, aferindo participação de 13% do total de pessoas liberadas em relação o número total de processos analisados até o final do movimento.

JUIZADOS ESPECIAIS

COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - BIÊNIO 2007-2009

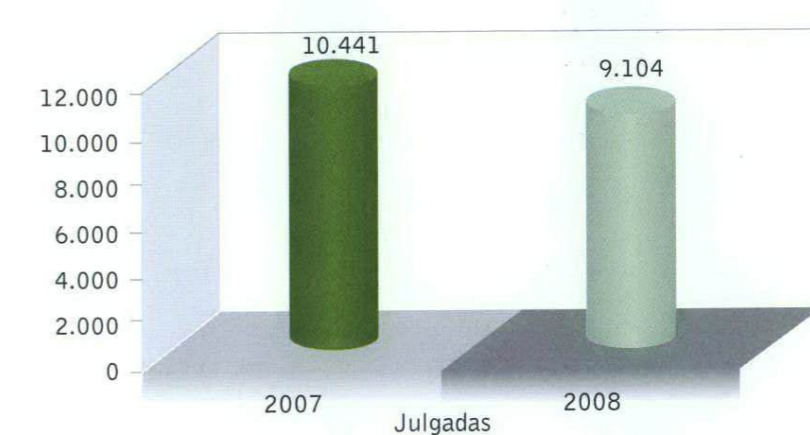
Ações Cíveis Iniciadas e Julgadas nos Juizados Especiais da RMB

Ações Iniciadas - 2007/2008



Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas da RMB. / Base de Dados 30/10/08

Ações Julgadas - 2007/2008

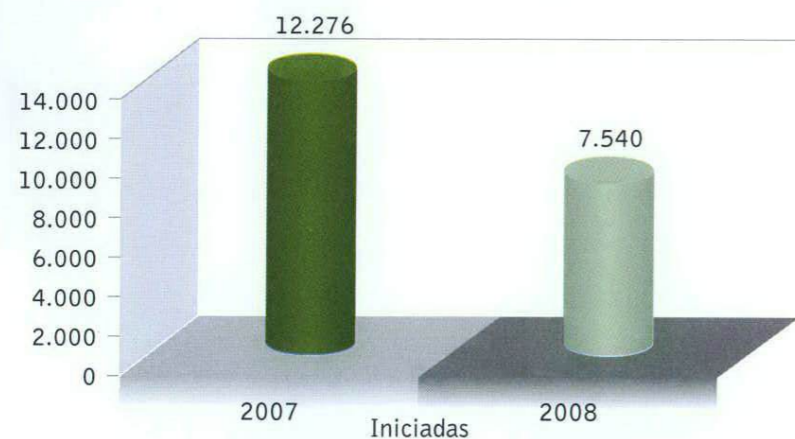


Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas da RMB. / Base de Dados 30/10/08

Comarcas da Região Metropolitana de Belém - Biênio 2007-2009

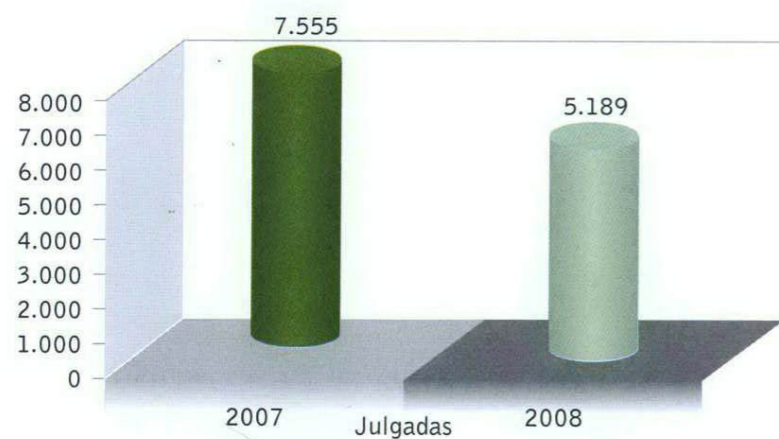
Ações Penais Iniciadas e Julgadas nos Juizados Especiais da RMB

Ações Iniciadas - 2007/2008



Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Penais das Comarcas da RMB. Base de dados 30/10/08

Ações Julgadas - 2007/2008

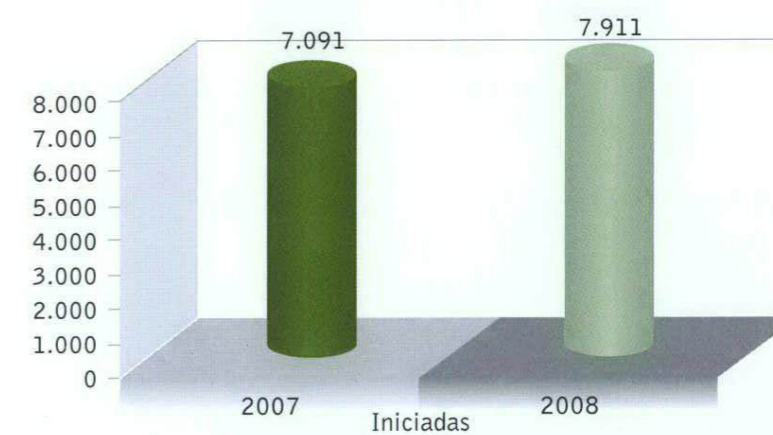


Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Penais das Comarcas da RMB. Base de dados 30/10/08

Comarcas do Interior do Estado - Biênio 2007-2009

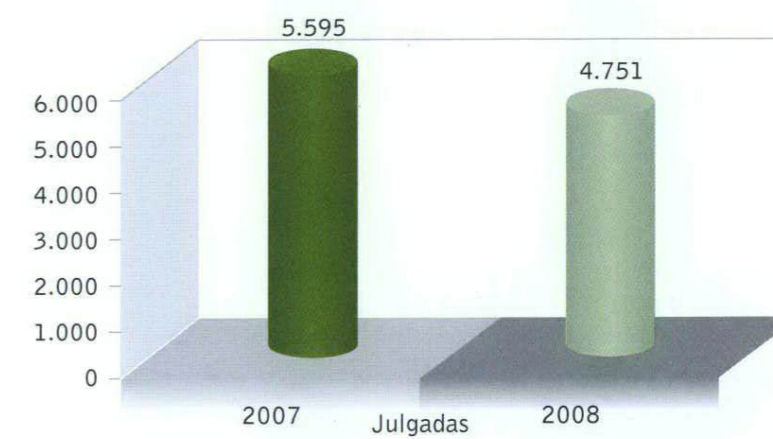
Ações Cíveis e Penais Iniciadas e Julgadas nos Juizados Especiais do Interior

Ações Iniciadas - 2007/2008



Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Cíveis e Penais das Comarcas do Interior / Base de Dados 30/10/08

Ações Julgadas - 2007/2008



Fonte: Secretarias Judiciais dos Juizados Especiais Cíveis e Penais das Comarcas do Interior / Base de Dados 30/10/08

Turma Recursal Biênio 2007-2009

Recursos Cíveis Iniciados e Julgados 2007/2008

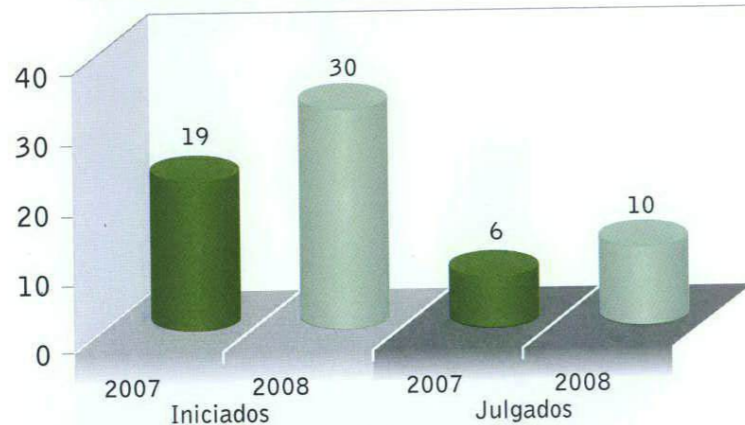


Fonte: Secretaria das Turmas Recursais / Base de dados 30/11/08

Turmas Recursais	Iniciados		Julgados	
	2007	2008	2007	2008
1ª Turma Recursal	802	1.098	1.072	891
2ª Turma Recursal	928	1.142	1.098	960
TOTAL	1.730	2.240	2.170	1.851

Fonte: Secretaria das Turmas Recursais / Base de dados 30/11/08

Recursos Penais Iniciados e Julgados 2007/2008



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais

Turmas Recursais	Iniciados		Julgados	
	2007	2008	2007	2008
1ª Turma Recursal	9	14	3	6
2ª Turma Recursal	10	12	3	6
TOTAL	19	26	6	12

Fonte: Secretaria das Turmas Recursais / Base de dados 30/11/08

-Ações Implementadas nos Juizados Especiais

O Judiciário renomeou as Varas de Juizados Especiais de Belém e Juizados Especiais de Ananindeua promulgando a Resolução nº 004/2008, que determinou a divisão de jurisdição por bairros das Varas de dos Juizados Especiais. O Tribunal considerou que o crescimento demográfico, registrado no último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE nos dois municípios, e a necessidade de estabelecer a distribuição equânime da competência dos órgãos judiciais, nas duas Comarcas, justificaram a alteração implementada, no sentido da eficácia da prestação jurisdicional.

COMARCA DE BELÉM

Situação Anterior	Nova Nomenclatura das Varas (Res.004/2008 - GP - 13/03/08)
4-4 Juizado Especial de Acidente de Trânsito I	Vara do Juizados Especial Cível de Acidente de Trânsito
77-0 Juizado Cível e Criminal do Meio Amb. da Faci	Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente
81-8 Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso
83-4 Juizado Especial do Consumidor - Trindade	1ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo
84-2 Juizado Especial do Consumidor - Cesupa	2ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo
80-0 Juizado Esp. do Consumidor - Cidade Velha	3ª Vara do Juizado Especial das Relações do Consumo
43-5 Juizado Especial do Jurunas - Cível	1ª Vara do Juizado Especial Cível
87-7 Juizado Especial Cível da Faci	2ª Vara do Juizado Especial Cível
55-9 Juizado Especial Cível Central II	3ª Vara do Juizado Especial Cível
10-9 Juizado Especial Unama Cível I	4ª Vara do Juizado Especial Cível
57-5 Juizado Especial Unama Cível II	5ª Vara do Juizado Especial Cível
26-5 Juizado Especial Central Cível I	6ª Vara do Juizado Especial Cível
82-6 Juizado Especial Unama-br - Cível	7ª Vara do Juizado Especial Cível
75-3 Juizado Especial do Jurunas - Criminal	1ª Vara do Juizado Especial Criminal
69-9 2º Juizado Especial Criminal	2ª Vara do Juizado Especial Criminal
70-2 3º Juizado Especial Criminal	3ª Vara do Juizado Especial Criminal
72-9 4º Juizado Especial Criminal	4ª Vara do Juizado Especial Criminal
71-0 6º Juizado Especial Criminal	5ª Vara do Juizado Especial Criminal
22-2 Juizado Especial Cível de Icoaraci	Vara do Juizados Especial Cível de Icoaraci
49-4 Juizado Especial Criminal de Icoaraci	Vara de Juizado Especial Criminal de Icoaraci
86-9 Juizado Especial Cível e Criminal de Mosqueiro	Vara de Juizado Esp. Cível e Crim. de Mosqueiro

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TJ - Pa

COMARCA DE ANANINDEUA

Situação Anterior	Nova Nomenclatura das Varas (Res.004/2008 - GP - 13/03/08)
1º Juizado Especial Cível	1º Juizado Especial Cível
1º Juizado Especial Criminal	1º Juizado Especial Criminal
Juizado Cível do PAAR	2º Juizado Especial Cível
Juizado Criminal do PAAR	2º Juizado Especial Criminal
Juizado Cível Cidade Nova	3º Juizado Especial Cível
Juizado Criminal Cidade Nova	3º Juizado Especial Criminal

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TJ - Pa

Processo Judicial Digital- PROJUDI

A implantação do Processo Judicial Digital na esfera de atuação do Judiciário do Pará foi efetivada pela Res. Nº 005/2008. Inicialmente, o processo foi implantado na 3ª Vara de Juizado Especial Cível, e, gradativamente, nos demais órgãos da Justiça Estadual, observada a conveniência administrativa.

A resolução preconiza ainda normas para o funcionamento do processo eletrônico, efetivado exclusivamente por meio de aplicativo computacional denominado Processo Judicial Digital -PROJUDI, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça e o TJ. Estabelece a resolução que os autos do processo eletrônico serão integralmente digitais, sendo do usuário a responsabilidade pela inserção de documentos no sistema, cuja autenticidade e integridade serão garantidas pela utilização de certificação digital, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, inciso III, letras "a" e "b", da Lei nº 11.419/2006.

A implantação do PROJUDI foi antecedida pela realização de palestras e treinamento técnico-operacional visando a preparação do corpo funcional para a digitalização processual da Justiça Estadual.

A Semana Nacional de Conciliação no Pará – 2008

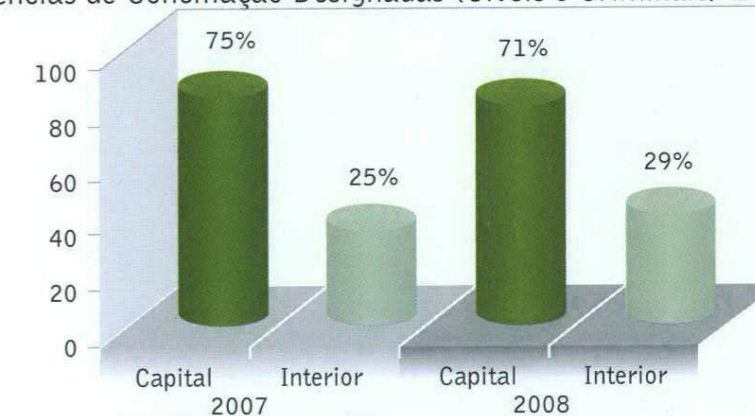
Evento realizado no mês de dezembro de 2008, sob a coordenação da Des. Célia Regina de Lima Pinheiro, apresentando bons resultados na circunscrição do Estado, com um volume de atendimento superior a 13 mil pessoas.

Com o envolvimento médio diário de 1.300 pessoas entre servidores da justiça estadual e colaboradores, foram realizadas 7.966 audiências cíveis e criminais o que representa 69,7% do total de audiências designadas.



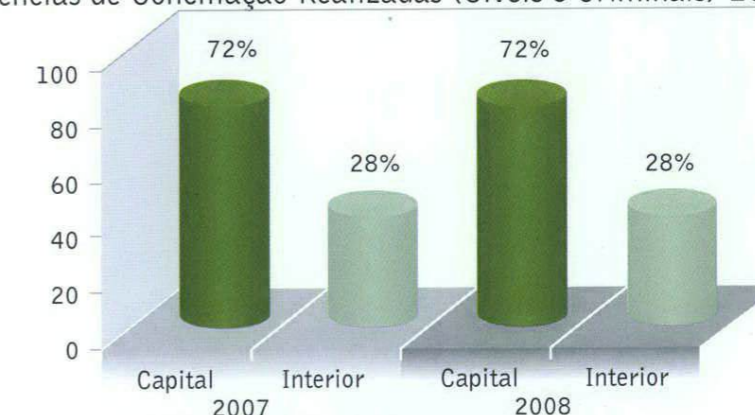
As audiências de conciliação realizadas no interior em 2008 representam 72% do total, contra 28% na Capital do Estado, desempenho similar aos volumes do ano de 2007. Os acordos homologados também se mostraram mais expressivos nas Comarcas do Interior, participando com 75% da produtividade da Semana Nacional.

Audiências de Conciliação Designadas (Cíveis e Criminais)-2007/2008



Fonte: Secretaria de Informática / TJ-PA

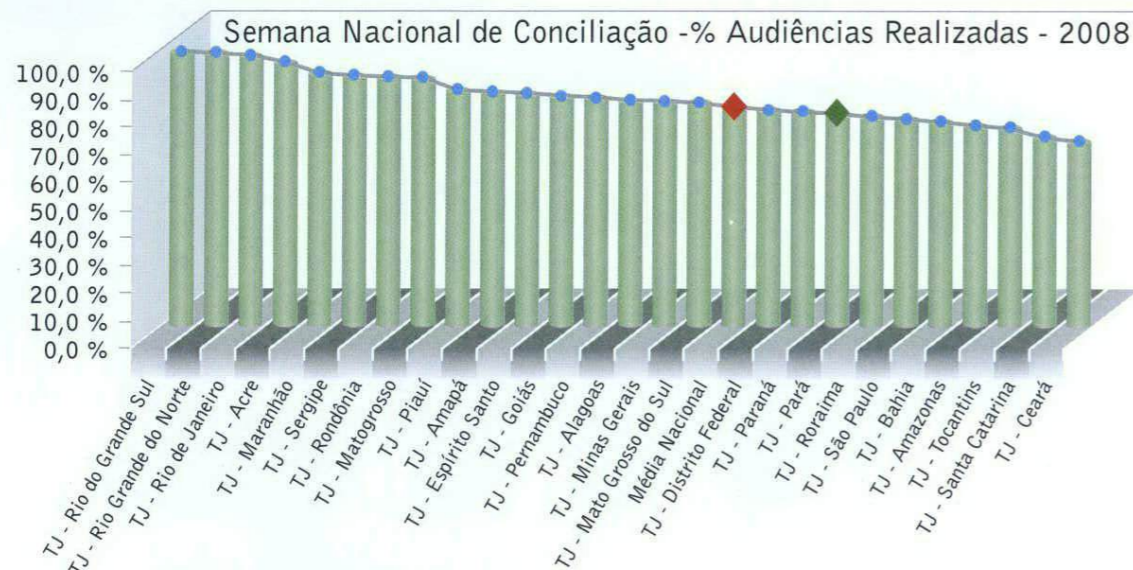
Audiências de Conciliação Realizadas (Cíveis e Criminais)-2007/2008



Fonte: Secretaria de Informática / TJ-PA

O 2º Grau do judiciário paraense contribuiu na Semana de Conciliação com 41 audiências realizadas e 2 acordos homologados.

A representação gráfica do quantitativo de atendimento espelha a comparação dos resultados entre os Tribunais da Justiça Estadual de todo o Brasil. Sob o ponto de vista das audiências realizadas em termos percentuais, a Justiça Estadual do Pará coloca-se na 19ª posição, superando nesta proporção os tribunais de Roraima, São Paulo, Bahia, Amazonas, Tocantins, Santa Catarina e Ceará. Posiciona-se de igual maneira em relação ao percentual de acordos efetuados, superando agora os Tj's do Distrito Federal, Sergipe, Paraná, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.



Fonte: CNJ/DPJ

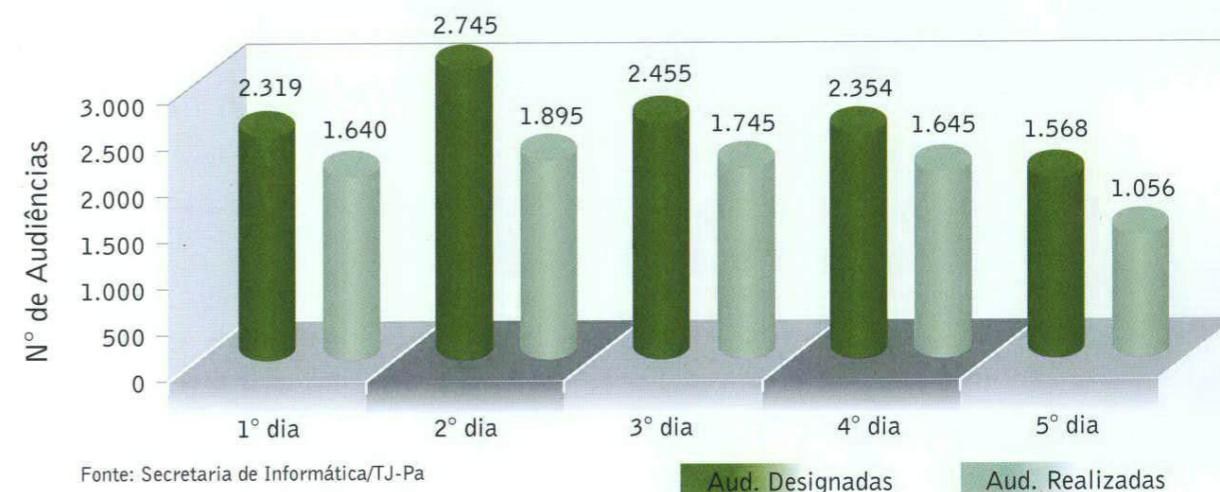
RESUMO DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO - 2008

Ítems	01/12/08	02/12/08	03/12/08	04/12/08	05/12/08	TOTAL
Audiências Designadas	2.319	2.745	2.455	2.354	1.568	11.441
Audiências Realizadas	1.640	1.895	1.745	1.645	1.056	7.981
% Audiências Realizadas	70,72%	69,03%	71,08%	69,88%	67,35%	69,76%
Acordos Efetuados	646	691	611	612	438	2.998
Valores Homologados (R\$)	391.333,73	393.451,47	456.928,28	228.173,99	483.101,61	1.952.989,78

Fonte: Secretaria de Informática do TJ-PA

Com um percentual médio diário de audiências realizadas em torno de 70% de todas as audiências marcadas, volume de valores homologados atingindo R\$ 1,9 milhão, atendimento superlativo de mais de 13 mil pessoas, 142 palestras realizadas, pode-se afirmar que a Semana Nacional de Conciliação na Justiça Estadual do Pará alcançou com eficiência e sucesso o objetivo proposto.

Semana Nacional de Conciliação
Audiências Designadas e Realizadas na Justiça Estadual do Pará 2008



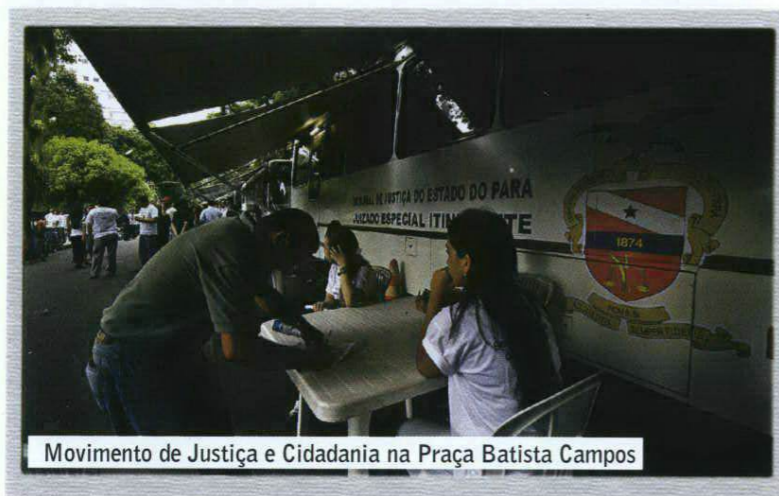
Fonte: Secretaria de Informática/TJ-Pa

O Movimento de Justiça e Cidadania

Ação realizada em dezembro de 2008 na Praça Batista Campos em Belém, envolveu os programas Justiça e Juizados Especiais do TJ e Balcão de Direitos da Defensoria Pública do Estado. O programa "Justiça e Juizados Especiais Itinerantes" somaram no evento 66 ações, tendo como principais: Registro de Nascimento (36%), Retificação de Registro de Nascimento (32%), além de Divórcio Consensual (12%), Retificação de Registro Civil de Óbito (7%), dentre outras.

O Programa "Balcão de Direitos", da Defensoria Pública do Estado, atingiu um total de 253 atendimentos, sendo os mais expressivos: os encaminhamentos para a expedição da 2ª via de registro de nascimento (134 casos), as orientações jurídicas (45 casos) e as ações iniciadas (44 casos).

Participaram também da operação o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, atendendo um total de 240 pessoas, principalmente no tocante a revisão de dados (132 casos) e alistamentos (79 casos), a Ordem dos Advogados do Brasil, (com 31 orientações jurídicas), o Instituto de Identificação do Pará (240 atendimentos), o Cartório de 2º ofício (35 atendimentos) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (com 520 atendimentos).



Movimento de Justiça e Cidadania na Praça Batista Campos

Cabe salientar que os dados apresentados inferem um resultado positivo com reflexo no bom desempenho do judiciário paraense, referendando que a conciliação é a melhor estratégia para o desfecho dos litígios judiciais e para busca da paz social.



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Convênio nº 001/2008

Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo TJ e Poder Executivo Municipal de Belém estabeleceu compromisso conjunto para viabilização do Programa de Inclusão Social em Belém, com o desenvolvimento de ações voltadas aos sentenciados, que cumprem penas restritivas de direitos e privativas de liberdade, oportunizando a profissionalização, geração de emprego e renda, objetivando garantir cidadania aos apenados.



A Desa. Presidente e o Prefeito de Belém Duclomar Costa

Convênio Celebrado entre o Tribunal de Justiça e Governadoria do Estado

O judiciário firmou convênio com o Executivo para ampliar o combate à violência doméstica contra a mulher. A Desa. Presidente do TJ, e a Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, assinaram protocolo de intenções voltado à promoção de ações e políticas públicas capazes de assegurar proteção social a mulher vítima de violência doméstica e familiar.



A Desa. Presidente e a Gov. Ana Júlia: proteção à mulher

A sessão protocolar do convênio TJ / Governo do Pará foi marcada com o lançamento da publicação "Lei Maria da Penha", produzida pelo Grupo Interinstitucional de Trabalho e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do TJ que tem à frente a desembargadora Vânia Silveira e é composto pelos juízes Rosa Navegantes e Ricardo Salame, das duas Varas Especializadas, além das promotoras Leane Fiúza de Melo e Lucinere Ferreira, que atuam nas promotorias vinculadas às varas.

Executivo e Judiciário: ações para promover a segurança pública

O TJ, representado pela sua presidente, Des. Albanira Bemerguy e pelo vice-presidente, Des. Rômulo Nunes, e pelo diretor do Fórum Cível, Marco Antônio Castelo Branco, sediou reunião de trabalho com a participação da Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que se fez acompanhar pelo Secretário de Segurança Pública, Geraldo Araújo; Secretário Adjunto de Segurança, Geraldo Sales; Procurador Geral do Estado, Ibraim Rocha; e do Defensor Público Geral, Antônio Roberto Cardoso.

Os assuntos relacionados à pauta da reunião concentraram-se em temas referentes à celeridade nos processos dos presos provisórios; ao combate à grilagem de terra no Estado e à intensificação na aplicação de penas e medidas alternativas para os crimes considerados leves afim de reduzir a população carcerária do Estado.

Convênios modernizam controle da população carcerária e credenciam magistrados à justiça sem papel

O convênio entre o Tribunal de Justiça e a Superintendência do Sistema Penitenciário-SUSIPE concedeu permissão a servidores e magistrados autorizados do Judiciário, em acessar o banco de dados eletrônicos com informações relevantes acerca dos presos provisórios e apenados.

Para a realização do objeto do convênio, a Secretaria de Informática do TJ criou o aplicativo Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados, a ser abastecido pela SUSIPE, utilizando o banco de dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária -INFOPEN do Departamento Penitenciário Nacional -DEPEN. O esforço integrado pelo sistema proporcionará ao Tribunal conhecer, com exatidão, a população

carcerária do Estado, os dados processuais dos presos e todos os eventos judiciais e carcerários, como faltas, sanções disciplinares e fugas.

Outra medida, com o objetivo de dar celeridade aos processos judiciais, refere-se ao Termo de Cooperação firmado pelo TJ com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil-IRIB permitindo ao Tribunal emitir certidões digitais pelo sistema IRIB/ARISP da Central Registral de Serviços Eletrônicos Compartilhados-CRSEC.

Com o intercâmbio, os Cartórios de Registro de Imóveis da Capital e Estado do Pará, cadastrados no sistema, habilitaram-se a emitir certidões digitais, encaminhadas eletronicamente ao TJ, eliminado o fluxo de papel e evitando o desperdício de tempo com atos burocráticos. Os magistrados com acesso ao sistema possuem assinatura digital cadastrada, com o objetivo de garantir a segurança na troca de informações e veracidade dos documentos digitais.

Tribunal de Justiça integrado ao Sistema de Restrição Judicial

Visando agilizar a execução de decisões judiciais na restrição de transferência de veículos o judiciário paraense assinou Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça, para a implementação do Sistema de Restrição Judicial – RENAJUD.

O Sistema RENAJUD, operado on line, possibilita que os juízes consultem, em tempo real, a base de dados sobre veículos e proprietários do Registro Nacional de Veículos-RENAVAM para inserir restrições judiciais de transferência, licenciamento e circulação, além de registrar penhora sobre os veículos. O Conselho Nacional de Justiça, os Ministérios das Cidades e da Justiça e o Serpro assinaram o termo aditivo comprometendo-se em colocar o sistema em funcionamento para atender às decisões judiciais.

O RENAJUD veio complementar o rol de ferramentas desenvolvidas com o objetivo de garantir maior efetividade às execuções judiciais, como as que possibilitam o bloqueio de valores em instituições financeiras e o acesso a dados da Receita Federal, inclusive declaração de bens.

Convênio com Poderes e Instituições para penas e medidas alternativas

Celebrado convênio com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público do Estado, a Prefeitura Municipal de Belém e o IBAMA, objetivando a operacionalização das penas e medidas alternativas de caráter sócio-educativo e reeducador, em especial, nos serviços à comunidade e na prestação pecuniária, aplicadas pelos juízes penais e juizados especiais criminais da região metropolitana de Belém.

A celebração do acordo interinstitucional permitiu que as entidades conveniadas, por meio dos seus órgãos, colaborem no sentido de que cada apenado possa cumprir a pena ou medida alternativa de maneira compatível com o seu perfil e devidamente monitorada.

Atuação institucional conjunta para tratar da situação fundiária no Estado

A Des. presidente do TJ, Albanira Bemerguy, reuniu com autoridades para tratar de temas envolvendo a questão fundiária. Participaram da reunião o Ouvidor Agrário Nacional, Gersindo Silva; Ouvidor Agrário Estadual, desembargador Otávio Marcelino Maciel; Procurador da República, Felício Pontes



Em pauta a discussão da situação fundiária no Estado.

Junior; Frei Henri Des Rosieres e José Batista Afonso, da Comissão Pastoral da Terra; e o Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Ailson Silveira Machado; e os representantes do Instituto de Terras do Pará; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; do Ministério Público do Trabalho; da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Paragominas e da Polícia Rodoviária Federal.

O evento definiu a estreita atuação institucional entre o Poder Judiciário e os órgãos públicos e entidades da sociedade organizada, objetivando a prestação jurisdicional em questões agrárias no Estado.

Programa Justiça e Juizado Itinerante do TJ participa de ações integradas

O Programa Justiça e Juizado Itinerante prestou mais de mil atendimentos na vigésima edição do Programa Chance Para Todos, idealizado e organizado pela Marinha do Brasil. Em dez dias de atividades, a operação abrangeu as Comarcas de Portel e Breves, além do Termo Judiciário de Bagre. Participou ainda do Projeto Justiça Solidária, organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho e Serviço Social da Indústria. O evento teve como objetivo oferecer serviços a comunidade carente, como atendimento jurídico e de saúde.

A Justiça Itinerante concilia, processa e julga Ações de Alimento, Divórcio, Separação e Declatória de Paternidade, Consensuais, Ações de Justificação de Registro Civil de Nascimento e Óbito, além de retificação de Registro Civil de Nascimento, Casamento e Óbito.

Convênio de Cooperação Técnica firmado entre os Tribunais do Pará e de Sergipe

O objeto do convênio de cooperação técnica entre as duas instituições é a cooperação e o intercâmbio na área de Tecnologia da Informação, entre os partícipes, para viabilização no TJ-PA, da adoção de métodos, procedimentos e recursos de tecnologia da informação visando a eficiência da área de Gestão de Pessoas, com ênfase no Sistema de Recursos Humanos. O prazo de vigência do convênio é de cinco anos.

Convênios firmados para viabilizar a construção de novos fóruns

Convênio de nº 08/2008 entre o Tribunal de Justiça, a Prefeitura Municipal de Juruti e a Empresa Omnia Minérios S.A. para a construção do novo Fórum da Comarca e 03 residências, sendo 01(uma) para o Juiz de Direito, 01 (uma) para do Defensor Público e 01 (uma) para o Promotor de Justiça.

Convênio de nº 015/2008 entre o Tribunal de Justiça e a Empresa Mineradora Rio do Norte - MRN para a reforma do Fórum da Comarca de Oriximiná. A área de reforma do fórum corresponde a 264,54 m². A inauguração ocorreu em 06 de dezembro de 2008.

Convênio de nº 04/2008 entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura Municipal de Paragominas para a reforma e ampliação do Fórum da Comarca. A área de reforma do fórum corresponde a 533,16 m² e de ampliação 481,14 m².

HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES

A Des. Presidente do TJ do Pará, Albanira Bemerguy, foi homenageada pela Marinha Brasileira com a outorga da Comenda no grau de Comendador do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval.



Desa. Presidente agraciada com o Mérito Naval

A Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará foi agraciada com o Colar do Mérito Institucional do Ministério Público de Contas do Estado, como parte da celebração do Dia Nacional do Ministério Público.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará conferiu a Medalha Paraense do Mérito Contábil à Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Albanira Bemerguy.



Desa. Presidente recebeu a Medalha Paraense do Mérito Contábil

Decreto assinado pelo Presidente da República conferiu a Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Albanira Bemerguy a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador.

A Medalha Dom Pedro II, maior comenda do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, foi outorgada a Des. Albanira Bemerguy durante a Solenidade Cívico - Militar alusiva ao Dia Nacional dos Bombeiros.



Desa. Presidente homenageada na celebração do Dia do Bombeiro

A Medalha do Pacificador foi concedida pelo Exército Brasileiro a Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelos relevantes serviços prestados a instituição.

Em solenidade promovida pela Associação dos Magistrados do Pará - AMEPA a Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Albanira Bemerguy foi agraciada com a Medalha Des. Sílvio Hall de Moura, a principal comenda estatutária da AMEPA, pela honrada atuação no Judiciário paraense e pelo apoio proporcionado a todos os magistrados.

Na sessão solene de encerramento do período legislativo de 2008 a Des. Presidente do Tribunal de Justiça, Albanira Bemerguy, recebeu a Comenda de Ordem do Mérito da Cabanagem, concedida pelo Poder Legislativo Estadual a personalidades que contribuíram para o engrandecimento do Pará.

Durante a cerimônia de Abertura do Encontro de Prefeitos e Vereadores de 2009, promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, a Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Albanira Lobato Bemerguy, recebeu a Medalha Egydio Salles, conferida pelo TCM.

EVENTOS - 2008

18/01/2008- Café da manhã com a Presidente, aniversariantes do mês de janeiro.

11/02/2008- Cerimônia de Titularização de Juízes de Direito.

18/02/2008- Cerimônia de Promoção de Juízes de Direito para a Comarca da Capital, no Salão Nobre do Prédio-Sede do TJ-PA.



Cerimônia de Promoção de Juízes de Direito

22/02/2008- 7º Seminário Regional da Magistratura Paraense da RMB.

28 e 29/02/2008- Seminário Introdutório para os novos Servidores do TJ - Pa

07/03/2008- Comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

13/03/2008- Cerimônia de Outorga da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Pará na Igreja de Santo Alexandre.



Outorga da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário.

12 a 14/03/2008- XLVIII Encontro Nacional do Colégio dos Corregedores Gerais de Justiça, em Maceió-AL.

31/03/2008- Cerimônia de Titularização de Juízes de Direito.

03/04/2008- Sessão Solene de Posse do Advogado Leonan Gondim da Cruz Júnior, no cargo de Desembargador do TJ-PA, no Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.



Posse do Des. Leonan Gondim da Cruz Júnior.

16 a 18/04/2008- 8º Seminário Regional da Magistratura, em Salinópolis-Pa.

25/04/2008- Café da manhã com a Presidente, aniversariantes do mês de abril.

30/05/2008- Café da manhã com a Presidente, aniversariantes do mês de maio, no Auditório Des. Wilson de Jesus Marques da Silva.

02/06/2008- Seminário do Processo Judicial Digital.

12/06/2008- Implantação do PROJUDI nas 4ª e 5ª Varas do Juizado Especial Cível e Inauguração da Sala de Conciliação Des. Paulo Sérgio Frota e Silva.

14/06/2008- 1ª Gincana de Integração e Solidariedade do Poder Judiciário e Festa Junina do TJ.

16/06/2008- Cerimônia de inauguração do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas na Comarca de Castanhal.

19/06/2008- Lançamento do Cadastro Nacional de Adoção, do Plenário Des. Oswaldo Tavares.

19 e 20/06/2008- 175º aniversário de instalação da Comarca de Santarém.



Evento comemorativo aos 175 anos da Comarca de Santarém

26 e 27/06/2008- 74º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Florianópolis-SC.

30/06/2008- Café da manhã com a Presidente, aniversariantes de junho e julho.

02/07/2008- Sessão Solene de vitaliciamento de membros do Poder Judiciário do Estado.

03/07/2008- Cerimônia de promoção do Juiz de Direito Cristiano Arantes e Silva, para a 3ª entrância, Comarca da Capital.

07/07/2008- Inauguração das novas instalações da 2ª Vara da Infância e da Juventude.



Inauguração das instalações da 2ª Vara da Infância e da Juventude

06/08/2008- Sessão solene de posse dos novos juízes substitutos do TJ-Pa.



Posse dos novos juízes-substitutos do TJ-PA

08/08/2008- Missa em homenagem ao dia dos pais.

11/08/2008- Sessão Solene em comemoração ao transcurso do 181º Aniversário da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil.

21 a 23/08/2008- 75º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Natal-RN.

25/08/2008- Reunião do Sistema de Informação para Acompanhamento de Adolescentes Infratores - SIPIA.



Colégio Permanente de Presidentes - Natal / RN

17/09/2008- 1º Encontro Regional de Justiça promovido pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ em Belém. Participaram do evento os presidentes e juízes auxiliares dos Tribunais de Justiça Eleitorais e do Trabalho do Pará, Amapá e Maranhão.



1º Encontro Regional de Justiça promovido pelo CNJ em Belém

19/09/2008- Cerimônia de Lançamento do 14º volume da Série Perfil dos Magistrados do TJ, em homenagem ao Des. Stéleo Menezes e da Cartilha "A Proteção da Mulher contra a Violência", no Auditório Des. Wilson de Jesus Marques da Silva.

22 a 25/09/2008- I Curso de Capacitação dos membros do Conselho da Comunidade, promoção da Vara de Penas e Medidas Alternativas.



Série Perfil dos Magistrados em homenagem ao Des. Stéleo Menezes

Carta de Belém

Os Presidentes dos Tribunais de Justiça, do Trabalho, da Justiça Eleitoral, e o Juiz da Auditoria Militar dos Estados do Amapá, Maranhão e Pará, os Presidentes das Associação dos Magistrados do Estado do Pará e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 8ª Região, em reunião regional promovida pelo Conselho Nacional de Justiça e realizada na cidade de Belém - Pará, no dia 17 de setembro de 2008, após a discussão dos assuntos constantes da pauta, apresentaram como sugestão os seguintes objetivos estratégicos e propostas de solução:

- Realizar reuniões periódicas, objetivando a troca permanente de experiências, com a finalidade de melhoria nos projetos e programas de planejamento estratégico e gestão dos Tribunais, principalmente no que se refere à segurança de informação, propostas de revisão da legislação e a padronização dos serviços das secretarias, que proporcionem a simplificação e a celeridade dos procedimentos administrativos e judiciais.

- Aprimorar a comunicação e o conhecimento das boas práticas desenvolvidas pelos Tribunais, com vistas a incrementar a cooperação e troca de experiências dos sistemas informatizados de recursos humanos, arrecadação judicial, acompanhamento de presos provisórios e apenados e outros.

- Implantar Núcleos de Planejamento, Gestão e Estatística oportunizando diálogo permanente entre os seus membros, com efetivo comprometimento institucional, promovendo a continuidade das ações e programas do poder judiciário. Os Tribunais que possuam referidos Núcleos em composição análoga, mas diversa da indicada na Resolução 49/07 do Conselho Nacional de Justiça, deverão informar sua composição e funcionamento por ofício à Comissão de Gestão e Estatística do Conselho Nacional de Justiça.

- Envolver permanentemente os magistrados por meio de iniciativas da administração dos tribunais, de acordo com o perfil e a disponibilidade de cada juiz, como, por exemplo, na coordenação da campanha de conciliação, registro civil, reconhecimento de paternidade e mutirões de presos provisórios e definitivos.

- Desenvolver programas de valorização e de qualidade de vida dos servidores, destacando a conscientização da relevância da sua participação na entrega da prestação jurisdicional.

- Estimular a formalização de convênios entre os Tribunais, a fim de acelerar e simplificar o acesso a projetos, programas e sistemas já consolidados, tendo o Conselho Nacional de Justiça como estimulador desse processo de integração, a exemplo do programa de malote digital Hermes.

- Implantar programa de gestão ambiental, levando em conta a preservação, o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria das condições de trabalho em benefício da população.

- Otimizar os processos de trabalho, mapeando e desenhando os fluxos, visando sua constante melhoria.

- Viabilizar a aplicação da Lei de Execução Penal aos presos condenados pela Justiça Militar.

- Especializar Varas de inquéritos policiais e de combate ao crime organizado.

- Estender a conciliação aos tribunais de segundo grau, bem como às questões de natureza penal, como no caso de processos de preso provisório.

Belém – Pará, 17 de setembro de 2008.

02/10/2008- Visitação da Imagem Peregrina de N^a. Senhora de Nazaré ao TJ-Pa.

10/10/2008- Reunião de trabalho com o Secretário Geral do STF, Luciano Fuck.



Reunião com o Secretário Geral do STF Luciano Fuck

11/10/2008- Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, ao Ministro Gilmar Mendes, Presidente do STF e a Ministra Carmen Lúcia Rocha.

14 a 16/10/2008- 76^o Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Rio Branco-AC.

21/10/2008- Reinauguração do Fórum da Comarca de Novo Repartimento.

22/10/2008- Entrega dos Prêmios dos Vencedores do Concurso de Pintura com detentos do Sistema Penal do Pará.



Entrega de prêmios aos vencedores do Concurso de pintura de detentos

29 a 31/10/2008- 9º Seminário Regional da Magistratura, em Barcarena-Pa.

01/11/2008- Semana do Servidor - Motivar para Integrar - com caminhada ecológica.

06/11/2008-Cerimônia em comemoração ao 6º aniversário de criação da Coordenadoria Militar do TJ-Pa.

25/11/2008- Cerimônia de reinauguração do Fórum Pretor Carlos Samico de Oliveira, da Comarca de Marituba-Pa.

27 a 29/11/2008- 77º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Belém-Pa.



77º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça - Belém/Pa



Presidentes de Tribunais de Justiça no 77º Encontro - Belém/Pa

Carta de Belém

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reunido na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2008, pela unanimidade de seus integrantes resolveu:

1) expressar integral solidariedade ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao povo catarinense, ante os graves problemas enfrentados em decorrência da catástrofe causada pelas chuvas naquele Estado da Federação;

2) recomendar o aprofundamento dos estudos para adoção de um sistema nacional de Cartas Precatórias virtuais, nos moldes propostos pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco;

3) incentivar todas as iniciativas que objetivem aperfeiçoar o sistema brasileiro de execução penal, sugerindo aos Tribunais de Justiça o "projeto novos rumos na execução penal", experiência, bem sucedida, praticada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

4) repelir, porque atentatórias do poder de autogoverno, as ações que violem a autonomia administrativa dos Tribunais de Justiça, não importa sua origem, inclusive do Conselho Nacional de Justiça.

Belém-Pará, 28 de novembro de 2008

01/12/2008- Cerimônia de instalação da Semana da Conciliação.

05/12/2008- Cerimônia de instalação de 2 Varas Criminais.

05/12/2008- Palestra da Presidente do TJ-PA para os estagiários.



A presidente do TJ-PA ladeada por estagiários.

05/12/2008- Seminário Lei Maria da Penha, em Santarém.

06/12/2008- Reinauguração do Fórum da Comarca de Oriximiná.

08/12/2008- Instalação da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Santarém-PA.

11/12/2008- Seminário Regional de Redes Sociais e Penas Alternativas – Tribunal de Justiça do Estado e Ministério da Justiça - Hotel Sagres.

11/12/2008- Cerimônia de reinauguração do Fórum Des. Elzeman da Conceição Bittencourt, do Termo Judiciário de Colares.

16/12/2008- Confraternização Natalina dos Magistrados e Servidores do TJ, lotados na Capital - Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

17/12/2008- Audiência Pública, promovida pela Corregedoria Nacional de Justiça – no Auditório Des. Agnano de Moura Lopes (Fórum Cível).

EVENTOS - 2009

15/01/2009- Cerimônia de entrega da reforma do Fórum Juiz Carlos Newton Segadilha, da Comarca de Irituia.

16/01/2009- Cerimônia de entrega da reforma do Fórum Des. Augusto Rangel de Borborema, da Comarca de Bragança.

22/01/2009- Comemoração dos aniversariantes do mês de janeiro - Auditório Des. Wilson de Jesus Marques da Silva - Fórum Criminal.

26/01/2009- Entrega do Prédio onde funcionará o Juizado Especial Cível e Criminal da Universidade Federal do Pará.

26/01/2009- Cerimônia de inauguração do Prédio Anexo V Juiz de Direito Francisco Sabino Vasconcelos da Costa.

26/01/2009- Cerimônia de entrega da Reforma e Modernização do Fórum Cível, Profº. Dr. Daniel Coelho de Souza, da Comarca da Capital.

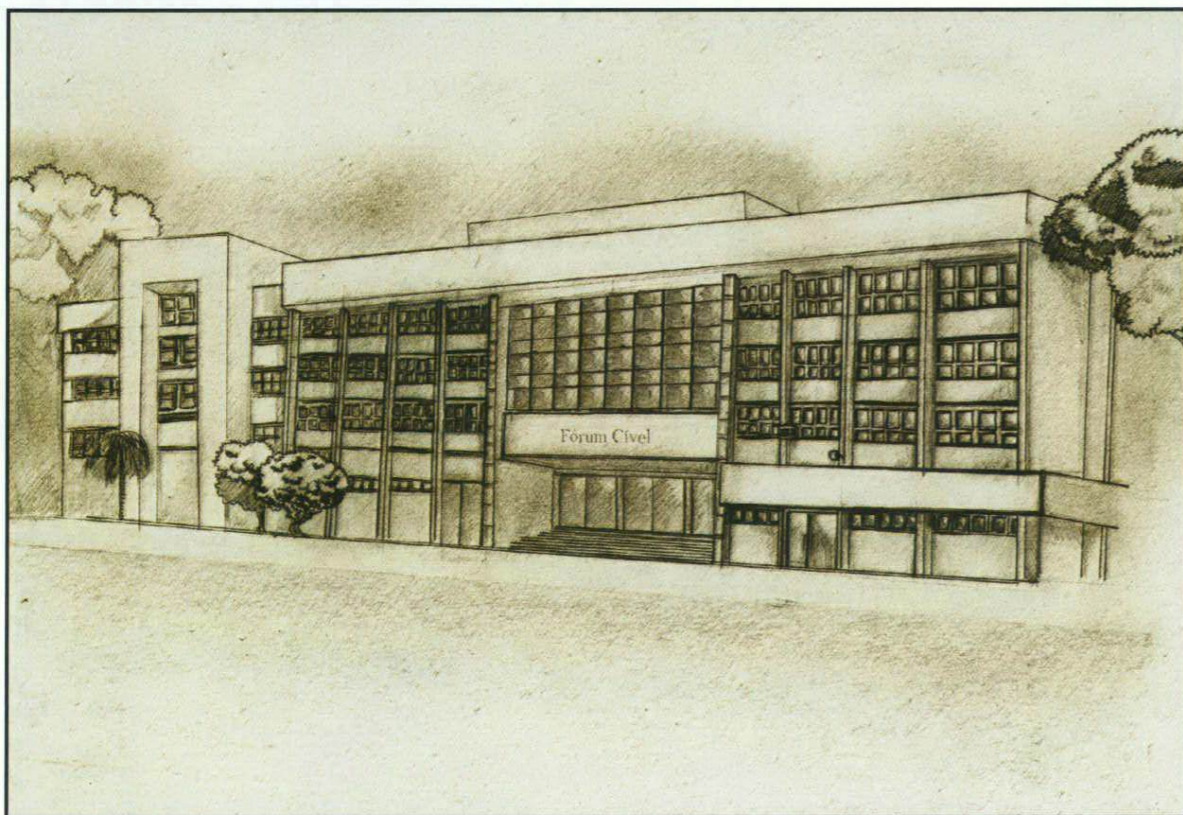
30/01/2009- Missa em Ação de Graças aos novos dirigentes do TJ-Pa biênio 2009-2011 - jardim interno do prédio sede.



Nova fachada do Fórum Cível da Capital



Desa. Albanira Bemerguy, Presidente do TJ-PA no biênio 2007-2009.



Perspectiva Artística do Fórum Cível da Capital



Inauguração do Juizado da Infância e Adolescência



Desa. Albanira Bemerguy em reunião com Ana Júlia Carepa, Gov. do Estado do Pará



Presidente do TJ-PA em reunião com integrantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos



77º Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça em Belém-PA



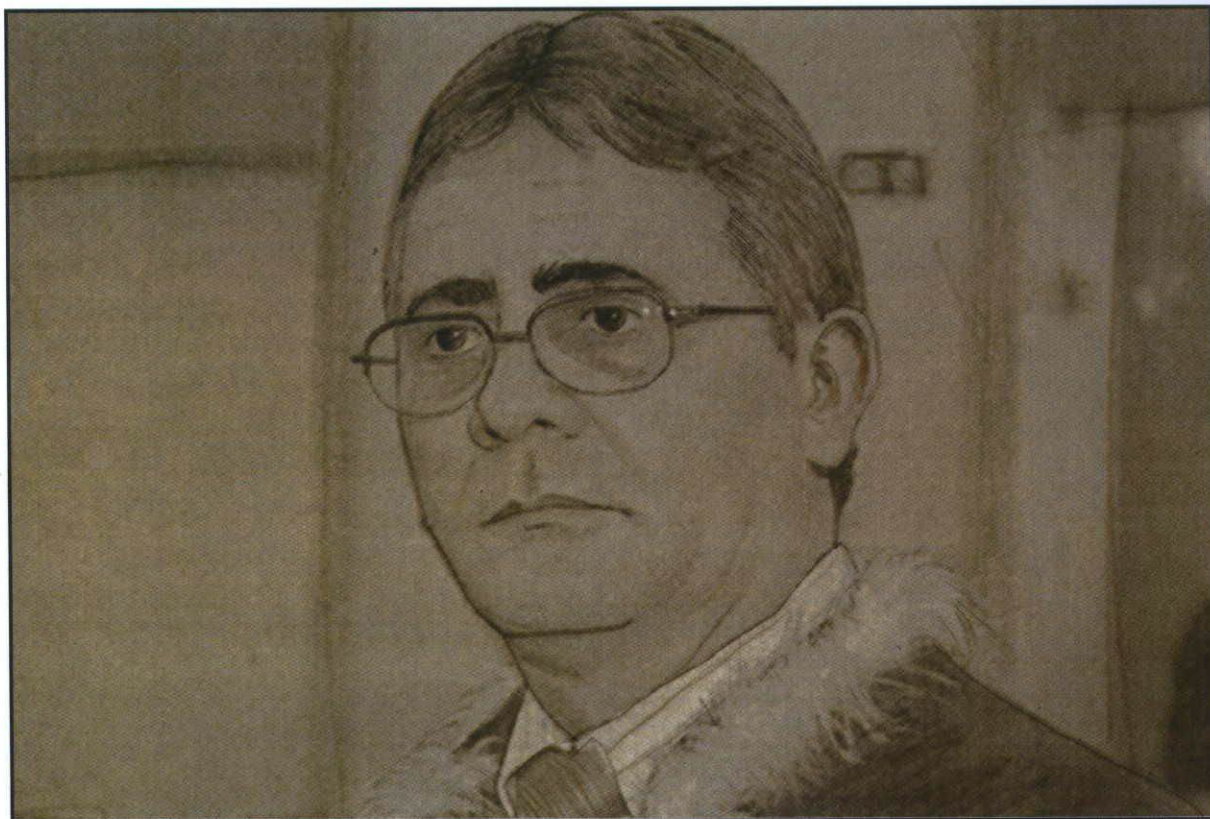
Presidente do TJ-PA recebe comenda do Corpo de Bombeiros



Desa. Albanira Bemerquy e Ellen Gracie, Ministra do STF



Presidente do TJ-PA outorga comenda da Ordem do Mérito Judiciário ao Min. Gilmar Mendes



Des. Rômulo José Ferreira Nunes, Presidente eleito do TJ-E-PA para o Biênio 2009 - 2011

N.Cham. 341.419709811 P221r
Autor: Pará. Tribunal de Justiça
Título: Relatório de gestão 2007-2009.



20898
16196

